

TVR
N.º 227, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 269/2021
OF 482/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.315, de 15 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arealva, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 2.991, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Cultural de Tocantins, no município de Tocantins – MG;

2 - Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Inocencie de Comunicação e Marketing, no município de Inocência - MS;

3 - Portaria nº 3.622, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença - ACCAR, no município de Renascença - PR;

4 - Portaria nº 6.197, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Rádio São Thomé, no município de Campos dos Goytacazes - RJ;

5 - Portaria nº 98, de 1º de fevereiro de 2016 - ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula, no município de São Gotardo - MG;

6 - Portaria nº 129, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu, no município de Itatiaiuçu - MG;

7 - Portaria nº 145, de 1º de fevereiro de 2016 - Rádio Grupo Conesul, no município de Santana do Livramento - RS;

8 - Portaria nº 157, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Machado para Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Machado - MG;

9 - Portaria nº 727, de 9 de maio de 2016 - Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM, no município de Constantina - RS;

10 - Portaria nº 755, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária de Comunicação-Rádio Princesa do Atlântico FM, no município de Maracaná – PA;

11 - Portaria nº 765, de 9 de maio de 2016 – Associação Cultural de Salto Veloso, no município de Salto Veloso – SC;

12 - Portaria nº 5.180, de 8 de novembro de 2018 - Rádio Comunitária Munguba, no município de Almeirim - PA;

13 - Portaria nº 5.954, de 22 de novembro de 2018 - Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga, no município de Paranatinga - MT;

14 - Portaria nº 6.626, de 27 de dezembro de 2018 - Associação de Comunicação e Cultura de Bom Jardim de Goiás, no município de Bom Jardim de Goiás - GO;

- 15 - Portaria nº 6.628, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Cultural e Científica Joseline Pereira de Oliveira, no município de Bom Jesus de Goiás - GO;
- 16 - Portaria nº 6.629, 27 de dezembro de 2018 - Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense, no município de Liberato Salzano - RS;
- 17 - Portaria nº 6.644, de 27 de dezembro de 2018 - Sociedade Hervalense de Artes e Recreação, no município de Herval - RS;
- 18 - Portaria nº 7.246, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Batistana de Radiodifusão, no município de Oliveira - MG;
- 19 - Portaria nº 7.248, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré, no município de Assaré - CE;
- 20 - Portaria nº 7.583, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, no município de Alcinópolis - MS;
- 21 - Portaria nº 4.296, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte, no município de Santo Antônio do Monte - MG;
- 22 - Portaria nº 4.308, de 30 de agosto de 2019 - Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí, no município de Tatuí - SP;
- 23 - Portaria nº 4.724, de 17 de setembro de 2019 - Ação Social São Francisco de Assis, no município de Palhoça - SC;
- 24 - Portaria nº 4.866, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação Popular de Xinguara, no município de Xinguara - PA;
- 25 - Portaria nº 4.868, de 19 de setembro de 2019 - Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal, no município de Ribeira do Pombal - BA;
- 26 - Portaria nº 4.872, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Santo Amaro, no município de Santo Amaro do Maranhão - MA;
- 27 - Portaria nº 5.175, de 4 de outubro de 2019 - Associação Comunitária Amigos de Porto Calvo, no município de Porto Calvo – AL;
- 28 - Portaria nº 5.236, de 14 de outubro de 2019 – Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida, no município de Itumbiara – GO;
- 29 - Portaria nº 5.241, de 15 de outubro de 2019 – Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM, no município de Ibimirim – PE; e
- 30 - Portaria nº 5.315, de 15 de outubro de 2019 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, no município de Arealva – SP.

Brasília, 10 de junho de 2021.

Brasília, 5 de Dezembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.050612/2015-51, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, inscrita no CNPJ nº 03.628.758/0001-67, explore pelo prazo de dez anos a partir de 1º de agosto de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17896/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5315, de 08 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 5315/2019/SEI-MCTIC de 8 de outubro de 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.004012/2001 e nº 53900.050612/2015-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de agosto de 2016, a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, inscrita no CNPJ nº 03.628.758/0001-67, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 15/10/2019, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4717832** e o código CRC **299EC553**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 482/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 11 de junho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.991, 2.993, 3.622 e 6.197, de 2015; 98, 129, 145, 157, 727, 755 e 765, de 2016; 5.180, 5.954, 6.626, 6.628, 6.629, 6.644, 7.246, 7.248 e 7.583, de 2018; 4.296, 4.308, 4.724, 4.866, 4.868, 4.872, 5.175, 5.236, 5.241 e 5.315, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.041617/2013-74

SEI nº 2633263

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 46859/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.050612/2015-51.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/12/2019, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4936363** e o código CRC **2948C462**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.050612/2015-51
Interessado:	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	03.628.758/0001-67
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	SP
Localidade:	Arealva
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais

436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 25/10/2019, às 09:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4773454** e o código CRC **2D57AAD0**.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 4773454

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 22024/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.050612/2015-51**.

Processo de Outorga nº: 53000.004012/2001.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**, por meio da Portaria nº 639, publicada no DOU de 15/12/2003, e Decreto Legislativo nº 391, publicado no DOU de 1º/8/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 1º/8/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **1º/7/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º;

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 29/09/2015, às 12:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0742675** e o código CRC **6C0D59B6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32001/2015/SEI-MC

Brasília, 29 de setembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**
Rua Pedro Pereira, nº 388 - Centro
17.160-000 - Arealva - SP
CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo
nº 53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 22024/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.
2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre
Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em
08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014
e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
0742677 e o código CRC **68C0469A**.

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC Of. nº 32001/2015/SEI-MC, 29 de setembro de 2015 53900.050612/2015-51	
ENDEREÇO / ADDRESS		Associação Beneficente Cultural De Comunicação Comunitária Solidariedade De Arealva Rua Pedro Pereira, nº 388 - Centro 17.160-000 Arealva - SP	
CEP / CODE POSTAL		17.160-000 Arealva - SP	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION 28/10/15	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION 28 OUT 2015 AREALVA - SP
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR Elton Pereira		MARCIO LUIZ FENTEADO Agente de Correios Matr. 89090691 AC - AREALVA	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR 246690483	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

JH 00163530 5 BR

**CORREIOS
BRÉSIL**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM BUREAU DE DÉPÊCHES

AGÊNCIA MANICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

2

H

h

H

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Public Feder

Ministério das Comunicações

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Española

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO**

53900.039796/2016-79

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP

CNPJ - 03.628.758/0001-76

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP

Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias

E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

Arealva-SP, 22 de Junho de 2016


Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 27/06/16 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição



Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP

CNPJ - 03.628.758/0001-76

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva -SP

Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias

E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

Arealva-SP, 22 de Junho de 2016



Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP

CNPJ - 03.628.758/0001-76

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva -SP

Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias

E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

Arealva-SP, 22 de Junho de 2016



Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 22024/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.050612/2015-51**.

Processo de Outorga nº: **53000.004012/2001**.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**, por meio da Portaria nº 639, publicada no DOU de 15/12/2003, e Decreto Legislativo nº 391, publicado no DOU de 1º/8/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 1º/8/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **1º/7/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º;

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, Chefe de Serviço, em 29/09/2015, às 12:37, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32001/2015/SEI-MC

Brasília, 29 de setembro de 2015

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

Rua Pedro Pereira, nº 388 - Centro

17.160-000 - Arealva - SP

CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 22024/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.

2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0742677** e o código CRC **68C0469A**.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.628.758/0001-67 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/01/2000	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA					
LOGRADOURO R PEDRO PEREIRA		NÚMERO 388		COMPLEMENTO	
CEP 17.160-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO		MUNICÍPIO AREALVA		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO			TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8800-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMMELTON DA SILVA

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 12.529.115-2 DATA DE EXPIRAÇÃO 26/ABR/2013

NOME LUIZ HENRIQUE DIAS

FILIAÇÃO PEDRO DIAS

E MARIA APARECIDA DIAS

NATURALIDADE AREALVA -SP DATA DE NASCIMENTO 13/ABR/1960

LOCAL ORIGEM BAURU-SP

AREALVA

CC:LV.B21 /FLS.5V /N.000889

CPE 001835738/54

208 Delegado Divisório

Roberto Assunção do Prado

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESPAÇO EM BRANCO

00674A0064060

AUTENTICAÇÃO

21 JUN 2016

Denise Veridiana Marabotto

Escritora

Válida somente com o selo de autenticidade

Selos pagos por verba. Cobrada por autenticação

R\$ 3,05

COPIA EXTRAIDA EM

fora desta unidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1117324194	NOME LUIS HENRIQUE DIAS
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 12529115 SSP/SP
	CPF 001.835.738-54
	DATA NASCIMENTO 13/04/1960
	FILIAÇÃO PEDRO DIAS MARIA APARECIDA DIAS
PROIBIDO PLASTIFICAR 1117324194	Nº REGISTRO 01269457380
	VALIDADE 03/06/2020
	1ª HABILITAÇÃO 16/05/1980
OBSERVAÇÕES	
ASSINATURA DO PORTADOR	
LOCAL JACANGA, SP	DATA EMISSÃO 03/06/2015
Daniel Ammerberg 11408321005 SP675917489	
DEIRAN SP (SAO PAULO)	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8800-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

COLAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

B736-062409

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.343.125-X DATA DE EXPEDIÇÃO 12/JUN/2014

NOME ANTONIO JOÃO CARRARO

FILIAÇÃO SILVIO CARRARO

E APARECIDA DE CARLI

NATURALIDADE AREALVA -SP DATA DE NASCIMENTO 15/JUL/1946

DOC ORIGEM PEDERNEIRAS-SP

AREALVA

CC:LV.B15 /FLS.218 /N.000315

CPF 251145498/04

208 Delegado Divisionário

Roberto W. A. do R. da Silva IIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0067AA0064066

AUTENTICAÇÃO

0664111

21 JUN 2016

Denise Veridiana Marasques

Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade

Selos pagos por venda. Cobrado por autenticação

RS 3,05

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GURBICION DAURE

010-3

Idadeu Ricardo Bonati

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 25.539.451-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/MAR/90

NOME IADEU RICARDO BONATI

FILIAÇÃO PEDRO JOSE BONATI

E ZULEIDE APARECEIDA ROCHA BONATI

NATURALIDADE AREALVA - SP DATA DE NASCIMENTO 01/AGO/1977

DOC. ORIGEM PEDERNEIRAS SP

AREALVA

CN: LV.A25 /FLS.55 /N.000171

CPF

Carla

ASSINATURA DO DETENTOR

LEIA 1116 DE 29/05/03

00067AA00684058

AUTENTICAÇÃO

117499

OFICINA DE IDENTIFICAÇÃO - SP

21 JUN 2016

Denise Veridiana Marasclo

Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade

Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação

RS 3,05

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
 VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 780906601	NOME TADEU RICARDO BONATI	
	DOC. IDENTIDADE / RG, DRIVER / UF 25538451 SSP/SP	
	CPF 247.783.658-79	DATA NASCIMENTO 01/10/1977
	FILIAÇÃO PEDRO JOSE BONATI EUÂNDE APARECIDA ROCHA BONATI	
	PRESCRIÇÃO 	ACE
CAT. HAB. AB		
INSCRIÇÃO 03102046430		VALIDADE 10/09/2018
		1ª HABILITAÇÃO 22/12/1997
PROIBIDO PLASTIFICAR 780906601	OBSERVAÇÕES 	
	 ASSINATURA DO TITULAR	
	LOCAL TACANGA, SP	DATA EMISSÃO 19/09/2018
	 ASSINATURA DO EMISSOR	
	DETRAN-SP (SAO PAULO)	

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

JAIR ANTONIO LONGO

NOME

Paulo Longo e de Luzia Fazio -

PAZ

Longo

AREALVA SP **15/AGO/1955**

NATURALIDADE NASCIMENTO A

PI AREALVA *Jair Antonio Longo*

SIGNATURA DO PORTADOR

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

8.681.696 **6-set-974**

REGISTRO CIVIL SÃO PAULO





POLEGAR DIREITO

SP

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SP 0067AA0064070

AUTENTICAÇÃO

117499

ORIGINAL EM DEPOSITO NAS PLS DA PMS

SECRETARIA DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Rua dos Correios, nº 337 - Fone: (14) 3196.2632

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotográfica conforme original e nota apresentada, do que dou fé.

Arelva,

22 JUN 2016

Danilo Veríssimo da Silva

Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade

Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação

R\$ **3,05**

**CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA**

ESPACO EM BRANCO

ESPACO EM BRANCO



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **797.612.408-00**

Nome da Pessoa Física: **JAIR ANTONIO LONGO**

Data de Nascimento: **15/08/1955**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

Comprovante emitido às: **13:27:18** do dia **22/06/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **9C17.0B32.84BB.13EF**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Autentico esta cópia cópia original, em formato eletrônico, pessoalmente
acessado, no endereço eletrônico da Secretaria Federal

www.receita.fazenda.gov.br

Dou fé, Atesto 22/6/16

☐ Eu Rosilene Pereira, escrevente.

☐ Eu Débora Fayad Misquati, oficial tabelão.

☒ Denise Veridiana Marasatto
Escrevente



ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

JAIR ANTONIO LONGO

PRIMEIRO NOME

Paulo Longo e de Luzia Fazio -

SOBRENOME

Longo

SP

15/AGO/1955

NASCIDO A

Jair Antonio Longo

SINATURA DO PORTADOR

(GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(COMISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

CASA DA ALFAMA DO BRASIL

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

(COMISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

JAIR ANTONIO LONGO

15/AGO/1955

SP

Longo

Paulo Longo e de Luzia Fazio -

Longo

Jair Antonio Longo

6-88-2-974

966

8

1.696

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

DEZ/2001

BANCO DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

797.612.408-00

JAIR ANTONIO LONGO

15/08/1955

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

15 DE NOVEMBRO



CERTIFICO AS SEGUINTES INCONFORMIDADES:

- ☐ DOCUMENTO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO;
- ☐ DOCUMENTO PARCIALMENTE QUEBRADO;
- ☐ OUTROS: _____

Dou fé. Arealva/SP, ____/____/____.

☐ Eu Rosilene Pereira, escrevente.

☐ Eu Débora Fayad Misquati, oficiala tabeliã.

☒ Denise Veridiana Marasatto
Escrevente



Autentica o presente documento: reprográfica conforme original a mim apresentado. Do que dou fé.

Arealva,

21 JUN 2016

Denise Veridiana Marasatto
Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade.
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação.

RS 3,05

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO		
CARTERA NACIONAL DE HABITAÇÃO		
PAULO SERGIO LONGO		
	DOC. IDENTIDADE / ONE. BRASIL / UF	
	12825148 889/SP	
	CPF	DATA ASSINATURA
	825.973.598-91	16/05/1960
FILIAÇÃO		
PAULO LONGO		
LUZIA FÁBIO LONGO		
RESIDÊNCIA		
ACE		
OUT. HAB.		
E		
N. RESIDÊNCIA		
02513779957		
VALIDADE		
19/07/2017		
ST. HABITADO		
13/10/1978		
ASSINATURA		
		
LOCAL		
BAURURU - SP		
DATA EMISSÃO		
19/07/2012		
ASSINATURA		
		
48147068477		
87853615371		
DETRAN - SP (SAO PAULO)		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 13.739.833-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/NOV/2005

NOME RONALDO SCATINI

FILIAÇÃO FRANCISCO SCATINI NETO

E MARIA DE LURDES DA ROSA SCATINI

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 07/MAR/1964

DOC ORIGEM BAURU-SP AREALVA

CC: LV.B21 /FLS.196V/N.001080

CPF 049419758/71 PIS 10889438355

ASSINATURA DO DIRETOR

690490064059

AUTENTICAÇÃO

117499

GRATIA DE AGUIAR ENRIQUES PEREIRA

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Rua ...

Autenticação

Autentico e apresento cópia fiel e verdadeira conforme original a mim apresentado. De que dou fé.

Assinatura

21 JUN 2016

Denise Veridiana Marasotto

Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade

Selo pago por verbo. Cobrado por autenticação

RS 3,05

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
 VÁLIDA EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL 849280255	NOME RONALDO SCATINI	
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 13739833 SSP/SP	
	QT 049.419.758-71	DATA NASCIMENTO 07/03/1964
	FILIAÇÃO FRANCISCO SCATINI NETO	
	MARIA DE LORDES DA ROS A SCATINI	
	FORMAÇÃO C	CAT. HAB. C
	NR. REGISTRO 03226754654	VALIDADE 11/03/2019
	1ª HABILITAÇÃO 31/05/1982	
 PROIBIDO PLASTIFICAR 849280255	OBSERVAÇÕES	
	 ASSINATURA DO PORTADOR	
	LOCAL TACANGA, SP	DATA EMISSÃO 20/03/2014
	 ASSINATURA DO EMISSOR	
	46801058767 SP624506517	
 DETRAN-SP (SAO PAULO)		

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

CNPJ - 03.628.758/0001-67

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva. Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às vinte horas, na Rua Pedro Pereira, 388, na cidade de Arealva, estado de São Paulo, em primeira chamada, após verificação da presença de todos os membros filiados a Entidade, o presidente da Entidade deu início à reunião para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: 1- Eleição da Diretoria para o período 2014/2017; 2- Eleição do Conselho Fiscal para o período 2014/2017; 3- Eleição do Conselho Comunitário para o período 2014/2017. O presidente informou aos presentes o registro de apenas uma chapa inscrita para a Diretoria; uma chapa inscrita para o Conselho Fiscal; e uma chapa inscrita para o Conselho Comunitário, todas de conformidade com o Estatuto Social da Entidade. Em seguida, a palavra foi aberta aos associados que demonstraram consenso, e não havendo outras manifestações em contrário, foi iniciada a votação com a verificação do "quorum" registrando a totalidade dos membros filiados de acordo com o Estatuto da Entidade. Encerrada a votação às 20h53, foi realizada a apuração dos votos e constatou que a única chapa inscrita para a **DIRETORIA**, sendo composta pelos associados. Presidente: Luiz Henrique Dias, brasileiro, casado, pecuarista, RG: SSP/SP - 12.529.115, CPF do MF: 001.835.738-54, residente a Rua Domingos Marques, 270, centro, Arealva-São Paulo; Vice-Presidente: Antônio João Carraro, brasileiro, casado, comerciante-agricultor, RG: SSP/SP - 5.343.125, CPF do MF: 251.145.498-04, residente a Rua João Basílio, 476, centro, Arealva-São Paulo; Secretário: Tadeu Ricardo Bonati, brasileiro, solteiro, funcionário público municipal, RG: SSP/SP- 25.539.451-2, CPF do MF: 247.738.658-79, residente a Rua Wasni de Almeida Silva, 220, Arealva-São Paulo; Tesoureiro: Jair Antônio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 8.681.696, CPF do MF: 787.612.408-00, residente a Rua Manoel de Oliveira, 162, Arealva-SP; Diretor de Operações: Raphael Candioto Pereira, brasileiro, casado, radialista, RG: 43.157.306-2, CPF do MF: 306.602.938-70, residente a Rua João Basílio, 578, centro, Arealva-SP; Diretor de Patrimônio: Paulo Sérgio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 12.529.148, CPF do MF: 825.973.598-91, residente a Rua Mamede Pereira de Lima, 133, Núcleo Habitacional Job Garcia de Almeida, Arealva-SP e Diretor de Cultura e Comunicação Social: Ronaldo Scatini, CPF do MF: 049.419.758-71 - RG : 13.739.833-5, casado, funcionário público, residente a Rua Rua Adib Buriham, 255, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Verificou também que a única chapa inscrita para o **CONSELHO FISCAL** composta por Wellington Furquim Corrêa, CPF do MF: 304.630.238-03 - RG: 32.102.480.01, solteiro, funcionário público, residente a Rua Laudelino José Nascimento, 53, Arealva-SP, Thiago Savian Campese, CPF do MF: 303.709.438-99 - RG: 27.563.511-X, solteiro funcionário público, residente a Rua da Saudade, 40, Arealva-SP e Luiz Fernando Marchi, CPF do MF: 267.275.668-60 - RG: 29.198.849-X, casado, funcionário público, residente a Rua Joaquim Maia, 237, centro, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Também apurada a eleição para o **CONSELHO COMUNITÁRIO** verificou a eleição da única chapa inscrita composta pelos representantes das Entidades legalmente constituídas na área do município sobre abrangência da emissora de rádio da Entidade. - (1) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representadas pelos membros: Marilena Aparecida Baconcelo Furlanetti, brasileira, casada, professora, RG/SSP/SP 21.171.059-3, CPF do MF: 130.820.298-92, residente no Sítio Santa Luzia I - Bairro Ribeirão Bonito, Arealva-SP; e Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Didimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pela presidenta Angela Maria Bertolo Giraldi, brasileira, casada, do lar, RG/SSP/SP, 19.597.514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente a Avenida da Saudade, 816, centro, Arealva-SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515.894.438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva, SP, representada por Decio Lenharo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SPP/SP, 4.255.900, CPF do MF: 349.100.268-00, residente a Rua José Antonio de Faria, 320, São Pedro, Arealva, SP. Em seguida, no mesmo ato, todos os membros eleitos foram EMPOSSADOS nos respectivos cargos. Nada mais havendo a tratar, a presente



COPIA EXTRAIDA EM

para esta unidade

Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim Tadeu Ricardo Bonati, secretário e pelo senhor Luiz Henrique Dias, presidente.
Arealva-SP, 26 Janeiro de 2014.

Presidente: Luiz Henrique Dias

Secretário: Tadeu Ricardo Bonati



Autentica e fornece cópia reprográfica conforme original a mim apresentando. De que dou fé.

Arealva,

22 JUN 2018

Denise Veridiana Marasaito
Escritora

Válida somente com o selo de autenticação

Só os pagos por verba. Cobrado por autenticação

R\$ 2,05

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REGISTRO
CIVIL DE PESSOAS

**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS DE
BAURU – SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

**LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL**

CERTIFICA

Que o presente títulos foi
PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº
63.155 MICROFILMADO sob o mesmo
número, AVERBADO EM FRENTE AO
REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ, em 30
de outubro de 2015. O referido é verdade e
dou fé.

Bauru, 30 de outubro de 2015.

LEANDRO AGULHARI GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	41,88	SINOREG:	2,21
EST.:	11,91	T. JUST.:	2,87
IPESP:	6,13	ISS:	0,83
M.P.:	2,01	TOTAL:	67,84

0867AA0064078
AUTENTICAÇÃO
DI. CLASSE REG. CIVIL, PESSOAS JURÍDICAS
E TABELA DE REGISTROS DE BAURU-SP
Rua Duemil e Trezentos e Quarenta e Nove, 1231 - Fone (14) 3010-8040
www.baurosp.sp.gov.br
AUTENTICAR, Lda
Autentica e certifica cópia xerográfica conforme
original a partir da apresentação do qual dou fé.
Arquivado em 22 JUN 2016
Denise Veridiana Marabotto
Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação
R\$ 3,05

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO SOL FM - 87,9 MHz - AREALVA-SP

Aos dezesseis (16) dias do mês de março do ano de dois mil e dezessets (2016), às 20 horas, na Rua Pedro Pereira, 388, reuniu-se o em atendimento aos preceitos da Lei, o Conselho Comunitário da RACOM da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Solidária de Arealva, SP, sendo registrado a presença dos 5 (cinco) conselheiros eleitos em 26 de janeiro de 2014, representando as seguintes entidades legalmente constituídas no município: (1) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representadas pelos senhores: Marilena Aparecida Baconceto Furlanetti, brasileira, casada, professora, RG/SSP/SP 21.171.059-3, CPF do MF: 130820298-92, residente no Sítio Santa Luzia I - Bairro Ribeirão Bonito, Arealva-SP, e Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pelo presidente Angéla Maria Bertolo Giral di, brasileira, casada, do lar, RG/SSP/SP, 19.597514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente a Avenida da Saudade, 816, centro, Arealva-SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515894438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva, SP, representada por Décio Lenharo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SPP/SP, 4.255.900, CPF do MF: 349.100.268-00, residente a Rua José Antonio de Faria, 320, São Pedro, Arealva, SP. Em cumprimento a pauta da reunião, o Conselho aprovou a grade de programação da emissora administrada pelo presidente, Décio Lenharo verificando que a RÁDIO SOL FM, segue os preceitos da Lei que rege este tipo de emissora no País, oferecendo aos seus ouvintes uma programação com jornalísticos; de orientação educacional; de conscientização ecológica; de mudanças de hábito para melhorar a convivência da comunidade, bem como mantém aberto o espaço na programação para opiniões dos ouvintes sobre os acontecimentos na área de abrangência da RADCOM e prioriza a divulgação da música nacional. Dentro da grade de programação analisada por este Conselho, ficaram registradas as seguintes aprovações ao trabalho desenvolvido pela direção da emissora e sugestões para a programação: (1)- Apoio da rádio na divulgação de arrastões contra a dengue recolhendo o lixo dos quintais na área de abrangência da emissora, bem como manter os programas de orientação sobre saúde. (2)-continuação do apoio da rádio nas divulgações das ações de solidariedade em favor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Arealva, da Vila Vicentina de Arealva e APAE de Arealva, (3) apoio da rádio na divulgação das ações culturais e esportivas de sua área de abrangência, (5), continuação do apoio da emissora as palestras e reuniões destinadas aos produtores rurais e pecuaristas com o intuito de fortalecer ainda mais os programas de geração de renda aos pequenos proprietários da área de abrangência da emissora. (6), oferecer espaço radiofônico os alunos matriculados nas escolas do município, para que esses possam expressar seus conhecimentos na área de comunicação social, organizando uma programação voltada para a comunidade estudantil. Desta forma, ficam registradas as orientações do Conselho Comunitário dentro do estabelecido na Lei da RADCOM, à direção da RÁDIO SOL FM. Nada mais havendo a tratar, fica registrado o desejo de sucesso à diretoria da RÁDIO SOL FM, e que a emissora continue sendo administrada da forma democrática de sempre, possibilitando uma excelente prestação de serviço de comunicação social a comunidade arealvense. Eu, Marilena Aparecida Baconceto Furlanetti, secretariei a presente reunião do Conselho Comunitário, presidida pelo senhor Décio Lenharo. A Ata lida e achada de conforme foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, e pelos demais membros do referido Conselho Comunitário, com mandato para até 26 de janeiro de 2017. Arealva, SP, 16 de março de 2016.

Décio Lenharo - (Presidente)

Paulo Juliano Nicolielo Junior (Vice-presidente)

Marilena Aparecida Baconceto Furlanetti - (Secretária)

Antonio Dorival Spedo - (Membro)

Angela Maria Bertolo Giral di (Membro)



CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU - SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 - FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente títulos foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº 63.549 MICROFILMADO sob o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ, em 23 de maio de 2016. O referido é verdade e dou fé.

Bauru, 23 de maio de 2016.

[Assinatura]
EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	41,87	SINOREG:	2,20
EST.:	11,90	T. JUST.:	2,87
IPESP:	6,13	ISS:	0,83
M.P.:	2,00	TOTAL:	67,80



Atestado
22 JUN 2016
Denisa Veridiana Marasotto
Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação
R\$ 3,03

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 2013

CAPÍTULO I

Da denominação, Sede e Área de Atuação:

ARTIGO 1º - A Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, com sede na cidade de Arealva-SP, a Rua Pedro Pereira, 338, fundada em 12 de novembro de 1.999, é uma associação, sendo regulada por este Estatuto devidamente adaptado ao novo Código Civil, Lei 10.406 de 10/01/2002 e alterado pela Lei 10.838 de 30/01/2004, com a seguinte redação.

ARTIGO 2º - A Associação foi constituída com as seguintes finalidades: Defender a democratização dos meios de comunicação, e em especial, a Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de baixa potência (até 25 watts), com o objetivo de promover atividades visando o desenvolvimento da cultura, educação e dos profissionais de comunicação social da coletividade inserida na área de cobertura da emissora, prestando serviços permanentes sem qualquer discriminação de clientela.

Parágrafo 1º - São órgãos constitutivos da Associação, a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;

Parágrafo 2º - É indeterminado o tempo de duração da Associação;

Parágrafo 3º - A Associação não tem fins lucrativos;

Parágrafo 4º - A Associação manterá sua independência em relação aos partidos políticos, ao Estado, Poder Econômico, credo religioso e racial.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos:

ARTIGO: 3º - São prerrogativas da Associação:

Parágrafo 1º - Promover atividades educacionais e formação geral, folclóricas e culturais típicas da região;

Parágrafo 2º - Incentivar comportamento de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim atividades, movimentos e organismos;

Parágrafo 3º - Divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliação;

Parágrafo 4º - Manter convênios ou associar a entidades similares para a prestação de serviços de assessorias;

Parágrafo 5º - Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgãos de imprensa como rádio comunitária;

Parágrafo 6º - Realizar a cobrança de contribuições dos associados;

Parágrafo 7º - Cobrar mensalidades com valor estabelecido pela Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Prestar serviços compatíveis com as finalidades do Estatuto, com o objetivo de arrecadar fundos para manutenção da Entidade;

Parágrafo 9º - Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar o objetivo da Associação;

Parágrafo 10 - Criação da Casa de Cultura e Museu ligados à área de comunicação e cultura, ampliando o conhecimento e o lazer comunitário.

COPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA



Parágrafo 11 - Dar oportunidade à difusão das ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais;

Parágrafo 12 - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

Parágrafo 13 - Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;

Parágrafo 14 - Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitário;

Parágrafo 15 - coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse.

Capítulo III

Dos Associados, seus Direitos e Deveres:

ARTIGO: 4º - Poderá associar-se e participar gratuitamente da Associação qualquer pessoa, em especial os domiciliados na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, independente de cor, formação profissional, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste estatuto. Todos os cidadãos em dia com suas obrigações Estatutárias terão direito a voz, ao voto e ser votado para quaisquer instância deliberativa que compõem a Associação, desde que o associado tenha em dia suas obrigações Estatutárias. Fica assegurado o ingresso de Pessoas Jurídicas, sem fins lucrativos, de forma gratuita a Entidade, desde que sediadas na área de execução dos Serviços de Radiodifusão, sendo assegurado ao seu representante legal, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos da Associação, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Entidade, nas instâncias deliberativas existentes na Associação. Todos os associados terão seus nomes registrados no livro de registro e podem convocar a Assembleia Geral Extraordinária em requerimento ao presidente, dentro das condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Todo associado terá acesso aos documentos oficiais da Associação sem restrição alguma;

Parágrafo 2º - O associado poderá apresentar projetos na área abrangida pela Associação, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou através de convênios.

Parágrafo 4º - ter voz e votar nas assembleias da Entidade, desde que assine o livro de presença;

Parágrafo 5º - O associado poderá gozar dos benefícios oferecidos pelo Estatuto da Entidade; entre eles, o de indicar novos associados;

Parágrafo 6º - A pessoa ou entidade que faltar a (02) duas Assembleias Gerais Ordinárias sem justificativa ou não se fizer presente em 02 (duas) nas Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas neste período, será convocada pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção Executiva, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.

Parágrafo 7º - São deveres de o associado comparecer as Assembleias Gerais ou reuniões da Diretoria Executiva se fizer parte dela;

Parágrafo 8º - O associado deve prestar serviço à Associação aceitando e exercendo cargo para qual foi eleito, salvo escusa legítima;

Parágrafo 9º - O associado deve observar e seguir os dispositivos deste Estatuto;



Parágrafo 10 - O associado deverá promover o desenvolvimento da Associação;

Parágrafo 11 - O associado deverá defender o bom nome da Associação levando ao conhecimento da mesa administrativa as falhas existentes;

Parágrafo 12 - São deveres de o associado pagar as mensalidades em dia;

Parágrafo 13 - O Associado deve comparecer as Assembleias convocadas, votar, ser votado para ocupar cargo na Associação;

Parágrafo 14 - O associado perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído por justa causa se não cumprir o Estatuto. A exclusão somente ocorrerá após esgotar todos os trâmites legais estabelecidos neste Estatuto. O associado que for condenado em processo crime pela Justiça do País perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído automaticamente. Nos demais casos sempre estarão assegurados ao associado excluído, à oportunidade de impetrar recurso recorrendo da decisão, garantido-se o amplo direito de defesa;

Parágrafo 15 - Fica prevista a imposição de penas leves, como a suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, com a pena podendo estender-se até 12 (doze) meses;

Parágrafo 16 - A perda da condição de associado será informada por escrito, podendo o associado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do comunicado, recorrer da decisão para a Assembleia Geral Extraordinária, que deverá ser convocada dentro de outros 30 (trinta) dias, a contar do protocolo do recurso, para analisar o caso e proferir a decisão final;

Parágrafo 17 - Qualquer associado, a qualquer momento, poderá solicitar o desligamento justificado ou não da Associação, fazendo-o através de petição escrita à Diretoria Executiva, ficando assegurado o direito de voltar a fazer parte da Associação no momento que achar mais conveniente;

Parágrafo 18 - O Associado que deixar de pagar suas contribuições por 03 (três) meses consecutivos será afastado do quadro de associados, podendo voltar quando quitar os débitos. No caso do associado deixar de pagar por 12 (doze) meses consecutivos será excluído. O pagamento deverá ser realizado sempre na Secretaria da Associação até o décimo dia do mês.

Parágrafo 19 - O associado que estiver um mês atrasados com suas mensalidades não poderá votar ou ser votado;

Parágrafo 20 - O associado pode apresentar a Diretoria Executiva qualquer reclamação por escrito que ache justa;

Parágrafo 21 - Fica assegurado ao associado o direito de recorrer a Assembleia Geral contra quaisquer atos lesivos aos seus direitos, incluído os casos previstos de suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, ou de exclusão;

Parágrafo 22 - Os associados não responderão solidaria nem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Associação;

CAPITULO IV

Dos Órgãos de Administração, Funcionamento e Organização:

ARTIGO: 5º - São órgãos da Associação: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Da Assembleia Geral:

ARTIGO: 6º - A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no dia 26 de janeiro, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela

22 JUN 2016

de Verônica Marcollo
Escritor

ente com o selo de autenticidade
Selo pago por verba. Cobrado por autenticação

R\$ 3,05

Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual e discussão de assuntos gerais da entidade e/ou das comunidades envolvidas. Cabe a Assembleia Geral a competência para eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alterar o presente Estatuto, ou seja, nenhum outro órgão poderá exercer essas tarefas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, mediante a assinatura de 05 (membros); ou por ao menos 2/3 (dois terços) dos associados em dia com suas obrigações Estatutárias através de abaixo-assinado; e pelo Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Em todos os casos, devem ser cumpridas as previsões Estatutárias. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze dias), através de edital afixado na sede e estúdios da entidade, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais serão realizadas mediante Edital explicitamente claro e objetivo quanto ao assunto a ser tratado na Assembleia Geral ou reunião da Diretoria Executiva e poderá ser recebido pelo associado ou por algum membro da família dele;

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com presença absoluta dos associados (50% mais um) e, em segunda convocação, 30 minutos após, somente com a presença de 1/3 (um terço) dos associados. Se ainda assim, a Assembleia não puder ser instalada, deverá ser feita outra convocação, até que esse quorum de 1/3 (um terço) dos associados seja atingido. Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto só poderá ser alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados a presente Assembleia;

Parágrafo 4º - o livro de assinatura que controla a presença dos associados será obrigatoriamente fechado e assinado pelo presidente e pelo secretário, antes do início da Assembleia ou reunião da Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - As decisões das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta dos presentes, observando o "quorum" consignado neste Estatuto, ficando proibidos os votos por procuração ou qualquer outro tipo de documento;

Parágrafo 6º - Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto somente será alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços), dos associados presentes;

Parágrafo 7º - Serão tomadas por escrutínio secreto, as deliberações que envolvam a eleição da Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; previsões orçamentárias; e aprovação de contas; julgamento dos Atos da Diretoria na aplicação das penalidades.

Parágrafo 8º - Cabe a Assembleia Geral, a fixação do valor da mensalidade de manutenção, tendo em vista a proposta da Diretoria Executiva para a referida matéria;

Parágrafo 9º - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar as contas e o Balanço Geral da Associação;

Parágrafo 10 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o relatório da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal;

Parágrafo 11 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o orçamento anual de Receitas e Despesas da Associação. A Diretoria Executiva comunicará, com 15 (quinze) dias de antecedência, a data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, ressaltando o local onde se encontrem à disposição dos sócios os seguintes documentos: Relatório da Diretoria Executiva; Balanço Geral das Contas; Parecer do Conselho Fiscal e o último relatório do Conselho Comunitário e o orçamento anual de receitas e despesas da Associação.

Parágrafo 12 - Haverá uma Sessão Ordinária, sempre no dia 26 de janeiro, da Assembleia Geral, para a apresentação do relatório e verificação das contas do exercício findo, e tantas quantas Sessões Extraordinárias forem convocadas, na forma deste Estatuto.



Parágrafo 13 - Compete à Assembleia Geral Extraordinária, mediante aprovação de 2/3 (dois terços), deliberar sobre a reforma do Estatuto Social; eleição e destituição da Diretoria Executiva; eleição e destituição do Conselho Fiscal; destituição de qualquer dos órgãos da Administração e Assessoramento da Associação e tratar de qualquer assunto de interesse da Associação.

ARTIGO: 7º - As Assembleias Gerais Extraordinárias são as de previsões orçamentárias e as de prestação de contas, ambas serão anuais e obrigatórias,

ARTIGO: 8º - Compete a Assembleia Geral, eleger a Diretoria Executiva ou destituir qualquer de seus membros; e alterar o Estatuto, em ambos os casos com Assembleia Geral Extraordinária convocada para esses casos; julgar e decidir em última instância todos os assuntos da Associação; aprovar o Regimento Interno que regulamenta os vários setores da atividade da Entidade; aprovar, ou rejeitar os balanços e as contas do exercício anterior; analisar e definir o planejamento do trabalho do período seguinte; autorizar a alienação de bens, cuja conservação não convier aos interesses da Associação, bem como contrair empréstimos para a compra de equipamentos ou aquisição de prédio próprio, bem como criar o Conselho Comunitário da Entidade.

Da Diretoria Executiva:

ARTIGO: 9º - A administração da Associação caberá a Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral Extraordinária, e composta do Presidente; do Vice-Presidente; do Secretário; do Tesoureiro; do Diretor de Operações; Diretor Cultural e de Comunicação Social e Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-a cada 10 dias, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente, sempre que convocada por 5 membros da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelo Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º - Nenhum membro da Diretoria Executiva será remunerado, nem receberá lucro sobre qualquer pretexto;

Parágrafo 3º - A Diretoria Executiva funcionará com a presença absoluta dos membros;

Parágrafo 4º - As vagas abertas na Diretoria Executiva, antes do final do mandato, deverão ser preenchidas por eleição de outro associado, e aprovada pela maioria simples da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;

Parágrafo 5º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria dos votos;

Parágrafo 6º - Será considerado vago o cargo do eleito que não tomar posse dentro de 30 dias;

Parágrafo 7º - A Diretoria Executiva terá de fazer cumprir todas as deliberações da Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Resolver sobre a exclusão, ou suspensão temporária, dos associados, encaminhando a Assembleia Geral, o decidido, para deliberação;

Parágrafo 9º - Deliberar sobre o aumento do patrimônio da Associação;

Parágrafo 10 - Dar informações precisas, por meio de regulamentos, sobre os serviços prestados pela Associação;

Parágrafo 11 - Autorizar o Presidente a fazer contratos preciosos e determinar as respectivas condições;

Parágrafo 12 - Aprovar orçamentos e plantas de obras a serem executadas pela Associação;

Parágrafo 13 - Interpretar o presente Estatuto, cumprindo-o de forma integral;

ARTIGO: 10 - Das decisões da Diretoria Executiva, caberá recurso para a Assembleia Geral.

ARTIGO: 11 - O período administrativo terá 03 anos, a contar do dia da eleição até que se complete o mandato.



PARAGRAFO ÚNICO: Não poderá de forma alguma ser prorrogado o mandato da Diretoria Executiva, sendo obrigatória a eleição de 03 em 03 anos, ocorrendo à posse no mesmo dia da eleição. Será permitida apenas uma reeleição, pelo mesmo período.

ARTIGO: 12 - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário para mandato de 03 (três) anos, em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação aberta nas chapas inscritas;

Parágrafo 1º - A formação da Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e direta dos votos;

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com antecedência mínima de trinta dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos neste Estatuto;

Parágrafo 3º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral;

Parágrafo 4º - Somente poderão votar e serem votados os associados que estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

ARTIGO: 13 - Compete a Diretoria Executiva, coletivamente:

Parágrafo 1º - Dirigir a Associação de acordo com o presente Estatuto e administrar o patrimônio promovendo o desenvolvimento da Entidade;

Parágrafo 2º - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as demais decisões da Assembleia Geral;

Parágrafo 3º - Reunir-se ordinariamente a cada 10 (dez) dias e extraordinariamente quando houver convocação;

Parágrafo 4º - Manter a escrituração em dia;

Parágrafo 5º - Promover e incentivar a criação de comissões de departamento com função de assessoria as atividade da Entidade e o Conselho Comunitário;

Parágrafo 6º - A contratação e remuneração de prestação de serviços especializados, como jornalistas, radialistas, redatores, locutores, técnico de som e informática; e outros profissionais especializados em manutenção da emissora de rádio administrada pela Associação;

Parágrafo 7º - Acompanhar e seguir orientações do Conselho Comunitário;

Parágrafo 8º - As decisões da diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a participação garantida da maioria simples de seus membros.

Parágrafo 9º - A contratação e demissão dos funcionários dependerão de aprovação da maioria absoluta da Diretoria Executiva;

Parágrafo 10 - Convocar a Assembleia Geral;

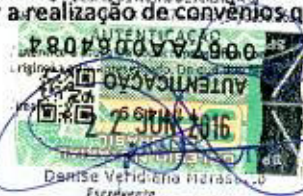
Parágrafo 11 - Prestar contas bimestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente à Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela Assembleia Geral;

Parágrafo 12 - Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;

Parágrafo 13 - Autorizar a aquisição de equipamentos;

Parágrafo 14 - Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade;

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELÃO DE NOTAS DE ABAIXA-SP



Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação

R\$ 3,05

Parágrafo 15 - Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Entidade.

ARTIGO: 14 - Caberá a cada diretor, individualmente:

Parágrafo 1º - Dirigir e administrar os serviços prestados pela Entidade dentro do Estabelecido no Estatuto;

Parágrafo 2º - Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

Parágrafo 3º - Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

Parágrafo 4º - Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ARTIGO: 15 - Compete ao Presidente:

Parágrafo 1º - Presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

Parágrafo 2º - Representar a Associação em Juízo e fora dele;

Parágrafo 3º - Convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;

Parágrafo 4º - Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques, pagar contas e assinar balancetes;

Parágrafo 5º - Conceder férias; conceder licença a funcionários; ordenar e pagar despesas autorizadas nas formas do orçamento, e juntamente com o tesoureiro assinar cheques e documentos contábeis;

Parágrafo 6º - organizar relatório das ocorrências do ano anterior, apresentado-o a Assembleia Geral Ordinária de provisões orçamentárias e de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício, relação dos filiados e balanço financeiro;

Parágrafo 7º - Apresentar ao final de cada ano um relatório minucioso a Assembleia Geral, sobre os fatos ocorridos durante sua administração.

Parágrafo 8º - Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;

Parágrafo 09º - Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

ARTIGO: 16 - Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo 1º - Substituir o presidente em seus impedimentos temporários, ou definitivos até o final do mandato da Diretoria Executiva;

ARTIGO: 17 - Compete ao Secretário:

Parágrafo 1º - Redigir, assinar as atas junto com o presidente, ler, aberta as sessões, as atas das reuniões da Mesa e das Assembleias Gerais, e manter a transcrição em dia das atas das Assembleias Gerais, e das reuniões da Diretoria Executiva e Conselhos da Entidade;

Parágrafo 2º - Redigir as correspondências da Associação e manter em bom estado sob sua guarda todo arquivo de livros da Associação;



Parágrafo 3º - Manter o livro com o registro de todos os associados e as Assembleias quando solicitado;

Parágrafo 4º - Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;

Parágrafo 5º - Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ARTIGO: 18 - Compete ao Tesoureiro:

Parágrafo 1º - Arrecadar e fiscalizar todos os valores da Associação e responder por eles;

Parágrafo 2º - Abrir contas bancárias em estabelecimentos designados pela Diretoria Executiva, depositar os valores recebidos; assinar cheques junto com o presidente; manter nas contas os valores da Associação proveniente de todas as receitas, como contribuições e apoio cultural, entre outras, podendo aplicá-los, ouvido sempre a Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Efetuar pagamentos dos impostos e outros autorizados;

Parágrafo 4º - Supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade;

Parágrafo 5º - Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e balanço anual.

Artigo: 19 - Compete ao Diretor de Operações:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões de Diretoria Executiva, contribuindo com as suas funções coletivas;

Parágrafo 2º - Implementar e supervisionar a programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões

ARTIGO: 20 - Compete ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções Coletivas;

Parágrafo 2º - Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

Parágrafo 3º - Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada; sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

Parágrafo 4º - Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, Regimentos Internos e documentação enviada pelo Conselho Comunitário, com pareceres sobre a programação da Emissora de Rádio, entre outros.

Artigo: 21 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

Parágrafo 1º - Manter sob seu controle todos os patrimônios da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

Parágrafo 2º - Implementar o arquivo histórico da Associação em áudio, vídeo e material gráfico.

ARTIGO: 22 - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de cinco membros. Em caso de empate nos processos de votação caberá ao voto do Presidente a decisão.

Do Conselho Fiscal:

ARTIGO: 23 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e será coordenado por um Presidente e um Secretário, com mandato de 03 (três) anos:



Parágrafo Único - O mandato do conselho Fiscal terá duração igual ao da Diretoria Executiva, ou seja, 03 (três) anos, sendo eleito juntamente com a mesma, mediante a apresentação de chapa completa e com posse no mesmo dia. Os candidatos tem que estar em dias com suas obrigações Estatutárias.

Artigo: 24 - Compete ao conselho Fiscal reunir-se á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade, ou ainda reunirá extraordinariamente a pedido da Diretoria Executiva ou por maioria simples de seus membros;

Parágrafo 1º - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos;

Parágrafo 2º - Fiscalizar todas as atividades da Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Rubricar e fiscalizar toda documentação contábil;

Parágrafo 4º - Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;

Parágrafo 5º - Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes trimestrais;

Parágrafo 6º - Compete ao Conselho Fiscal convocar Assembleia Geral Extraordinária quando for o caso;

Parágrafo 7º - Será automaticamente cassado o mandato do Conselheiro que deixar de comparecer à 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justa causa, a critério dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 8º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registradas em livro próprio de "Atas".

Do Conselho Comunitário:

Artigo: 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, 05 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas dentro da área de execução dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Parágrafo 2º - O conselho comunitário reunir-se-á cada 01 (um) ano para análise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria Executiva, verificando a sua adequação às metas estabelecidas;

Parágrafo 3º - Aprovação da programação da Emissora.

Parágrafo 4º - Convocar Assembleia Geral Extraordinária quando achar necessário.

ARTIGO: 26 - O presente estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, de conformidade com o Estatuto.

ARTIGO: 27 - A Associação não remunera por quaisquer formas, os cargos de sua Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Deliberativos ou Consultivos, e não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.



Arquivo
22 JUN 2016
Denise Verdolina Marques
Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação:
R\$ 3,05

CAPITULO V

Das Eleições e Posse:

Artigo: 28 - As Eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal (quatro), em 03 (Três) anos, obrigatoriamente até o dia 26 mês de janeiro, devendo ser disputadas por chapas completas da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, durante a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim, mediante voto secreto e sendo possível a reeleição de seus membros por apenas uma vez.

Artigo: 29 - Quando da eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, se apenas uma chapa for apresentada, ficará a critério do presidente da Assembleia Geral a aprovação por aclamação.

Artigo: 30 - Em caso de demissão coletiva, as eleições realizar-se-ão também por Assembleia Geral Extraordinária, na mesma forma estabelecida por esse Estatuto;

Artigo: 31 - O direito do voto é pessoal, individual e intransferível, não podendo ser inclusive exercido por procuradores;

Parágrafo 1º - O associado que quiser se candidatar deverá apresentar-se para registro na Secretaria, até 08 (oito) dias antes da data da votação, desde que faça parte de uma chapa completa de candidatos.

Parágrafo 2º - Só poderão concorrer ao pleito as chapas devidamente registradas, em tempo hábil, pela Secretaria que, durante o dia da votação, deverão estar afixadas na banca receptora de votos.

Parágrafo 3º - Poderão ser registradas chapas para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário (caso haja), separadamente, sendo vedado somente o registro de nomes para cargos isolados.

Parágrafo 4º - É facultado ao candidato que encabeçar uma chapa (da Diretoria ou do Conselho Fiscal ou Conselho Comunitário) promover a retirada do registro de sua chapa até 01 (uma) hora antes do horário marcado para o início da votação.

Parágrafo 5º - Os recursos contra o trabalho exercido nas Eleições poderão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias após as eleições, para o julgamento em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal fim.

Artigo: 32 - A posse será dada pelo Presidente em Assembleia, por meio de um termo lavrado em livro próprio o qual deverá ser assinado por todos os eleitos.

CAPITULO VI

Das Receitas e Despesas

ARTIGO 33 - A Associação advirá:

Parágrafo 1º - Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

Parágrafo 2º - Da contribuição mensal dos associados;

Parágrafo 3º - A Associação se manterá com os valores arrecadados das contribuições dos associados; das doações; da prestação de serviços e subvenções oficiais municipais, estaduais e federais; recursos que sempre serão aplicados nas finalidades da Entidade, consignadas neste Estatutos;

Parágrafo 4º - De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim de acordo com a orientação Estatutária;

Parágrafo 5º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade;



Parágrafo 6º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito, ou por força judicial;

Parágrafo 7º - A Associação aplicará integralmente no território nacional todas as receitas; rendas; rendimentos; ou eventual resultado operacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais de acordo com o artigo 3º do Inciso IV do Decreto nº 2.536/98;

ARTIGO: 34 - As despesas da Entidade podem ser:

Parágrafo 1º - As despesas operacionais podem ser com o aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos eletrônicos, material de escritório, custo para manutenção de equipamentos, contratação de engenheiros para apresentação de projetos técnicos, contratação de profissionais liberais para pareceres e serviços de advocacia.

Parágrafo 2º - Pagamento de mão de obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

CAPITULO VII

Da prestação de Contas:

ARTIGO: 35 - A prestação de contas da Associação deverá observar, no mínimo:

Parágrafo 1º - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

Parágrafo 2º - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório das atividades sociais e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto aos Órgãos governamentais brasileiros, colocando todos estes documentos à disposição para o exame de qualquer associado;

Parágrafo 3º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VIII

Do Exercício Social:

ARTIGO: 36 - O exercício fiscal da Associação terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Associação, de conformidade com as disposições legais.

CAPITULO IX

Da Dissolução e Liquidação:

ARTIGO: 37 - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim de acordo com o Estatuto e com aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados;

Parágrafo 1º - Da pauta deverá constar como obrigatória a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia;

Parágrafo 2º - Em caso de decisão da Assembleia Geral pela dissolução e liquidação da Associação, caso haja dívidas na data, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, e o saldo restante deste patrimônio deverá



ser doado sendo destinado em benefício de uma Instituição com caráter, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou Entidade Pública.

1º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE BAURÍ - SP
MICROFILMADO - Nº 62.099

Capítulo X

Das Disposições Gerais

ARTIGO: 38 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

ARTIGO: 39 - As dúvidas ou conflitos entre os associados e a Associação, oriundas deste Estatuto Social, serão resolvidas, por meio de arbitragem, de acordo com a Lei brasileira e referendadas pela Assembleia Geral, quando não puderem ser resolvidas pela Diretoria. Os associados firmarão, individualmente, termo próprio de compromisso, na oportunidade da filiação a esta Associação.

ARTIGO: 40 - Fica o presente Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2013, será registrado na forma da Lei, impresso e distribuído aos associados, entrando em vigor imediatamente, podendo ser reformulado sempre que os interesses da Associação assim exigirem.



Arealva-SP, 23 de janeiro de 2013


Luiz Henrique Dias

Presidente




Tadeu Ricardo Bonati

Secretário




Dr. Nilson Luiz De Vidas

OAB/SP - 115.682



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS DE
BAURU - SP**

RUA RIO BRANCO, 1656 - VILA AMERICA
CEP Nº. 17.014-037 - FONE (14) - 3010-8040

**LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL**

CERTIFICA

Que o presente títulos foi
PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº
62.099 MICROFILMADO sob o mesmo
número, AVERBADO EM FRENTE AO
REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ em 11
de Dezembro de 2013. O referido é verdade
e dou fé,

Bauru, 11 de Dezembro de 2013.

EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL: 34,43
EST.: 9,79
IPESP: 7,25

SINOREG: 1,81
T. JUST.: 1,81
TOTAL: 55,09



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme
original e sua apresentação, da data da fé.

Arquivo

22 JUN 2016

Denise Veridiana Marasotto
Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação
R\$ 3,05

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900

Brasília-DF



Remetente:

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CUL. COM. COMUNITÁRIA SOLIDARIDADE AREALUA

ENDEREÇO: RUA AMADOR FERNANDES, 40

Bairro: Centro,

AREALUA - SP.

CEP: 17.160-000

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP

CNPJ - 03.628.758/0001-76

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP

Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias

E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

Arealva-SP, 22 de Junho de 2016


Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 27/06/16 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição



Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP

CNPJ - 03.628.758/0001-76

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva -SP

Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias

E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

Arealva-SP, 22 de Junho de 2016



Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP

CNPJ - 03.628.758/0001-76

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva -SP

Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias

E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

Arealva-SP, 22 de Junho de 2016



Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 22024/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.050612/2015-51**.

Processo de Outorga nº: **53000.004012/2001**.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**, por meio da Portaria nº 639, publicada no DOU de 15/12/2003, e Decreto Legislativo nº 391, publicado no DOU de 1º/8/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 1º/8/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **1º/7/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º;

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, Chefe de Serviço, em 29/09/2015, às 12:37, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32001/2015/SEI-MC

Brasília, 29 de setembro de 2015

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

Rua Pedro Pereira, nº 388 - Centro

17.160-000 - Arealva - SP

CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 22024/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.

2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0742677** e o código CRC **68C0469A**.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.628.758/0001-67 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/01/2000	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA					
LOGRADOURO R PEDRO PEREIRA		NÚMERO 388		COMPLEMENTO	
CEP 17.160-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO		MUNICÍPIO AREALVA		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO			TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8800-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMMELTON DA SILVA

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 12.529.115-2 DATA DE EXPIRAÇÃO 26/ABR/2013

NOME LUIZ HENRIQUE DIAS

FILIAÇÃO PEDRO DIAS

E MARIA APARECIDA DIAS

NATURALIDADE AREALVA -SP DATA DE NASCIMENTO 13/ABR/1960

LOCAL ORIGEM BAURU-SP

AREALVA

CC:LV.B21 /FLS.5V /N.000889

CPE 001835738/54

208 Delegado Divisório

Roberto Assunção do Carmo

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESPAÇO EM BRANCO

00674A0064060

AUTENTICAÇÃO

21 JUN 2016

Denise Veridiana Marabotto

Escrevente

Válida somente com o selo de autenticidade

Selos pagos por verba. Cobrada por autenticação

R\$ 3,05

COPIA EXTRAIDA EM

fora desta unidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
NOME LUIZ HENRIQUE DIAS		
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 12529115 SSP/SP	
	CPF 001.835.738-54	DATA NASCIMENTO 13/04/1960
	FILIAÇÃO PEDRO DIAS MARIA APARECIDA DIAS	
	PERMISSÃO AS	CAT. HAB. AS
Nº REGISTRO 01269457380		
VALIDADE 03/06/2020		1ª HABILITAÇÃO 16/05/1980
OBSERVAÇÕES		
ASSINATURA DO PORTADOR		
LOCAL JACANGA, SP	DATA EMISSÃO 03/06/2015	
Assinatura: <i>Daniel Ammerberg</i>		11408321005 3P675917489
DETRAN-SP (SAO PAULO)		

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1117324194

PROIBIDO PLASTIFICAR

1117324194

REGISTRO GERAL 5.343.125-X DATA DE EXPEDIÇÃO 12/JUN/2014

NOME ANTONIO JOÃO CARRARO

FILIAÇÃO SILVIO CARRARO

E APARECIDA DE CARLI

NATURALIDADE AREALVA -SP DATA DE NASCIMENTO 15/JUL/1946

DOC ORIGEM PEDERNEIRAS-SP

AREALVA

CC:LV.B15 /FLS.218 /N.000315

CPF 251145498/04

208 Delegado Divisionário
Roberto de Almeida do Brito HIRGD.SSP/SP



CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

21 JUN 2016

Daniela Veridiana Marafiotto
Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade de
Selos pagos por venda. Cobrado por autenticação
R\$ 3,05

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
 VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 780906601	NOME TADEU RICARDO ROMATI	
	DOC. IDENTIDADE / RG, CNH, RNE / UF 35539451 SSP/SP	
	CPF 247.783.658-79	DATA NASCIMENTO 01/10/1977
	FILIAÇÃO PEDRO JOSE ROMATI	
	MULHER APARECIDA ROCHA ROMATI	
PROIBIDO PLASTIFICAR 780906601	 IMAGEM	
	INSCRIÇÃO 03102046430	VALIDADE 10/09/2018
	CAT. HAB. AB	
	DATA EMISSÃO 19/09/2013	
	 ASSINATURA DO TITULAR	
OBSERVAÇÕES		
LOCAL TAUBATÉ, SP		
DATA EMISSÃO 19/09/2013		
 ASSINATURA DO TITULAR		
DETRAN-SP (SAO PAULO)		

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

JAIR ANTONIO LONGO

NOME

Paulo Longo e de Luzia Fazio -

PAZ

Longo

AREALVA SP **15/AGO/1955**

NATURALIDADE NASCIMENTO A

PI AREALVA *Jair Antonio Longo*

SIGNATURA DO PORTADOR

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

8.681.696 **6-set-974**

REGISTRO CIVIL SÃO PAULO





POLEGAR DIREITO

SP

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



ORIGINAL EM DEPOSITO NAS PLS DA POLICIA

RUA DO COMENDADOR JOSE DE AREALVA-SP

Rua Celso de Figueiredo nº 337 - Fone: (14) 3196.2632

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotográfica conforme original e nota apresentada, do que dou fé.

Arelva,

22 JUN 2016

Danilo Veridiano da Rocha

Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade

Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação

R\$ 3,05

CÓPIA EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA

ESPACO EM BRANCO

ESPACO EM BRANCO



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **797.612.408-00**

Nome da Pessoa Física: **JAIR ANTONIO LONGO**

Data de Nascimento: **15/08/1955**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

Comprovante emitido às: **13:27:18** do dia **22/06/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **9C17.0B32.84BB.13EF**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Autentico esta cópia cópia original, em formato eletrônico, pessoalmente
acessado, no endereço eletrônico da Secretaria Federal

www.receita.fazenda.gov.br

Dou fé, Aranha 22/6/16

☐ Eu Rosilene Pereira, escrevente.

☐ Eu Débora Fayad Misquati, oficial tabelão.

☒ Denise Veridiana Marasatto
Escrevente



ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

JAIR ANTONIO LONGO

PRIMEIRO NOME

Longo e de Luzia Fazio -

PRIMEIRO NOME

Longo

SP **15/AGO/1955**

NATURALIDADE NASCIMENTO A

Longo

ASSINATURA DO PORTADOR

(GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(COMISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

CASA DA ALFAMA DO BRASIL

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

(COMISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

JAIR ANTONIO LONGO

Longo e de Luzia Fazio -

Longo

SP **15/AGO/1955**

NATURALIDADE NASCIMENTO A

Longo

ASSINATURA DO PORTADOR

(GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(COMISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

CASA DA ALFAMA DO BRASIL

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

DEZ/2001

BANCO DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

797.612.408-00

JAIR ANTONIO LONGO

15/08/1955

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CERTIFICO AS SEGUINTES INCONFORMIDADES:

- ☐ DOCUMENTO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO;
- ☐ DOCUMENTO PARCIALMENTE QUEBRADO;
- ☐ OUTROS: _____

Dou fé. Arealva/SP, ____/____/____.

☐ Eu Rosilene Pereira, escrevente.

☐ Eu Débora Fayad Misquati, oficiala tabeliã.

☒ Denise Veridiana Marasatto
Escrevente



Autentica o documento: reprográfica conforme original a mim apresentado. Do que dou fé.

Arealva,

21 JUN 2016

Denise Veridiana Marasatto
Escrevente


Válido somente com o selo de autenticidade.
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação.

RS 3,05

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAGEM		
PAULO SERGIO LONGO		
	DOC. IDENTIDADE / ONE. BRASCO / UF	
	12225148 829/SP	
	CPF	DATA ASSINATURA
	825.973.598-91	16/05/1960
FILIAÇÃO		
PAULO LONGO		
LUZIA FÁBIO LONGO		
RESIDÊNCIA		
ACE		
COT. HAB.		
E		
N. RESIDÊNCIA		
02513779957		
VALIDADE		
19/07/2017		
ST. HABITAGEM		
13/10/1978		
		
LOCAL		
BAURUR - SP		
DATA EMISSÃO		
19/07/2012		
		
48147068477		
87553615271		
DEIRAN - SP (SAO PAULO)		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 13.739.833-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/NOV/2005

NOME RONALDO SCATINI

FILIAÇÃO FRANCISCO SCATINI NETO

E MARIA DE LURDES DA ROSA SCATINI

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 07/MAR/1964

DOC ORIGEM BAURU-SP AREALVA

CC: LV.B21 /FLS.196V/N.001080

CPF 049419758/71 PIS 10889438355

ASSINATURA DO DIRETOR

690490064059

AUTENTICAÇÃO

117499

GRATIA DE AGUIAR ENRIQUES PEREIRA

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Rua ...

Autenticação

Autentico e apresento cópia xerográfica conforme original a mim apresentado. De que dou fé.

Assinatura

21 JUN 2016

Denise Veridiana Marasotto

Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade

Selos pagos por verbo. Cobrado por autenticação

RS 3,05

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
 VÁLIDA EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL 849280255	NOME RONALDO SCATINI	
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 13739833 SSP/SP	
	QT 049.419.758-71	DATA NASCIMENTO 07/03/1964
	FILIAÇÃO FRANCISCO SCATINI NETO	
	MARIA DE LORDES DA ROS A SCATINI	
	FORMAÇÃO C	CAT. HAB. C
	NR. REGISTRO 03226754654	VALIDADE 11/03/2019
	1ª HABILITAÇÃO 31/05/1982	
 PROIBIDO PLASTIFICAR 849280255	OBSERVAÇÕES	
	 ASSINATURA DO PORTADOR	
	LOCAL TACANGA, SP	DATA EMISSÃO 20/03/2014
	 ASSINATURA DO EMISSOR	
	46801058767 SP624506517	
 DETRAN-SP (SAO PAULO)		

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

CNPJ - 03.628.758/0001-67

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva. Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às vinte horas, na Rua Pedro Pereira, 388, na cidade de Arealva, estado de São Paulo, em primeira chamada, após verificação da presença de todos os membros filiados a Entidade, o presidente da Entidade deu início à reunião para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: 1- Eleição da Diretoria para o período 2014/2017; 2- Eleição do Conselho Fiscal para o período 2014/2017; 3- Eleição do Conselho Comunitário para o período 2014/2017. O presidente informou aos presentes o registro de apenas uma chapa inscrita para a Diretoria; uma chapa inscrita para o Conselho Fiscal; e uma chapa inscrita para o Conselho Comunitário, todas de conformidade com o Estatuto Social da Entidade. Em seguida, a palavra foi aberta aos associados que demonstraram consenso, e não havendo outras manifestações em contrário, foi iniciada a votação com a verificação do "quorum" registrando a totalidade dos membros filiados de acordo com o Estatuto da Entidade. Encerrada a votação às 20h53, foi realizada a apuração dos votos e constatou que a única chapa inscrita para a **DIRETORIA**, sendo composta pelos associados. Presidente: Luiz Henrique Dias, brasileiro, casado, pecuarista, RG: SSP/SP - 12.529.115, CPF do MF: 001.835.738-54, residente a Rua Domingos Marques, 270, centro, Arealva-São Paulo; Vice-Presidente: Antônio João Carraro, brasileiro, casado, comerciante-agricultor, RG: SSP/SP - 5.343.125, CPF do MF: 251.145.498-04, residente a Rua João Basílio, 476, centro, Arealva-São Paulo; Secretário: Tadeu Ricardo Bonati, brasileiro, solteiro, funcionário público municipal, RG: SSP/SP- 25.539.451-2, CPF do MF: 247.738.658-79, residente a Rua Wasni de Almeida Silva, 220, Arealva-São Paulo; Tesoureiro: Jair Antônio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 8.681.696, CPF do MF: 787.612.408-00, residente a Rua Manoel de Oliveira, 162, Arealva-SP; Diretor de Operações: Raphael Candioto Pereira, brasileiro, casado, radialista, RG: 43.157.306-2, CPF do MF: 306.602.938-70, residente a Rua João Basílio, 578, centro, Arealva-SP; Diretor de Patrimônio: Paulo Sérgio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 12.529.148, CPF do MF: 825.973.598-91, residente a Rua Mamede Pereira de Lima, 133, Núcleo Habitacional Job Garcia de Almeida, Arealva-SP e Diretor de Cultura e Comunicação Social: Ronaldo Scatini, CPF do MF: 049.419.758-71 - RG : 13.739.833-5, casado, funcionário público, residente a Rua Rua Adib Buriham, 255, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Verificou também que a única chapa inscrita para o **CONSELHO FISCAL** composta por Wellington Furquim Corrêa, CPF do MF: 304.630.238-03 - RG: 32.102.480.01, solteiro, funcionário público, residente a Rua Laudelino José Nascimento, 53, Arealva-SP, Thiago Savian Campese, CPF do MF: 303.709.438-99 - RG: 27.563.511-X, solteiro funcionário público, residente a Rua da Saudade, 40, Arealva-SP e Luiz Fernando Marchi, CPF do MF: 267.275.668-60 - RG: 29.198.849-X, casado, funcionário público, residente a Rua Joaquim Maia, 237, centro, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Também apurada a eleição para o **CONSELHO COMUNITÁRIO** verificou a eleição da única chapa inscrita composta pelos representantes das Entidades legalmente constituídas na área do município sobre abrangência da emissora de rádio da Entidade. - (1) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representadas pelos membros: Marilena Aparecida Baconcelo Furlanetti, brasileira, casada, professora, RG/SSP/SP 21.171.059-3, CPF do MF: 130.820.298-92, residente no Sítio Santa Luzia I - Bairro Ribeirão Bonito, Arealva-SP; e Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Didimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pela presidenta Angela Maria Bertolo Giraldi, brasileira, casada, do lar, RG/SSP/SP, 19.597.514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente a Avenida da Saudade, 816, centro, Arealva-SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515.894.438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva, SP, representada por Decio Lenharo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SPP/SP, 4.255.900, CPF do MF: 349.100.268-00, residente a Rua José Antonio de Faria, 320, São Pedro, Arealva, SP. Em seguida, no mesmo ato, todos os membros eleitos foram EMPOSSADOS nos respectivos cargos. Nada mais havendo a tratar, a presente



COPIA EXTRAIDA EM

para esta unidade

Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim Tadeu Ricardo Bonati, secretário e pelo senhor Luiz Henrique Dias, presidente.
Arealva-SP, 26 Janeiro de 2014.

Presidente: Luiz Henrique Dias

Secretário: Tadeu Ricardo Bonati



Autentica e fornece cópia reprográfica conforme
origem a mim apresentando. De que dou fé.

Arealva,

22 JUN 2018

Denise Veridiana Marasaito
Escrevente

Válida somente com o selo de autenticação

Só os pagos por verba. Cobrado por autenticação

R\$ 3,05

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REGISTRO
CIVIL DE BAURU - SP

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

CERTIFICA

Bauru, 30 de outubro de 2015.

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU - SP**

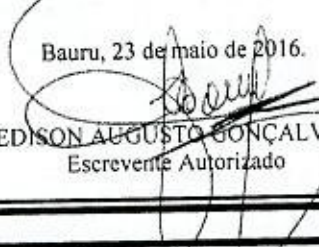
RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 - FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente títulos foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº 63.549 MICROFILMADO sob o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ, em 23 de maio de 2016. O referido é verdade e dou fé.

Bauru, 23 de maio de 2016.


EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	41,87	SINOREG:	2,20
EST.:	11,90	T. JUST.:	2,87
IPESP:	6,13	ISS:	0,83
M.P.:	2,00	TOTAL:	67,80



Atestou:
22 JUN 2016
Denise Veridiana Marasotto
Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação
R\$ 3,03

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 2013

CAPITULO I

Da denominação, Sede e Área de Atuação:

ARTIGO 1º - A Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, com sede na cidade de Arealva-SP, a Rua Pedro Pereira, 338, fundada em 12 de novembro de 1.999, é uma associação, sendo regulada por este Estatuto devidamente adaptado ao novo Código Civil, Lei 10.406 de 10/01/2002 e alterado pela Lei 10.838 de 30/01/2004, com a seguinte redação.

ARTIGO 2º - A Associação foi constituída com as seguintes finalidades: Defender a democratização dos meios de comunicação, e em especial, a Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de baixa potencia (até 25 watts), com o objetivo de promover atividades visando o desenvolvimento da cultura, educação e dos profissionais de comunicação social da coletividade inserida na área de cobertura da emissora, prestando serviços permanentes sem qualquer discriminação de clientela.

Parágrafo 1º - São órgãos constitutivos da Associação, a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;

Parágrafo 2º - É indeterminado o tempo de duração da Associação;

Parágrafo 3º - A Associação não tem fins lucrativos;

Parágrafo 4º - A Associação manterá sua independência em relação aos partidos políticos, ao Estado, Poder Econômico, credo religioso e racial.

CAPITULO II

Dos Objetivos:

ARTIGO: 3º - São prerrogativas da Associação:

Parágrafo 1º - Promover atividades educacionais e formação geral, folclóricas e culturais típicas da região;

Parágrafo 2º - Incentivar comportamento de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim atividades, movimentos e organismos;

Parágrafo 3º - Divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliação;

Parágrafo 4º - Manter convênios ou associar a entidades similares para a prestação de serviços de assessorias;

Parágrafo 5º - Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgãos de imprensa como rádio comunitária;

Parágrafo 6º - Realizar a cobrança de contribuições dos associados;

Parágrafo 7º - Cobrar mensalidades com valor estabelecido pela Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Prestar serviços compatíveis com as finalidades do Estatuto, com o objetivo de arrecadar fundos para manutenção da Entidade;

Parágrafo 9º - Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar o objetivo da Associação;

Parágrafo 10 - Criação da Casa de Cultura e Museu ligados à área de comunicação e cultura, ampliando o conhecimento e o lazer comunitário.

COPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA



Parágrafo 11 - Dar oportunidade à difusão das ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais;

Parágrafo 12 - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

Parágrafo 13 - Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;

Parágrafo 14 - Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitário;

Parágrafo 15 - coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse.

Capítulo III

Dos Associados, seus Direitos e Deveres:

ARTIGO: 4º - Poderá associar-se e participar gratuitamente da Associação qualquer pessoa, em especial os domiciliados na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, independente de cor, formação profissional, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste estatuto. Todos os cidadãos em dia com suas obrigações Estatutárias terão direito a voz, ao voto e ser votado para quaisquer instância deliberativa que compõem a Associação, desde que o associado tenha em dia suas obrigações Estatutárias. Fica assegurado o ingresso de Pessoas Jurídicas, sem fins lucrativos, de forma gratuita a Entidade, desde que sediadas na área de execução dos Serviços de Radiodifusão, sendo assegurado ao seu representante legal, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos da Associação, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Entidade, nas instâncias deliberativas existentes na Associação. Todos os associados terão seus nomes registrados no livro de registro e podem convocar a Assembleia Geral Extraordinária em requerimento ao presidente, dentro das condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Todo associado terá acesso aos documentos oficiais da Associação sem restrição alguma;

Parágrafo 2º - O associado poderá apresentar projetos na área abrangida pela Associação, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou através de convênios.

Parágrafo 4º - ter voz e votar nas assembleias da Entidade, desde que assine o livro de presença;

Parágrafo 5º - O associado poderá gozar dos benefícios oferecidos pelo Estatuto da Entidade; entre eles, o de indicar novos associados;

Parágrafo 6º - A pessoa ou entidade que faltar a (02) duas Assembleias Gerais Ordinárias sem justificativa ou não se fizer presente em 02 (duas) nas Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas neste período, será convocada pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção Executiva, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.

Parágrafo 7º - São deveres de o associado comparecer as Assembleias Gerais ou reuniões da Diretoria Executiva se fizer parte dela;

Parágrafo 8º - O associado deve prestar serviço à Associação aceitando e exercendo cargo para qual foi eleito, salvo escusa legítima;

Parágrafo 9º - O associado deve observar e seguir os dispositivos deste Estatuto;



Parágrafo 10 - O associado deverá promover o desenvolvimento da Associação;

Parágrafo 11 - O associado deverá defender o bom nome da Associação levando ao conhecimento da mesa administrativa as falhas existentes;

Parágrafo 12 - São deveres de o associado pagar as mensalidades em dia;

Parágrafo 13 - O Associado deve comparecer as Assembleias convocadas, votar, ser votado para ocupar cargo na Associação;

Parágrafo 14 - O associado perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído por justa causa se não cumprir o Estatuto. A exclusão somente ocorrerá após esgotar todos os trâmites legais estabelecidos neste Estatuto. O associado que for condenado em processo crime pela Justiça do País perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído automaticamente. Nos demais casos sempre estarão assegurados ao associado excluído, à oportunidade de impetrar recurso recorrendo da decisão, garantido-se o amplo direito de defesa;

Parágrafo 15 - Fica prevista a imposição de penas leves, como a suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, com a pena podendo estender-se até 12 (doze) meses;

Parágrafo 16 - A perda da condição de associado será informada por escrito, podendo o associado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do comunicado, recorrer da decisão para a Assembleia Geral Extraordinária, que deverá ser convocada dentro de outros 30 (trinta) dias, a contar do protocolo do recurso, para analisar o caso e proferir a decisão final;

Parágrafo 17 - Qualquer associado, a qualquer momento, poderá solicitar o desligamento justificado ou não da Associação, fazendo-o através de petição escrita à Diretoria Executiva, ficando assegurado o direito de voltar a fazer parte da Associação no momento que achar mais conveniente;

Parágrafo 18 - O Associado que deixar de pagar suas contribuições por 03 (três) meses consecutivos será afastado do quadro de associados, podendo voltar quando quitar os débitos. No caso do associado deixar de pagar por 12 (doze) meses consecutivos será excluído. O pagamento deverá ser realizado sempre na Secretaria da Associação até o décimo dia do mês.

Parágrafo 19 - O associado que estiver um mês atrasados com suas mensalidades não poderá votar ou ser votado;

Parágrafo 20 - O associado pode apresentar a Diretoria Executiva qualquer reclamação por escrito que ache justa;

Parágrafo 21 - Fica assegurado ao associado o direito de recorrer a Assembleia Geral contra quaisquer atos lesivos aos seus direitos, incluído os casos previstos de suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, ou de exclusão;

Parágrafo 22 - Os associados não responderão solidaria nem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Associação;

CAPITULO IV

Dos Órgãos de Administração, Funcionamento e Organização:

ARTIGO: 5º - São órgãos da Associação: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Da Assembleia Geral:

ARTIGO 6º - A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no dia 26 de janeiro, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela

22 JUN 2016

de Verônica Marcolino
Escritura

ente com o selo de autenticidade

Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação

R\$ 3,05

Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual e discussão de assuntos gerais da entidade e/ou das comunidades envolvidas. Cabe a Assembleia Geral a competência para eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alterar o presente Estatuto, ou seja, nenhum outro órgão poderá exercer essas tarefas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, mediante a assinatura de 05 (membros); ou por ao menos 2/3 (dois terços) dos associados em dia com suas obrigações Estatutárias através de abaixo-assinado; e pelo Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Em todos os casos, devem ser cumpridas as previsões Estatutárias. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze dias), através de edital afixado na sede e estúdios da entidade, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais serão realizadas mediante Edital explicitamente claro e objetivo quanto ao assunto a ser tratado na Assembleia Geral ou reunião da Diretoria Executiva e poderá ser recebido pelo associado ou por algum membro da família dele;

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com presença absoluta dos associados (50% mais um) e, em segunda convocação, 30 minutos após, somente com a presença de 1/3 (um terço) dos associados. Se ainda assim, a Assembleia não puder ser instalada, deverá ser feita outra convocação, até que esse quorum de 1/3 (um terço) dos associados seja atingido. Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto só poderá ser alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados a presente Assembleia;

Parágrafo 4º - o livro de assinatura que controla a presença dos associados será obrigatoriamente fechado e assinado pelo presidente e pelo secretário, antes do início da Assembleia ou reunião da Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - As decisões das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta dos presentes, observando o "quorum" consignado neste Estatuto, ficando proibidos os votos por procuração ou qualquer outro tipo de documento;

Parágrafo 6º - Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto somente será alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços), dos associados presentes;

Parágrafo 7º - Serão tomadas por escrutínio secreto, as deliberações que envolvam a eleição da Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; previsões orçamentárias; e aprovação de contas; julgamento dos Atos da Diretoria na aplicação das penalidades.

Parágrafo 8º - Cabe a Assembleia Geral, a fixação do valor da mensalidade de manutenção, tendo em vista a proposta da Diretoria Executiva para a referida matéria;

Parágrafo 9º - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar as contas e o Balanço Geral da Associação;

Parágrafo 10 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o relatório da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal;

Parágrafo 11 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o orçamento anual de Receitas e Despesas da Associação. A Diretoria Executiva comunicará, com 15 (quinze) dias de antecedência, a data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, ressaltando o local onde se encontrem à disposição dos sócios os seguintes documentos: Relatório da Diretoria Executiva; Balanço Geral das Contas; Parecer do Conselho Fiscal e o último relatório do Conselho Comunitário e o orçamento anual de receitas e despesas da Associação.

Parágrafo 12 - Haverá uma Sessão Ordinária, sempre no dia 26 de janeiro, da Assembleia Geral, para a apresentação do relatório e verificação das contas do exercício findo, e tantas quantas Sessões Extraordinárias forem convocadas, na forma deste Estatuto.



Parágrafo 13 - Compete à Assembleia Geral Extraordinária, mediante aprovação de 2/3 (dois terços), deliberar sobre a reforma do Estatuto Social; eleição e destituição da Diretoria Executiva; eleição e destituição do Conselho Fiscal; destituição de qualquer dos órgãos da Administração e Assessoramento da Associação e tratar de qualquer assunto de interesse da Associação.

ARTIGO: 7º - As Assembleias Gerais Extraordinárias são as de previsões orçamentárias e as de prestação de contas, ambas serão anuais e obrigatórias,

ARTIGO: 8º - Compete a Assembleia Geral, eleger a Diretoria Executiva ou destituir qualquer de seus membros; e alterar o Estatuto, em ambos os casos com Assembleia Geral Extraordinária convocada para esses casos; julgar e decidir em última instância todos os assuntos da Associação; aprovar o Regimento Interno que regulamenta os vários setores da atividade da Entidade; aprovar, ou rejeitar os balanços e as contas do exercício anterior; analisar e definir o planejamento do trabalho do período seguinte; autorizar a alienação de bens, cuja conservação não convier aos interesses da Associação, bem como contrair empréstimos para a compra de equipamentos ou aquisição de prédio próprio, bem como criar o Conselho Comunitário da Entidade.

Da Diretoria Executiva:

ARTIGO: 9º - A administração da Associação caberá a Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral Extraordinária, e composta do Presidente; do Vice-Presidente; do Secretário; do Tesoureiro; do Diretor de Operações; Diretor Cultural e de Comunicação Social e Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-a cada 10 dias, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente, sempre que convocada por 5 membros da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelo Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º - Nenhum membro da Diretoria Executiva será remunerado, nem receberá lucro sobre qualquer pretexto;

Parágrafo 3º - A Diretoria Executiva funcionará com a presença absoluta dos membros;

Parágrafo 4º - As vagas abertas na Diretoria Executiva, antes do final do mandato, deverão ser preenchidas por eleição de outro associado, e aprovada pela maioria simples da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;

Parágrafo 5º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria dos votos;

Parágrafo 6º - Será considerado vago o cargo do eleito que não tomar posse dentro de 30 dias;

Parágrafo 7º - A Diretoria Executiva terá de fazer cumprir todas as deliberações da Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Resolver sobre a exclusão, ou suspensão temporária, dos associados, encaminhando a Assembleia Geral, o decidido, para deliberação;

Parágrafo 9º - Deliberar sobre o aumento do patrimônio da Associação;

Parágrafo 10 - Dar informações precisas, por meio de regulamentos, sobre os serviços prestados pela Associação;

Parágrafo 11 - Autorizar o Presidente a fazer contratos preciosos e determinar as respectivas condições;

Parágrafo 12 - Aprovar orçamentos e plantas de obras a serem executadas pela Associação;

Parágrafo 13 - Interpretar o presente Estatuto, cumprindo-o de forma integral;

ARTIGO: 10 - Das decisões da Diretoria Executiva, caberá recurso para a Assembleia Geral.

ARTIGO: 11 - O período administrativo terá 03 anos, a contar do dia da eleição até que se complete o mandato.



PARAGRAFO ÚNICO: Não poderá de forma alguma ser prorrogado o mandato da Diretoria Executiva, sendo obrigatória a eleição de 03 em 03 anos, ocorrendo à posse no mesmo dia da eleição. Será permitida apenas uma reeleição, pelo mesmo período.

ARTIGO: 12 - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário para mandato de 03 (três) anos, em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação aberta nas chapas inscritas;

Parágrafo 1º - A formação da Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e direta dos votos;

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com antecedência mínima de trinta dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos neste Estatuto;

Parágrafo 3º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral;

Parágrafo 4º - Somente poderão votar e serem votados os associados que estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

ARTIGO: 13 - Compete a Diretoria Executiva, coletivamente:

Parágrafo 1º - Dirigir a Associação de acordo com o presente Estatuto e administrar o patrimônio promovendo o desenvolvimento da Entidade;

Parágrafo 2º - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as demais decisões da Assembleia Geral;

Parágrafo 3º - Reunir-se ordinariamente a cada 10 (dez) dias e extraordinariamente quando houver convocação;

Parágrafo 4º - Manter a escrituração em dia;

Parágrafo 5º - Promover e incentivar a criação de comissões de departamento com função de assessoria as atividade da Entidade e o Conselho Comunitário;

Parágrafo 6º - A contratação e remuneração de prestação de serviços especializados, como jornalistas, radialistas, redatores, locutores, técnico de som e informática; e outros profissionais especializados em manutenção da emissora de rádio administrada pela Associação;

Parágrafo 7º - Acompanhar e seguir orientações do Conselho Comunitário;

Parágrafo 8º - As decisões da diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a participação garantida da maioria simples de seus membros.

Parágrafo 9º - A contratação e demissão dos funcionários dependerão de aprovação da maioria absoluta da Diretoria Executiva;

Parágrafo 10 - Convocar a Assembleia Geral;

Parágrafo 11 - Prestar contas bimestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente à Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela Assembleia Geral;

Parágrafo 12 - Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;

Parágrafo 13 - Autorizar a aquisição de equipamentos;

Parágrafo 14 - Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade;

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELÃO DE NOTAS DE ABAIXA-SP



Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação

R\$ 3,05

Parágrafo 15 - Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Entidade.

ARTIGO: 14 - Caberá a cada diretor, individualmente:

Parágrafo 1º - Dirigir e administrar os serviços prestados pela Entidade dentro do Estabelecido no Estatuto;

Parágrafo 2º - Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

Parágrafo 3º - Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

Parágrafo 4º - Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ARTIGO: 15 - Compete ao Presidente:

Parágrafo 1º - Presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

Parágrafo 2º - Representar a Associação em Juízo e fora dele;

Parágrafo 3º - Convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;

Parágrafo 4º - Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques, pagar contas e assinar balancetes;

Parágrafo 5º - Conceder férias; conceder licença a funcionários; ordenar e pagar despesas autorizadas nas formas do orçamento, e juntamente com o tesoureiro assinar cheques e documentos contábeis;

Parágrafo 6º - organizar relatório das ocorrências do ano anterior, apresentado-o a Assembleia Geral Ordinária de provisões orçamentárias e de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício, relação dos filiados e balanço financeiro;

Parágrafo 7º - Apresentar ao final de cada ano um relatório minucioso a Assembleia Geral, sobre os fatos ocorridos durante sua administração.

Parágrafo 8º - Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;

Parágrafo 09º - Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

ARTIGO: 16 - Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo 1º - Substituir o presidente em seus impedimentos temporários, ou definitivos até o final do mandato da Diretoria Executiva;

ARTIGO: 17 - Compete ao Secretário:

Parágrafo 1º - Redigir, assinar as atas junto com o presidente, ler, aberta as sessões, as atas das reuniões da Mesa e das Assembleias Gerais, e manter a transcrição em dia das atas das Assembleias Gerais, e das reuniões da Diretoria Executiva e Conselhos da Entidade;

Parágrafo 2º - Redigir as correspondências da Associação e manter em bom estado sob sua guarda todo arquivo de livros da Associação;



Parágrafo 3º - Manter o livro com o registro de todos os associados e as Assembleias quando solicitado;

Parágrafo 4º - Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;

Parágrafo 5º - Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ARTIGO: 18 - Compete ao Tesoureiro:

Parágrafo 1º - Arrecadar e fiscalizar todos os valores da Associação e responder por eles;

Parágrafo 2º - Abrir contas bancárias em estabelecimentos designados pela Diretoria Executiva, depositar os valores recebidos; assinar cheques junto com o presidente; manter nas contas os valores da Associação proveniente de todas as receitas, como contribuições e apoio cultural, entre outras, podendo aplicá-los, ouvido sempre a Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Efetuar pagamentos dos impostos e outros autorizados;

Parágrafo 4º - Supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade;

Parágrafo 5º - Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e balanço anual.

Artigo: 19 - Compete ao Diretor de Operações:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões de Diretoria Executiva, contribuindo com as suas funções coletivas;

Parágrafo 2º - Implementar e supervisionar a programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões

ARTIGO: 20 - Compete ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções Coletivas;

Parágrafo 2º - Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

Parágrafo 3º - Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada; sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

Parágrafo 4º - Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, Regimentos Internos e documentação enviada pelo Conselho Comunitário, com pareceres sobre a programação da Emissora de Rádio, entre outros.

Artigo: 21 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

Parágrafo 1º - Manter sob seu controle todos os patrimônios da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

Parágrafo 2º - Implementar o arquivo histórico da Associação em áudio, vídeo e material gráfico.

ARTIGO: 22 - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de cinco membros. Em caso de empate nos processos de votação caberá ao voto do Presidente a decisão.

Do Conselho Fiscal:

ARTIGO: 23 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e será coordenado por um Presidente e um Secretário, com mandato de 03 (três) anos:



Parágrafo Único - O mandato do conselho Fiscal terá duração igual ao da Diretoria Executiva, ou seja, 03 (três) anos, sendo eleito juntamente com a mesma, mediante a apresentação de chapa completa e com posse no mesmo dia. Os candidatos tem que estar em dias com suas obrigações Estatutárias.

Artigo: 24 - Compete ao conselho Fiscal reunir-se á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade, ou ainda reunirá extraordinariamente a pedido da Diretoria Executiva ou por maioria simples de seus membros;

Parágrafo 1º - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos;

Parágrafo 2º - Fiscalizar todas as atividades da Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Rubricar e fiscalizar toda documentação contábil;

Parágrafo 4º - Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;

Parágrafo 5º - Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes trimestrais;

Parágrafo 6º - Compete ao Conselho Fiscal convocar Assembleia Geral Extraordinária quando for o caso;

Parágrafo 7º - Será automaticamente cassado o mandato do Conselheiro que deixar de comparecer à 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justa causa, a critério dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 8º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registradas em livro próprio de "Atas".

Do Conselho Comunitário:

Artigo: 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, 05 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas dentro da área de execução dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Parágrafo 2º - O conselho comunitário reunir-se-á cada 01 (um) ano para análise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria Executiva, verificando a sua adequação às metas estabelecidas;

Parágrafo 3º - Aprovação da programação da Emissora.

Parágrafo 4º - Convocar Assembleia Geral Extraordinária quando achar necessário.

ARTIGO: 26 - O presente estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, de conformidade com o Estatuto.

ARTIGO: 27 - A Associação não remunera por quaisquer formas, os cargos de sua Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Deliberativos ou Consultivos, e não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.



Arquivo
22 JUN 2016
Denise Verdolina Marques
Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação:
R\$ 3,05

CAPITULO V

Das Eleições e Posse:

Artigo: 28 - As Eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal (quatro), em 03 (Três) anos, obrigatoriamente até o dia 26 mês de janeiro, devendo ser disputadas por chapas completas da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, durante a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim, mediante voto secreto e sendo possível a reeleição de seus membros por apenas uma vez.

Artigo: 29 - Quando da eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, se apenas uma chapa for apresentada, ficará a critério do presidente da Assembleia Geral a aprovação por aclamação.

Artigo: 30 - Em caso de demissão coletiva, as eleições realizar-se-ão também por Assembleia Geral Extraordinária, na mesma forma estabelecida por esse Estatuto;

Artigo: 31 - O direito do voto é pessoal, individual e intransferível, não podendo ser inclusive exercido por procuradores;

Parágrafo 1º - O associado que quiser se candidatar deverá apresentar-se para registro na Secretaria, até 08 (oito) dias antes da data da votação, desde que faça parte de uma chapa completa de candidatos.

Parágrafo 2º - Só poderão concorrer ao pleito as chapas devidamente registradas, em tempo hábil, pela Secretaria que, durante o dia da votação, deverão estar afixadas na banca receptora de votos.

Parágrafo 3º - Poderão ser registradas chapas para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário (caso haja), separadamente, sendo vedado somente o registro de nomes para cargos isolados.

Parágrafo 4º - É facultado ao candidato que encabeçar uma chapa (da Diretoria ou do Conselho Fiscal ou Conselho Comunitário) promover a retirada do registro de sua chapa até 01 (uma) hora antes do horário marcado para o início da votação.

Parágrafo 5º - Os recursos contra o trabalho exercido nas Eleições poderão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias após as eleições, para o julgamento em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal fim.

Artigo: 32 - A posse será dada pelo Presidente em Assembleia, por meio de um termo lavrado em livro próprio o qual deverá ser assinado por todos os eleitos.

CAPITULO VI

Das Receitas e Despesas

ARTIGO 33 - A Associação advirá:

Parágrafo 1º - Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

Parágrafo 2º - Da contribuição mensal dos associados;

Parágrafo 3º - A Associação se manterá com os valores arrecadados das contribuições dos associados; das doações; da prestação de serviços e subvenções oficiais municipais, estaduais e federais; recursos que sempre serão aplicados nas finalidades da Entidade, consignadas neste Estatutos;

Parágrafo 4º - De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim de acordo com a orientação Estatutária;

Parágrafo 5º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade;



Parágrafo 6º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito, ou por força judicial;

Parágrafo 7º - A Associação aplicará integralmente no território nacional todas as receitas; rendas; rendimentos; ou eventual resultado operacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais de acordo com o artigo 3º do Inciso IV do Decreto nº 2.536/98;

ARTIGO: 34 - As despesas da Entidade podem ser:

Parágrafo 1º - As despesas operacionais podem ser com o aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos eletrônicos, material de escritório, custo para manutenção de equipamentos, contratação de engenheiros para apresentação de projetos técnicos, contratação de profissionais liberais para pareceres e serviços de advocacia.

Parágrafo 2º - Pagamento de mão de obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

CAPITULO VII

Da prestação de Contas:

ARTIGO: 35 - A prestação de contas da Associação deverá observar, no mínimo:

Parágrafo 1º - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

Parágrafo 2º - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório das atividades sociais e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto aos Órgãos governamentais brasileiros, colocando todos estes documentos à disposição para o exame de qualquer associado;

Parágrafo 3º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VIII

Do Exercício Social:

ARTIGO: 36 - O exercício fiscal da Associação terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Associação, de conformidade com as disposições legais.

CAPITULO IX

Da Dissolução e Liquidação:

ARTIGO: 37 - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim de acordo com o Estatuto e com aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados;

Parágrafo 1º - Da pauta deverá constar como obrigatória a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia;

Parágrafo 2º - Em caso de decisão da Assembleia Geral pela dissolução e liquidação da Associação, caso haja dívidas na data, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, e o saldo restante deste patrimônio deverá



ser doado sendo destinado em benefício de uma Instituição com caráter, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou Entidade Pública.

1º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE BAURÍ - SP
MICROFILMADO - Nº 62.099

Capítulo X

Das Disposições Gerais

ARTIGO: 38 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

ARTIGO: 39 - As dúvidas ou conflitos entre os associados e a Associação, oriundas deste Estatuto Social, serão resolvidas, por meio de arbitragem, de acordo com a Lei brasileira e referendadas pela Assembleia Geral, quando não puderem ser resolvidas pela Diretoria. Os associados firmarão, individualmente, termo próprio de compromisso, na oportunidade da filiação a esta Associação.

ARTIGO: 40 - Fica o presente Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2013, será registrado na forma da Lei, impresso e distribuído aos associados, entrando em vigor imediatamente, podendo ser reformulado sempre que os interesses da Associação assim exigirem.



Arealva-SP, 23 de janeiro de 2013


Luiz Henrique Dias

Presidente


Tadeu Ricardo Bonati

Secretário


Dr. Nilson Luiz De Vidas

OAB/SP - 115.682



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS DE
BAURU - SP**

RUA RIO BRANCO, 1656 - VILA AMERICA
CEP Nº. 17.014-037 - FONE (14) - 3010-8040

**LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL**

CERTIFICA

Que o presente títulos foi
PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº
62.099 MICROFILMADO sob o mesmo
número, AVERBADO EM FRENTE AO
REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ em 11
de Dezembro de 2013. O referido é verdade
e dou fé,

Bauru, 11 de Dezembro de 2013.

EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL: 34,43
EST.: 9,79
IPESP: 7,25

SINOREG: 1,81
T. JUST.: 1,81
TOTAL: 55,09



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme
original e sua apresentação, da data dada fe.

Arquivo

22 JUN 2016

Denise Veridiana Marasotto
Escrevente

Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação
R\$ 3,05

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900

Brasília-DF



Remetente:

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CUL. COM. COMUNITÁRIA SOLIDARIDADE AREALUA

ENDEREÇO: RUA AMADOR FERNANDES, 40

Bairro: Centro,

AREALUA - SP.

CEP: 17.160-000



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 33978/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul
70070-940 - Brasília/DF

Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 53900.050612/2015-51, de interesse da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, sediada em Arealva/SP, para renovação da outorga referente ao período de 01 de agosto de 2006 a 01 de agosto de 2016.
 2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.
 3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.
- Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 08/09/2016, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1336198** e o código CRC **BA07B0D2**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33978/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050612/2015-51 - Nº SEI: 1336198



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 33979/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

Rua Pedro Pereira, nº 388 - Bairro: Centro
17160000 / Arealva - SP
CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Assunto: Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 53900.050612/2015-51.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 01 de agosto de 2006 a 01 de agosto de 2016, protocolizado sob o nº 53900.050612/2015-51, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.
3. Por essa razão, não é necessário que a Entidade possua, neste momento, qualquer outro documento com vistas à comprovação de sua regularidade na execução do serviço em comento ou perante os demais órgãos de fiscalização.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 08/09/2016, às 10:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1336201** e o código CRC **E0FD95D3**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33979/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050612/2015-51 - Nº SEI: 1336201

NOME OU RA

SCE/CGRC

Of. nº 33979 /2016/SEI-MCTIC, 08/09/2016

ENDEREÇO

53900.050612/2015-51

REPRESENTANTE LEGAL

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO

COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA

CEP / CODE

RUA PEDRO PEREIRA, Nº 388 - CENTRO

17160000

AREALVA - SP

AYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

16/09/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

16 SET 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

243177502-2

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENTMARCIO LUIZ PENTEADO
Agente de Correios
Matr. 89090691
AC - AREALVA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JG 09143065 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS. BENEF. CULT. DE COMUNICACAO COMUNIT. SOLIDARIEDADE
CNPJ: 03.628.758/0001-67

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:27:29 do dia 25/11/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/12/2016.

Certidão expedida gratuitamente.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **LUIZ HENRIQUE DIAS (Título Eleitoral: 033964670108 e CPF: 001.835.738-54)** é **MEMBRO (exercício 10/06/2015 a 30/06/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSB - 40 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - AREALVA/SP**
Vigência: **Início: 10/06/2015 Final: 30/06/2017**
Código: **LJCC.MLSD.A9FG.YZFR.**
Certidão emitida às: **25/11/2016 16:55:38**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **PAULO SERGIO LONGO (Título Eleitoral: 033972430159 e CPF: 825.973.598-91)** é **PRESIDENTE (exercício 22/03/2016 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PPS - 23 PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - AREALVA/SP**
Vigência: **Início: 22/03/2016 Final: Indeterminada**
Código: **FBT4.TYKK.2WFT.AMZU.**
Certidão emitida às: **25/11/2016 16:57:00**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

 Digite aqui o que precisa, e aperte enter

PRINCIPAL PREFEITURA EDITAIS NOTÍCIAS GALERIA DE FOTOS CONTATO

Serviços

Prefeitura

A Nossa Cidade
Galeria de Fotos
Diretórias
Contas Públicas
Leis e Decretos
Editais
Economia
Links
Serviços Online
Telefones Úteis
Endereços Úteis
Transparência
Sic
Portal de Serviços
Contato

Diretórias - Coordenadoria de Compras

 Coordenadoria de Compras

Responsável: Luiz Henrique Dias
Telefone: (14) 3296-1333
Email: compras@arenalva.sp.gov.br
Endereço: Praça Dídimó Maulaz Silva, 798
Horário de Atendimento: 08:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 17:00hs

Conexão reiniciada

A conexão para o servidor foi reiniciada durante o carregamento da página.



DÊ SUA OPINIÃO!

Vote e veja os resultados

Em qual área, a Prefeitura de Arealva deveria investir mais em sua cidade?

- ☒ MEIO AMBIENTE.
- ☐ SAÚDE.
- ☐ SEGURANÇA.
- ☐ EDUCAÇÃO.

votar e ver os resultados

Unidades Fiscais

IGPM - 10.9600 %

IPCA - 10.4762 %



LOCALIZAÇÃO:

Praça Dídimó Maulaz Silva, 798
CEP: 17160-000 - Arealva/SP



Telefone para contato:

(14) 3296-1333

Atendimento: de Segunda a Sexta, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.




INFORMATIVOS DA PREFEITURA - Cadastre-se para receber nossos informativos.

Digite aqui seu nome

Digite aqui seu e-mail

CADASTRAR

 Digite aqui o que precisa, e aperte enter

PRINCIPAL PREFEITURA EDITAIS NOTÍCIAS GALERIA DE FOTOS CONTATO

Serviços

Prefeitura

A Nossa Cidade
Galeria de Fotos
Diretorias
Contas Públicas
Leis e Decretos
Editais
Economia
Links
Serviços Online
Telefones Úteis
Endereços Úteis
Transparência
Sic
Portal de Serviços
Contato



DÊ SUA OPINIÃO!

Vote e veja os resultados

Em qual área, a Prefeitura de Arealva deveria investir mais em sua cidade?

- MEIO AMBIENTE.
- SAÚDE.
- SEGURANÇA.
- EDUCAÇÃO.

votar e ver os resultados

Unidades Fiscais

IGPM - 10.9600 %

IPCA - 10.4762 %

Diretorias - Diretoria de Finanças

 Diretoria de Finanças

Responsável: Tadeu Ricardo Bonati

Telefone: (14) 3296-1333

Email: financas@arenalva.sp.gov.br

Endereço: Praça Dídimo Maulaz Silva, 798

Horário de Atendimento: 08:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 17:00hs

Conexão reiniciada

A conexão para o servidor foi reiniciada durante o carregamento da página.



LOCALIZAÇÃO:

Praça Dídimo Maulaz Silva, 798
CEP: 17160-000 - Arealva/SP



Telefone para contato:

(14) 3296-1333

Atendimento: de Segunda a Sexta, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.



INFORMATIVOS DA PREFEITURA - Cadastre-se para receber nossos informativos.

Digite aqui seu nome

Digite aqui seu e-mail

CADASTRAR

 Digite aqui o que precisa, e aperte enter

[PRINCIPAL](#) [PREFEITURA](#) [EDITAIS](#) [NOTÍCIAS](#) [GALERIA DE FOTOS](#) [CONTATO](#)

Serviços

Prefeitura

- A Nossa Cidade
- Galeria de Fotos
- Diretorias
- Contas Públicas
- Leis e Decretos
- Editais
- Economia
- Links
- Serviços Online
- Telefones Úteis
- Endereços Úteis
- Transparência
- Sic
- Portal de Serviços
- Contato



DÊ SUA OPINIÃO!

Vote e veja os resultados

Em qual área, a Prefeitura de Arealva deveria investir mais em sua cidade?

- ☒ **MEIO AMBIENTE.**
- ☐ **SAÚDE.**
- ☐ **SEGURANÇA.**
- ☐ **EDUCAÇÃO.**

votar e ver os resultados

Unidades Fiscais

IGPM - **10.9600 %**

IPCA - **10.4762 %**

Diretorias - Coordenadoria de Informática

 Coordenadoria de Informática

Responsável: Ronaldo Scatini

Telefone: (14) 3296-1333

Email: informatica@arenalva.sp.gov.br

Endereço: Praça Dídimo Maulaz Silva, 798

Horário de Atendimento: 08:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 17:00hs

Conexão reiniciada

A conexão para o servidor foi reiniciada durante o carregamento da página.



LOCALIZAÇÃO:

Praça Dídimo Maulaz Silva, 798
CEP: 17160-000 - Arealva/SP



Telefone para contato:

(14) 3296-1333

Atendimento: de Segunda a Sexta, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.



INFORMATIVOS DA PREFEITURA - Cadastre-se para receber nossos informativos.

Digite aqui seu nome

Digite aqui seu e-mail

CADASTRAR



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 10553/2016/SEI-MCTIC

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: **Solicitação de abertura de Processo de Apuração de Infração.**

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

1. Foram encontrados indícios de que a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, entidade que requer renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo, estaria infringindo o art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao manter **vínculo político**, uma vez que Presidente, Luiz Henrique Dias, e o Diretor de Patrimônio, Paulo Sérgio Longo, fazem parte, respectivamente, dos órgãos de direção do PSB e do PPS, em Arealva - SP, conforme consulta ao sítio do TSE 1523380. Além disso, o Presidente, o Secretário, Tadeu Ricardo Bonati, e o Diretor de Cultura e Comunicação Social, Ronaldo Scatini, exercem, respectivamente, os cargos de Coordenador de Compras, de Diretor de Finanças e de Coordenador de Informática - cargos esses equivalentes aos secretários - da Prefeitura de Arealva - SP, conforme Anexo Prefeitura de Arealva 1523446.

2. Dessa forma, solicito abertura de Processo de Apuração de Infração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/12/2016, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1523446** e o código CRC **479FF58A**.

Anexos

Não Possui.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.050612/2015 Localidade / UF: AREALVA/SP
Entidade: ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA SOLIDARIEDADE DE
Aviso: 15 Publicação: 07/02/2002 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação (Carta 1209280):

- 1) Requerimento de renovação: fl. 1.
 - 1.1) Data do recebimento: 27/6/2016.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 26 a 38.
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º, § 4º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, caput;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 9º;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13 e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 11, parágrafo único;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 21 a 23. (26/1/2014 - 26/1/2017)
Presidente: Luiz Henrique Dias;
Vice-Presidente: Antônio João Carraro;
Secretário(a): Tadeu Ricardo Bonati;
Tesoureiro(a): Jair Antônio Longo;
Diretor(a) de Operações: Raphael Candioto Pereira;
Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social: Ronaldo Scatini;
Diretor(a) de Patrimônio: Paulo Sérgio Longo.
- 4) Comprovações de maioria e nacionalidade: fls. 8, 10, 11, 13, 16, 17 e 19.
- 5) CNPJ: fl. 7.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Certidões SIGEC 1522828.
- 7) Declaração de conformidade: fl. 1.
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 24/25. Irregular.

***PENDÊNCIAS:

- O Conselho Comunitário é formado por apenas quatro membros representantes de entidades da comunidade local, uma vez que constam dois representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva. Além disso, o relatório sobre a grade de programação não observou o disposto no art. 116 da Portaria.

- O Presidente, Luiz Henrique Dias, e o Diretor de Patrimônio, Paulo Sérgio Longo, exercem, respectivamente, os cargos de membro e de Presidente dos órgãos de direção do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Popular Socialista (PPS), em Arealva - SP. Além disso, o Presidente, Luiz Henrique Dias, exerceu o cargo de Coordenador de Compras e o Secretário, Tadeu Ricardo Bonati, e o Diretor de Cultura e Comunicação Social, Ronaldo Scatini, exercem, respectivamente, os cargos de Diretor de Finanças e de Coordenador de Informática - cargos esses equivalentes aos secretários - da Prefeitura de Arealva - SP. Tudo isso configura vínculo político.

*****CONCLUSÕES:**

- Em razão da constatação do vínculo político, e tendo em vista o art. 132, III da Portaria, será sugerida a não renovação da outorga.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de cientificar a Radiodifusora acerca da decisão.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 3025/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Assunto: **Não Renovação de Outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**.

ANÁLISE

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 27/6/2016 (fl. 1 da Carta 1209280), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava em 1º/7/2016. Portanto, o pedido de renovação de outorga é tempestivo.

3. Dito isso, após análise dos autos e de consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (1523380), verificou-se que o Presidente, Luiz Henrique Dias, e o Diretor de Patrimônio, Paulo Sérgio Longo, exercem, respectivamente, os cargos de membro e de Presidente dos órgãos de direção do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Popular Socialista (PPS), em Arealva - SP, o que configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

4. Além disso, conforme consulta ao sítio da Prefeitura de Arealva (Anexo 1523382), observou-se que o Presidente, Luiz Henrique Dias, exerceu o cargo de Coordenador de Compras e o Secretário, Tadeu Ricardo Bonati, e o Diretor de Cultura e Comunicação Social, Ronaldo Scatini, exercem, respectivamente, os cargos de Diretor de Finanças e de Coordenador de Informática, cargos esses equivalentes aos secretários municipais, o que igualmente configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "c" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC.

5. De acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**. Ademais, conforme previsão do art. 137, parágrafo único da mesma Portaria, o dispositivo já está em vigor, uma vez que transcorreu o prazo de um ano da publicação da Portaria.

6. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro

de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

7. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pela **não renovação** da outorga da Entidade. Sugere-se, ainda, que a Requerente seja instada a se manifestar, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 09/02/2017, às 09:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/02/2017, às 15:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1670882** e o código CRC **2E25A127**.

Minutas e Anexos

Certidões TSE 1523380.

Anexo 1523382.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 1670882



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 5481/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**
Rua Pedro Pereira, nº 388 - Centro

17.160-000 - Arealva - SP

CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo
nº 53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 3025/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/02/2017, às 15:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1670897** e o código CRC **C573A99B**.

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SERAD/CGRC

Ofício nº 5481 /2017/SEI-MCTIC, 14/02/2017
53900.050612/2015-51

ENDEREÇO / ADDRESS

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE
AREALVA

CEP / CODE POSTAL

RUA PEDRO PEREIRA, Nº 388 - CENTRO
17.160-000 AREALVA - SP

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

49.797.930-5

RUBRICA E MAT. DO EMPACOTAMENTO
SIGNATURE DE L'AGENTMARCIO LUIZ PENTEAD
Agente de Correios
Matr. 89090691
AC - AREALVA

21 FEB 2017

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JR 69427674 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

1/6 FEV 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

Ministério das Comunicações

Sekretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Controle de Serviços de Comunicação Eletrônica

DEPDE / DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Ministério das Comunicações, Bloco R, Anexo G, Sala 3004
Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

01250.023535/2017-26

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva
CNPJ - 03.628.758/0001-67
Rua Amador Fernandes Pereira, 46, Residencial Bela Vista - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Ofício: 0022/2017

Arealva-SP, 19 de abril de 2017.

Ao Ministério das Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios - Bloco R 3º Andar
Brasília-DF
70044-900

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050612/2015-51 – Nº
SEI: 1670897 (Cópia anexa).

Em resposta ao ofício nº 5481/2017/SEI-MCTIC, recebido via Correios, a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP, encaminha as seguintes justificativas:

a) O recebimento do referido ofício pela diretoria da Associação, deu-se somente em 11 de abril de 2017, conforme declarações em anexo e B.O (Boletim de Ocorrência), lavrado junto à Polícia Civil do Estado de São Paulo, município de Arealva-SP. Estamos respondendo nesta data, pois ocorre que o referido ofício foi recebido em 21 de fevereiro de 2017, por Nadilaine Simplício Goulart, moradora do endereço onde funcionava a antiga sede da associação. O ofício foi entregue ao novo presidente da entidade somente em 11 de abril de 2017, data em que foi lavrado o B.O e colhido declaração da moradora pelo presidente da Entidade Raphael Candioto Pereira (conforme documentos em anexo), para preservação de direito com relação ao cumprimento de prazo estipulado por esse Ministério.

b) Com relação às pendências encontradas na Nota Técnica Nº 3025/2017- SEI-MCTIC, passamos às justificativas:

- Informamos que é nosso desejo premente a continuação da Outorga como já manifestamos anteriormente quando do protocolo do pedido de renovação que foi entregue de forma tempestiva;

- Com relação aos membros da antiga diretoria citados que infringiram a Portaria 4334/2015/SEI-MC, em seus artigos e parágrafos estes foram afastados não figurando mais como diretores ou mesmo associados para não prejudicarem o bom andamento do processo de renovação de Outorga e corrigir definitivamente falhas apontadas por esse Ministério;

- Em 26 de janeiro de 2017 em Assembleia Geral Extraordinária elegeram-se novos membros para diretoria da Associação, contemplando assim todos os quesitos exigidos pela mencionada Portaria e Lei das Rádios Comunitárias, conforme declaração da diretoria anexada e cópia de documento do cartório

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 24/04/17 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição

referente ao registro de nova diretoria, assinada pelo atual presidente. A considerar-se que os membros quando se inscreveram como sócios não havia sobre eles nenhuma restrição legal dentro do que preconiza a portaria do MC;

- Nesta última eleição no qual foram eleitos para o mandato 2014/2017, entendemos que o ato ocorreu antes da publicação da Portaria 4334/2015, portanto o mandato começou antes da publicação da referida Portaria. Esclarecemos que os referidos diretores passados nunca agiram com dolo ou má fé, pois em nenhum momento macularam a imagem da Associação, tendo sempre uma atuação imperceptível quando suas posições político/funcional, nunca agiram em prejuízo a associação. Pode ter existido sim falha regimental, nunca comportamental. Caso contrário seriam interpelados pelos membros da Associação ou pelo Conselho Comunitário e até mesmo pela própria comunidade. Para tanto esclarecemos não ter havido nenhuma manifestação neste sentido. O fato serve para que de agora em diante, haja um processo mais apurado para a escolha dos associados e por conseguintes membros das futuras diretorias para que fatos como vivenciamos não voltem a acontecer;

- Rogamos então que a Associação não seja penalizada e sim seus membros que infringiram as Normas e foram afastados e deixando de pertencer ao quadro associativo, salvaguardando assim todos os preceitos legais que regem o bom funcionamento da emissora e da Portaria 4334/2015, portanto consideramos esses fatos superados.

- c) Considerando que nosso pedido outorga dista desde 1999, data da fundação da referida Associação, portanto temos 18 de bom funcionamento, nunca infringimos as Normas Técnicas, nunca fomos advertidos por esse Ministério, estamos com nossos recolhimentos junto ao FISTEL em dia, não temos nestes 18 anos de funcionamento nenhuma reclamação por parte de nossa comunidade, nenhuma intimação de órgãos de justiça ou afins, enfim reclamações de nenhuma ordem atendemos nossa comunidade dentro daquilo que estabelece nosso Estatuto pautado sempre pela Portaria 4334/2015;
- d) Nosso município tem aproximadamente 8.300 habitantes, sendo a emissora de rádio da Associação ao único meio de comunicação cumprindo uma função social relevante na divulgação de campanhas, tais como: combate a dengue, febre amarela, doação de sangue, campanha do agasalho e outras de cunho comunitário. O funcionamento de uma emissora de rádio é algo imprescindível em todos os sentidos para ajudar no desenvolvimento do município influenciando de maneira positiva na vida das pessoas. Por esse motivo suplicamos pela continuidade do processo de renovação de outorga; estamos investindo em nossa emissora como já comunicamos mudança de local melhor adaptado (foi construído um novo prédio) para o funcionamento com nova torre, novo estúdio e novos equipamentos conforme fotos em anexo. Enfim tudo modernizado para melhor atender a demanda de ouvintes que aumenta a cada dia.

Por isso, rogamos mais uma vez a esse Ministério um voto de confiança e que nos permita continuar atendendo nossa comunidade com os serviços de RADCOM, cada dia com maior eficiência, pois é neste rumo que estamos caminhando há mais de 18 anos. Pedimos então a Vossas Senhorias indulgências com relação às falhas levantadas, motivo pela qual subscrevemos.

Atenciosamente,



Raphael Candioto Pereira

Presidente

CPF: 306.602.938-70



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 5481/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

Rua Pedro Pereira, nº 388 - Centro

17.160-000 - Arealva - SP

CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 3025/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/02/2017, às 15:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1670897** e o código CRC **C573A99B**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 3025/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: 53900.050612/2015-51.

Assunto: **Não Renovação de Outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**.

ANÁLISE

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 27/6/2016 (fl. 1 da Carta 1209280), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava em 1º/7/2016. Portanto, o pedido de renovação de outorga é tempestivo.

3. Dito isso, após análise dos autos e de consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (1523380), verificou-se que o Presidente, Luiz Henrique Dias, e o Diretor de Patrimônio, Paulo Sérgio Longo, exercem, respectivamente, os cargos de membro e de Presidente dos órgãos de direção do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Popular Socialista (PPS), em Arealva - SP, o que configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015 /SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

4. Além disso, conforme consulta ao sítio da Prefeitura de Arealva (Anexo 1523382), observou-se que o Presidente, Luiz Henrique Dias, exerceu o cargo de Coordenador de Compras e o Secretário, Tadeu Ricardo Bonati, e o Diretor de Cultura e Comunicação Social, Ronaldo Scatini, exercem, respectivamente, os cargos de Diretor de Finanças e de Coordenador de Informática, cargos esses equivalentes aos secretários municipais, o que igualmente configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "c" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC.

5. De acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**. Ademais, conforme previsão do art. 137, parágrafo único da mesma Portaria, o dispositivo já está em vigor, uma vez que transcorreu o prazo de um ano da publicação da Portaria.

6. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da

Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

7. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pela **não renovação** da outorga da Entidade. Sugere-se, ainda, que a Requerente seja instada a se manifestar, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele**, **Analista Técnico Administrativo**, em 09/02/2017, às 09:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/02/2017, às 15:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1670882** e o código CRC **2E25A127**.

Minutas e Anexos

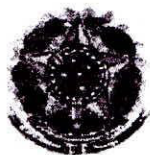
Certidões TSE 1523380.

Anexo 1523382.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 1670882

14/02/2017 19:08



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **LUIZ HENRIQUE DIAS** (Título Eleitoral: **033964670108** e CPF: **001.835.738-54**) é **MEMBRO** (exercício **10/06/2015** a **30/06/2017**) do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSB - 40 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - AREALVA/SP**
Vigência: **Início: 10/06/2015 Final: 30/06/2017**
Código: **LJCC.MLSD.A9FG.YZFR.**
Certidão emitida às: **25/11/2016 16:55:38**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **PAULO SERGIO LONGO** (Título Eleitoral: **033972430159** e CPF: **825.973.598-91**) é **PRESIDENTE (exercício 22/03/2016 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:


Partido Político: **PPS - 23 PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - AREALVA/SP**
Vigência: **Início: 22/03/2016 Final: Indeterminada**
Código: **FBT4.TYKK.2WFT.AMZU.**
Certidão emitida às: **25/11/2016 16:57:00**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

25/11/2016 16:57

 Digite aqui o que procura, e aperte enter

PRINCIPAL PREFEITURA EDITAIS NOTÍCIAS GALERIA DE FOTOS CONTATO

Serviços

Prefeitura

A Nossa Cidade

Galeria de Fotos

Diretórias

Contas Públicas

Leis e Decretos

Editais

Economia

Links

Serviços Online

Telefones Úteis

Endereços Úteis

Transparência

Sic

Portal de Serviços

Contato



DÊ SUA OPINIÃO!

Vote e veja os resultados

Em qual área, a Prefeitura de Arealva deveria investir mais em sua cidade?

☒ MEIO AMBIENTE.

☐ SAÚDE.

☐ SEGURANÇA.

☐ EDUCAÇÃO.

Unidades Fiscais

IGPM - 10.9600 %

IPCA - 10.4762 %



LOCALIZAÇÃO:

Praça Dídimo Maulaz Silva, 798
CEP: 17160-000 - Arealva/SP



Telefone para contato:

(14) 3296-1333

Atendimento: de Segunda a Sexta, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.




INFORMATIVOS DA PREFEITURA - Cadastre-se para receber nossos informativos.

[Digite aqui seu e-mail](#)

[Digite aqui sua e-mail](#)

CADASTRAR



 Digite aqui o que procura, e aperte enter


[PRINCIPAL](#) [PREFEITURA](#) [EDITAIS](#) [NOTÍCIAS](#) [GALERIA DE FOTOS](#) [CONTATO](#)

Serviços

Prefeitura

[A Nossa Cidade](#)
[Galeria de Fotos](#)
[Diretorias](#)
[Contas Públicas](#)
[Leis e Decretos](#)
[Editais](#)
[Economia](#)
[Links](#)
[Serviços Online](#)
[Telefones Úteis](#)
[Endereços Úteis](#)
[Transparência](#)
[Sic](#)
[Portal de Serviços](#)
[Contato](#)


Diretorias - Diretoria de Finanças

 Diretoria de Finanças

Responsável: Tadeu Ricardo Bonati
Telefone: (14) 3296-1333
Email: financas@arealva.sp.gov.br
Endereço: Praça Dídimo Maulaz Silva, 798
Horário de Atendimento: 08:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 17:00hs

Conexão reiniciada


A conexão para o servidor foi reiniciada durante o carregamento da página.

 **DÊ SUA OPINIÃO!**
Vote e veja os resultados

Em qual área, a Prefeitura de Arealva deveria investir mais em sua cidade?

 MEIO AMBIENTE.

 SAÚDE.

 SEGURANÇA.

 EDUCAÇÃO.

Unidades Fiscais

IGPM - 10.9600 %

IPCA - 10.4762 %



LOCALIZAÇÃO:

Praça Dídimo Maulaz Silva, 798
CEP: 17160-000 - Arealva/SP



Telefone para contato:

(14) 3296-1333

Atendimento: de Segunda a Sexta, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.



INFORMATIVOS DA PREFEITURA - Cadastre-se para receber nossos informativos.

[Digite aqui seu nome](#)

[Digite aqui seu e-mail](#)

CADASTRAR

Serviços

Prefeitura

A Nossa Cidade

Galeria de Fotos

Diretórias

Contas Públicas

Leis e Decretos

Editais

Economia

Links

Serviços Online

Telefones Úteis

Endereços Úteis

Transparência

Sic

Portal de Serviços

Contato



DÊ SUA OPINIÃO!

Vote e veja os resultados

Em qual área, a Prefeitura de Arealva deveria investir mais em sua cidade?

MEIO AMBIENTE.

SAÚDE.

SEGURANÇA.

EDUCAÇÃO.

Unidades Fiscais

IGPM - 10.9600 %

IPCA - 10.4762 %



LOCALIZAÇÃO:

Praça Dídimo Maulaz Silva, 798
CEP: 17160-000 - Arealva/SP



Telefone para contato:

(14) 3296-1333

Atendimento: de Segunda a Sexta, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.



INFORMATIVOS DA PREFEITURA - Cadastre-se para receber nossos informativos.

[Digite aqui seu e-mail](#)

[Digite aqui seu e-mail](#)

CADASTRAR



Conexão reiniciada

A conexão para o servidor foi reiniciada durante o carregamento da página.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.AREALVA
Boletim No.: 148/2017

FOLHA:1
INICIADO:12/04/2017 10:12 e EMITIDO: 12/04/2017 10:45

1ª Via

JQLNPOCBDKEEFH\A

Boletim de Ocorrência de Autoria Conhecida.

Natureza(s):

Espécie: Outros - não criminal
Natureza: Outros não criminal
Consumado

CÓPIA

Local: RUA PEDRO PEREIRA, 388 - CENTRO - CEP: 17160-000 - AREALVA
SP

Tipo de local: Residência - Casa

Circunscrição: DEL. POL. AREALVA

Ocorrência: 12/04/2017 às 09:30 horas

Comunicação: 12/04/2017 às 10:12 horas

Elaboração: 12/04/2017 às 10:12 horas

Flagrante: Não

Declarante:

- RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA - Presente ao plantão - RG: 43157502-SP
emitido em 14/08/1997 - Exibiu o RG original: Não
Pai: PAULO PADANOSQUE PEREIRA - Mãe: SOLANGE APARECIDA CANDIOTO PEREIRA
Natural de: BAURU -SP - Nacionalidade: BRASILEIRA - Sexo: Masculino
Nascimento: 11/08/1982 34 anos - Estado civil: Solteiro
Profissão: AUTONOMO(A) - Advogado Presente no Plantão: Não - Cutis: Branca
Endereço Residencial: RUA JOÃO BASILIO, 578 - CENTRO - AREALVA - SP
Telefones: (14)98104-8920 - Tim (Celular)

Partes:

- NADILAINE SIMPLICIO GOULARTE - Não presente ao plantão - RG: 49797930-SP
emitido em 24/04/2012 - Exibiu o RG original: Não
Pai: LAERCIO DE LIMA GOULARTE - Mãe: NADIR SIMPLICIO DE SOUZA
Natural de: BAURU -SP - Nacionalidade: BRASILEIRA - Sexo: Feminino
Nascimento: 08/01/1997 20 anos - Estado civil: Solteiro
Instrução: 1 Grau completo - CPF: 45410310861
Advogado Presente no Plantão: Não - Cutis: Branca
Endereço Residencial: RUA PEDRO PEREIRA, 388 - CENTRO - CEP: 17160-000
AREALVA - SP

Histórico:

Comparece o declarante Raphael Candioto Pereira, representante da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva (Rádio SOL FM), informando que inicialmente a referida

DEL.POL.AREALVA

www.policiacivil.sp.gov.br

Endereço da delegacia : AV. DA SAUDE, 522 - CENTRO-AREALVA-SP. CEP: 17160-000



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.AREALVA

FOLHA:2

Boletim No.: 148/2017

INICIADO:12/04/2017 10:12 e EMITIDO: 12/04/2017 10:45

1ª Via

JQLNPOCBDKEEFH\A

empresa estava no local dos fatos, ou seja, rua Pedro Pereira, n. 388, centro, Arealva e posteriormente, no final do ano de 2015, mudou para a rua Amador Fernandes Pereira, nº 46, Arealva/SP.

No antigo imóvel (onde estava a rádio), na rua Pedro Pereira, n. 388, a partir de 07/10/2016 passou a residir a pessoa de Nadir Simplicio de Souza.

Ocorre que em 21/02/2017, Nadilaine (filha de Nadir) recebeu uma correspondência importante (referente Ministério das Comunicações - SERAD/CGRC- ofício 5481/2017 - SEI_MCTIC, 14/02/2017), endereçada à Rádio SOL FM, não tendo comunicado tempestivamente, ocasionando prejuízo legal para a referida empresa.

O declarante, representando a Rádio Sol, somente tomou conhecimento da referida correspondência e seu conteúdo na data de 11/04/2017. NADA MAIS.

Solução:

APRECIÇÃO DO DELEGADO TITULAR

CÓPIA

LUIZ RICARDO M. DA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

ELIZEU DE FREITAS COSTA
DELEGADO

[Assinatura manuscrita]

DECLARAÇÃO

Eu, Nadilaine Simplicio Goularte, portadora do RG: 49.797.930, residente e domiciliada na Rua Pedro Pereira, 388, centro, nesta cidade de Arealva, estado de São Paulo; DECLARO a quem possa a interessar que em 21 de fevereiro de 2017, recebi correspondência endereçada a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva e desconhecendo o teor da mesma não sabendo de prazo para as respostas e juntadas de documentos remeti a referida correspondência ao responsável pela Associação somente em 11 de abril de 2017.

Nada mais a declarar.

Arealva, 11 de abril de 2017.


Nadilaine Simplicio Goularte

DECLARAÇÃO

A Associação Beneficente Cultural de Comunicação Solidariiedade de Arealva, através de seu representante legal, declara que os membros eleitos da atual diretoria 2017/2020, atendem todos os dispositivos da Portaria n° 4334/2015/SEI-MC, publicada no diário oficial de 21/09/2015; são eles:

Presidente: Raphael Candioto Pereira, brasileiro, casado, radialista, RG: SSP/SP - 43.153.502-02, CPF do MF: 306.602.938-70, residente na Rua João Basílio, 578, centro, Arealva- São Paulo.

Vice-Presidente: Antônio João Carraro, brasileiro, casado, comerciante-agricultor, RG: SSP/SP - 5.343.125, CPF do MF: 251.145.498-04, residente na Rua João Basílio, 476, centro, Arealva- São Paulo.

Secretário: Rogério Aparecido Marqui, brasileiro, casado, autônomo, RG: SSP/SP- 20.926.237, CPF do MF: 141.269.868-55, residente na Rua Eleazar Braga, 666, Arealva- São Paulo.

Tesoureiro: Jair Antônio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 8.681.696, CPF do MF: 787.612.408-00, residente na Rua Manoel de Oliveira, 162, Arealva- São Paulo.

Diretor de Operações: Jesse Rodrigo de Almeida Alves, brasileiro, casado, radialista, RG: SSP/SP - 43.157.302-02, CPF do MF: 342.048.458-51, residente na Rua Antonio Lenharo, 121, Núcleo Dona Lazara, Arealva- São Paulo.

Diretor de Patrimônio: Guaraci Gomes Carvalho, brasileiro, casado, motorista, RG: SSP/SP - 9.604.857-8, CPF do MF: 825.974.648-49, residente na Rua Serafim Crepaldi, 18, Vila Maria Melhado, Arealva- São Paulo.

Diretor de Cultura e Comunicação Social: Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira, RG: SSP/SP - 48.232.475-2, CPF do MF: 403.505.368-64, solteira, assistente social, residente na Rua Pedro Candido de Oliveira, 39, Conjunto Habitacional Job Garcia de Almeida, Arealva- São Paulo.

Por ser verdade,

Firmo o presente.

Arealva, 18 de abril de 2017.



Raphael Candioto Pereira



Vista frontal do prédio da emissora, com seu sistema irradiante (torre).



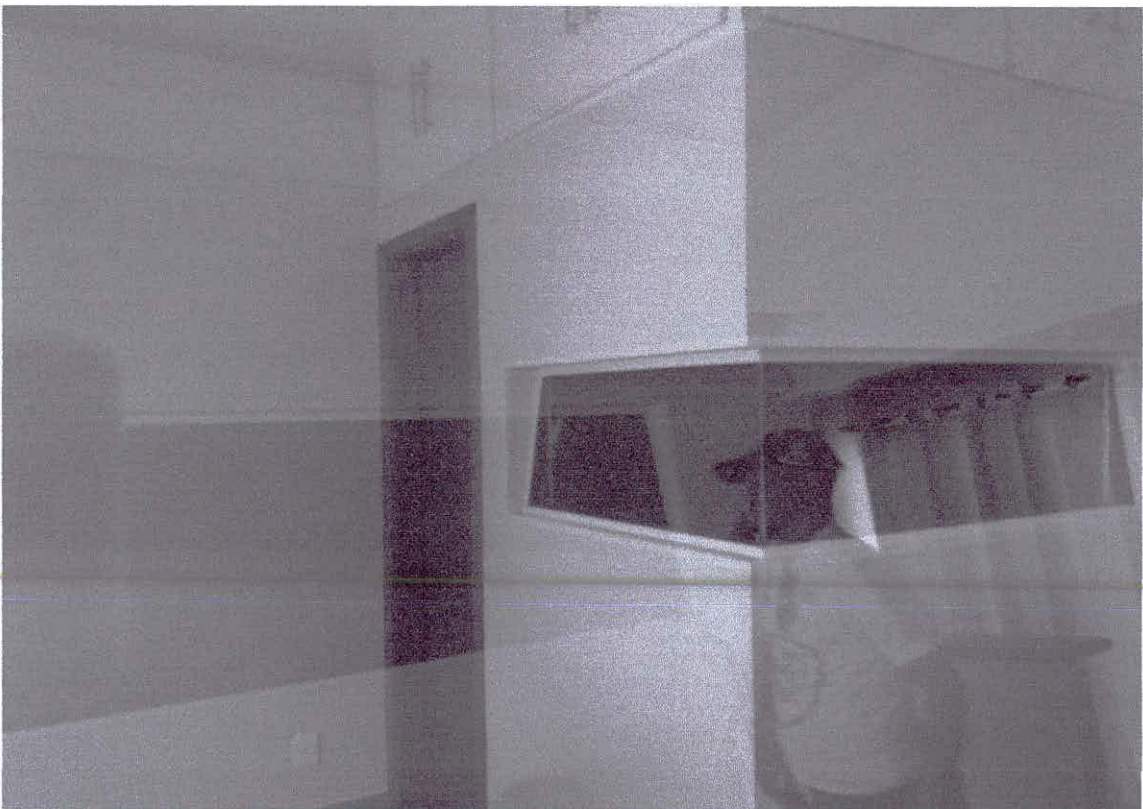
Entrada principal



Sala de espera



Estúdio de transmissão



Estúdio de gravação



Sala do transmissor e demais dependências



Copa/Cozinha

AR



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO

COMUNITÁRIA SOL. DE AREALVA

Rua Amador Fernandes Pereira, 46

Residencial Bela Vista

CEP: 17160-000 / Arealva-SP

01250.025246/2017-61

Associação Beneficente de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

CNPJ – 03.628.758/0001-67

Rua Amador Fernandes Pereira, 46, Residencial Bela Vista – Arealva – SP – Cep 17.160-000

Ref: Processo nº 53900.050612/2015-51

Prezado Sr(a)

Para melhor instruir nosso processo de outorga de Radcom, ora em tramitação nesta secretária de radio difusão, para análise, encaminhamos os seguintes documentos; cujos os originais encontram-se registrados no 2º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Bauru – SP, são eles:

- a) Ata da Assembleia Geral
- b) Lista de Presença
- c) Relação dos Membros da Diretoria
- d) Cópia do Estatuto da Entidade
- e) Ata do Conselho Comunitário, com seus respectivos membros

Arealva, 28 de Abril de 2017



Raphael Candioto Pereira

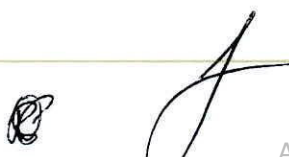
Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 03/05/17 14:59 horas
Assinatura: Conceição

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

CNPJ - 03.628.758/0001-67

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP. Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às vinte horas, na Rua Pedro Pereira, 388, Arealva, SP, em primeira chamada, após verificação da presença de todos os membros filiados a Entidade, o presidente da Entidade deu início à reunião para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: 1- Eleição da Diretoria para o período 2017/2020; 2- Eleição do Conselho Fiscal para o período 2017/2020; 3- Eleição do Conselho Comunitário para o período 2017/2020; 4- Mudança do endereço da sede da Entidade. O presidente informou aos presentes o registro de apenas uma chapa inscrita para a Diretoria; uma chapa inscrita para o Conselho Fiscal; e uma chapa inscrita para o Conselho Comunitário, todas de conformidade com o Estatuto Social da Entidade. Em seguida, a palavra foi aberta aos associados que demonstraram consenso, e não havendo outras manifestações em contrário, foi iniciada a votação com a verificação do "quorum" registrando a totalidade dos membros filiados de acordo com o Estatuto da Entidade. Encerrada a votação às 21h20, dando início a apuração dos votos constatou que a única chapa inscrita para a DIRETORIA, foi eleita por unanimidade, sendo composta pelos associados. Presidente: Raphael Candioto Pereira, brasileiro, casado, radialista, RG: SSP/SP - 43.153.502-02, CPF do MF: 306.602.938-70, residente a Rua João Basílio, 578, centro, Arealva-São Paulo; Vice-Presidente: Antônio João Carraro, brasileiro, casado, agricultor, RG: SSP/SP - 5.343.125, CPF do MF: 251.145.498-04, residente à Rua João Basílio, 476, centro, Arealva-São Paulo; Secretário: Rogério Aparecido Marqui, brasileiro, casado, autônomo, RG: SSP/SP - 20.926.237, CPF do MF: 141.269.868-55, residente a Rua Eliazar Braga, 666, Arealva-São Paulo; Tesoureiro: Jai Antônio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 8.681.696, CPF do MF: 787.612.408-00, residente a Rua Manoel de Oliveira, 162, Arealva-SP; Diretor de Operações: Jesse Rodrigo de Almeida Alves, brasileiro, casado, radialista, RG: 43.157.302-02, CPF do MF: 342.048.458-51, residente a Rua Antonio Lenharo, 121, Núcleo Dona Lazara, Arealva-SP; Diretor de Patrimônio: Guaraci Gomes Carvalho, brasileiro, casado, motorista, RG: SSP/SP - 9.604.857-8, CPF do MF: 825.974.648-49, residente a Rua Serafim Crepaldi, 18, Vila Maria Melhado, Arealva-SP e Diretor de Cultura e Comunicação Social: Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira, RG: 48.232.475-2, CPF do MF: 403.505.368-64, solteira, assistente social, residente a Rua Pedro Candido de Oliveira, 39, Conjunto Job Garcia de Almeida, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Verificou também que a única chapa inscrita para o CONSELHO FISCAL composta por Solange Aparecida Candioto Pereira, RG: 16.434.504-8, CPF do MF: 249.294.128-03, casada, professora, residente a Rua Amador Fernandes Pereira, 291, residencial Bela Vista, Arealva-SP, Thiago Savian Campese, CPF do MF: 303.709.438-99 - RG: 27.563.511-X, solteiro, auxiliar de dentista, residente a Rua da Saudade, 40, Arealva-SP e Cibele Logi dos Santos Marqui, RG: 15.805.357-6, CPF do MF: 141.230.088-60, casado, funcionário público, residente a Rua Joaquim Maia, 237, centro, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Também apurada a eleição para o CONSELHO COMUNITÁRIO verificou a eleição da única chapa inscrita composta pelos representantes das Entidades legalmente constituídas na área do município sobre abrangência da emissora de rádio da Entidade. - (1) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representado pelo membro Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pela presidenta Angela Maria Bertolo Giraldi, brasileira, casada, do lar, RG/SSP/SP, 19.597.514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente a Avenida da Saudade, 816, centro, Arealva-SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo membro Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515.894.438-53, residente Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342,



centro, Arealva,SP, representada pelo membro Wagner dos Santos Gonçalves, brasileiro,solteiro, autônomo, RG/SPP/SP, 42.824.396-4, CPF do MF: 338.871.338-38, residente a Rua Thomas Perez, 61, Santa Isabel, Arealva,SP e pelo membro Márcio Rogério de Oliveira, brasileiro, casado, comprador, RG/SSP/SP, 30.387.482-X, CPF do MF: 289.562.448-80, residente na Rua José Francisco de Sales, 46, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade.Na sequência, os associados aprovaram por unanimidade a mudança da sede da entidade para a Rua Amador Fernandes Pereira, 46, Residencial Bela Vista, Arealva-SP. Em seguida, no mesmo ato, todos os membros eleitos foram EMPOSSADOS nos respectivos cargos. Nada mais havendo a tratar, a presente Assembléia Geral Extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim Rogério Aparecido Marqui, secretário e pelo senhor Raphael Candioto Pereira, presidente. Arealva-SP, 26 Janeiro de 2017.

Presidente: Raphael Candioto Pereira



Secretário: Rogério Aparecido Marqui



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU – SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente título foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº 64.125 MICROFILMADO sob o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ, em 25 de abril de 2017. O referido é verdade e dou fé.

Bauru, 25 de abril de 2017.


EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	151,50	SUMOREG:	8,04
EST.:	43,14	T. JUST.:	10,37
IPESP:	29,45	ISS:	2,92
M.P.:	7,24	TOTAL:	252,66

CNPJ - 03.628.758/0001-67

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Lista de presença:

Assembleia Geral Extraordinário 26/01/2017

01 - Rogério Aparecido Marqui
CPF do MF: 141.269.868-55 -
RG: 20.926.237

02 - Raphael Candioto Pereira
CPF do MF: 306.602.938-70
RG: 43.153.502-02

03 - Antônio João Carraro
CPF do MF: 251.145.498-04
RG: 5.646.125

04 - Jessé Rodrigo de Almeida Alves
CPF do MF: 342.048.458-51
RG: 43.157.302-02

05 - Alex Cristiano Dias
CPF do MF: 272.689.458-50 - RG: 26.707.789-0

06 - Guaraci Gomes de Carvalho
CPF do MF: 825.974.648-49
RG: 9.604.857-8

07 - Taiane Aparecida Cronjager de Oliveira
CPF do MF: 403.505.368-64
RG: 48.232.475-2

08 - Jair Antônio Longo
CPF do MF: 787.612.408-00
RG: 8.681.696

09 - Solange Aparecida Candioto Pereira
CPF do MF: 249.294.128-03
RG: 16.434.504-8

10 - Paulo Padanosque Pereira
CPF do MF: 797.613.998-34
RG: 7.830.273

11 - Thiago Savian Campese
CPF do MF: 303.709.438-99
RG: 27.563.511-X

12 - Cibele Logi dos Santos Marqui
CPF do MF: 141.230.088-60
RG: 15.805.357-6

Arealva-SP, 26 de Janeiro de 2017

Raphael Candioto Pereira
Presidente

CNPJ - 03.628.758/0001-67

Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Relação dos membros da Diretoria: 2017/2020

Presidente: - Raphael Candioto Pereira, brasileiro, casado, radialista, RG: SSP/SP - 43.153.502-02, CPF do MF: 306.602.938-70, residente a Rua João Basílio, 578, centro, Arealva-São Paulo;

Vice-Presidente: - Antônio João Carraro, brasileiro, casado, comerciante-agricultor, RG: SSP/SP - 5.343.125, CPF do MF: 251.145.498-04, residente a Rua João Basílio, 476, centro, Arealva-São Paulo.

Secretário: - Rogério Aparecido Marqui, brasileiro, casado, autônomo, RG: SSP/SP- 20.926.237, CPF do MF: 141.269.868-55, residente a Rua Eliazar Braga, 666, Arealva-São Paulo;

Tesoureiro: - Jair Antônio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 8.681.696, CPF do MF: 787.612.408-00, residente a Rua Manoel de Oliveira, 162, Arealva-SP.

Diretor de Operações: Jesse Rodrigo de Almeida Alves, brasileiro, casado, radialista, RG: 43.157.302-02, CPF do MF: 342.048.458-51, residente a Rua Antonio Lenharo, 121, Núcleo Dona Lazara, Arealva-SP;

Diretor de Patrimônio: Guaraci Gomes Carvalho, brasileiro, casado, motorista, RG: SSP/SP - 9.604.857-8, CPF do MF: 825.974.648-49, residente a Rua Serafim Crepaldi, 18, Vila Maria Melhado, Arealva-SP

Diretor de Cultura e Comunicação Social: Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira, RG: 48.232.475-2, CPF do MF: 403.505.368-64, solteira, assistente social, residente a Rua Rua Pedro Candido de Oliveira, 39, Conjunto Job Garcia de Almeida, Arealva-SP,

Arealva-SP, 26 de Janeiro de 2017



Raphael Candioto Pereira
Presidente

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 Janeiro de 2017

CAPITULO I

Da denominação, Sede e Área de Atuação:

ARTIGO 1º - A Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, com sede na cidade de Arealva-SP, na Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46, Residencial Bela Vista, fundada em 12 de novembro de 1.999, é uma associação, sendo regulada por este Estatuto devidamente adaptado ao novo Código Civil, Lei 10.406 de 10/01/2002 e alterado pela Lei 10.838 de 30/01/2004, com a seguinte redação.

ARTIGO 2º - A Associação foi constituída com as seguintes finalidades: Defender a democratização dos meios de comunicação, e em especial, a Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de baixa potência (até 25 watts), com o objetivo de promover atividades visando o desenvolvimento da cultura, educação e dos profissionais de comunicação social da coletividade inserida na área de cobertura da emissora, prestando serviços permanentes sem qualquer discriminação de clientela.

Parágrafo 1º - São órgãos constitutivos da Associação, a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;

Parágrafo 2º - É indeterminado o tempo de duração da Associação;

Parágrafo 3º - A Associação não tem fins lucrativos;

Parágrafo 4º - A Associação manterá sua independência em relação aos partidos políticos, ao Estado, Poder Econômico, credo religioso e racial.

CAPITULO II

Dos Objetivos:

ARTIGO: 3º - São prerrogativas da Associação:

Parágrafo 1º - Promover atividades educacionais e formação geral, folclóricas e culturais típicas da região;

Parágrafo 2º - Incentivar comportamento de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim atividades, movimentos e organismos;

Parágrafo 3º - Divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliação;

Parágrafo 4º - Manter convênios com entidades similares para a prestação de serviços de assessorias;

Parágrafo 5º - Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgãos de imprensa como rádio comunitária;

Parágrafo 6º - Realizar a cobrança de contribuições dos associados;

Parágrafo 7º - Cobrar mensalidades com valor estabelecido pela Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Prestar serviços compatíveis com as finalidades do Estatuto, com o objetivo de arrecadar fundos para manutenção da Entidade;

Parágrafo 9º - Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar o objetivo da Associação;

Parágrafo 10 - Criação da Casa de Cultura e Museu ligados à área de comunicação e cultura, ampliando o conhecimento e o lazer comunitário.

Parágrafo 11 - Dar oportunidade à difusão das ideias, elementos da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais;

Parágrafo 12 - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

Parágrafo 13 - Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;

Parágrafo 14 - Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitário;

Parágrafo 15 - coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse.

Capítulo III

Dos Associados, seus Direitos e Deveres:

ARTIGO: 4º - Poderá associar-se e participar gratuitamente da Associação qualquer pessoa, em especial os domiciliados na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, independente de cor, formação profissional, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste estatuto. Todos os cidadãos em dia com suas obrigações Estatutárias terão direito a voz, ao voto e ser votado para quaisquer instância deliberativa que compõem a Associação, desde que o associado tenha em dia suas obrigações Estatutárias. Fica assegurado o ingresso de Pessoas Jurídicas, sem fins lucrativos, de forma gratuita a Entidade, desde que sediadas na área de execução dos Serviços de Radiodifusão, sendo assegurado ao seu representante legal, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos da Associação, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Entidade, nas instâncias deliberativas existentes na Associação. Todos os associados terão seus nomes registrados no livro de registro e podem convocar a Assembleia Geral Extraordinária em requerimento ao presidente, dentro das condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Todo associado terá acesso aos documentos oficiais da Associação sem restrição alguma;

Parágrafo 2º - O associado poderá apresentar projetos na área abrangida pela Associação, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou através de convênios.

Parágrafo 4º - ter voz e votar nas assembleias da Entidade, desde que assine o livro de presença;

Parágrafo 5º - O associado poderá gozar dos benefícios oferecidos pelo Estatuto da Entidade; entre eles, o de indicar novos associados;

Parágrafo 6º - A pessoa ou entidade que faltar a (02) duas Assembleias Gerais Ordinárias sem justificativa ou não se fizer presente em 02 (duas) nas Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas neste período, será convocada pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção Executiva, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.

Parágrafo 7º - São deveres de o associado comparecer as Assembleias Gerais ou reuniões da Diretoria Executiva se fizer parte dela;

Parágrafo 8º - O associado deve prestar serviço à Associação aceitando e exercendo cargo para qual foi eleito, salvo escusa legítima;

Parágrafo 9º - O associado deve observar e seguir os dispositivos deste Estatuto;

Parágrafo 10 - O associado deverá promover o desenvolvimento da Associação;

Parágrafo 11 - O associado deverá defender o bom nome da Associação levando ao conhecimento da mesa administrativa as falhas existentes;

Parágrafo 12 - São deveres de o associado pagar as mensalidades em dia;

Parágrafo 13 - O Associado deve comparecer as Assembleias convocadas, votar, ser votado para ocupar cargo na Associação;

Parágrafo 14 - O associado perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído por justa causa se não cumprir o Estatuto. A exclusão somente ocorrerá após esgotar todos os trâmites legais estabelecidos neste Estatuto. O associado que for condenado em processo crime pela Justiça do País perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído automaticamente. Nos demais casos sempre estarão assegurados ao associado excluído, à oportunidade de impetrar recurso recorrendo da decisão, garantido-se o amplo direito de defesa;

Parágrafo 15 - Fica prevista a imposição de penas leves, como a suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, com a pena podendo estender-se até 12 (doze) meses;

Parágrafo 16 - A perda da condição de associado será informada por escrito, podendo o associado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do comunicado, recorrer da decisão para a Assembleia Geral Extraordinária, que deverá ser convocada dentro de outros 30 (trinta) dias, a contar do protocolo do recurso, para analisar o caso e proferir a decisão final;

Parágrafo 17 - Qualquer associado, a qualquer momento, poderá solicitar o desligamento justificado ou não da Associação, fazendo-o através de petição escrita à Diretoria Executiva, ficando assegurado o direito de voltar a fazer parte da Associação no momento que achar mais conveniente;

Parágrafo 18 - O Associado que deixar de pagar suas contribuições por 03 (três) meses consecutivos será afastado do quadro de associados, podendo voltar quando quitar os débitos. No caso do associado deixar de pagar por 12 (doze) meses consecutivos será excluído. O pagamento deverá ser realizado sempre na Secretaria da Associação até o décimo dia do mês.

Parágrafo 19 - O associado que estiver um mês atrasados com suas mensalidades não poderá votar ou ser votado;

Parágrafo 20 - O associado pode apresentar a Diretoria Executiva qualquer reclamação por escrito que ache justa;

Parágrafo 21 - Fica assegurado ao associado o direito de recorrer a Assembleia Geral contra quaisquer atos lesivos aos seus direitos, incluído os casos previstos de suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, ou de exclusão;

Parágrafo 22 - Os associados não responderão solidaria nem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Associação;

CAPITULO IV

Dos Órgãos de Administração, Funcionamento e Organização:

ARTIGO: 5º - São órgãos da Associação: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Da Assembleia Geral:

ARTIGO 6º - A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no dia 26 de janeiro, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela



31

Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual e discussão de assuntos gerais e/ou das comunidades envolvidas. Cabe a Assembleia Geral a competência para eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alterar o presente Estatuto, ou seja, nenhum outro órgão poderá exercer essas tarefas.

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE BAURUR - SP
discussão de assuntos gerais e/ou das comunidades envolvidas. Cabe a Assembleia Geral a competência para eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alterar o presente Estatuto, ou seja, nenhum outro órgão poderá exercer essas tarefas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, mediante a assinatura de 05 (membros); ou por ao menos 2/3 (dois terços) dos associados em dia com suas obrigações Estatutárias através de abaixo-assinado; e pelo Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Em todos os casos, devem ser cumpridas as previsões Estatutárias. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze dias), através de edital afixado na sede e estúdios da entidade e divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas, fixado de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais serão realizadas mediante Edital explicitamente claro e objetivo quanto ao assunto a ser tratado na Assembleia Geral ou reunião da Diretoria Executiva e poderá ser recebido pelo associado ou por algum membro da família dele;

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com presença absoluta dos associados (50% mais um) e, em segunda convocação, 30 minutos após, somente com a presença de 1/3 (um terço) dos associados. Se, ainda assim, a Assembleia não puder ser instalada, deverá ser feita outra convocação, até que esse quorum de 1/3 (um terço) dos associados seja atingido. Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto só poderá ser alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados a presente Assembleia;

Parágrafo 4º - o livro de assinatura que controla a presença dos associados será obrigatoriamente fechado e assinado pelo presidente e pelo secretário, antes do início da Assembleia ou reunião da Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - As decisões das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta dos presentes, observando o "quorum" consignado neste Estatuto, ficando proibidos os votos por procuração ou qualquer outro tipo de documento;

Parágrafo 6º - Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto somente será alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços), dos associados presentes;

Parágrafo 7º - Serão tomadas por escrutínio secreto, as deliberações que envolvam a eleição da Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; previsões orçamentárias; e aprovação de contas; julgamento dos Atos da Diretoria na aplicação das penalidades.

Parágrafo 8º - Cabe a Assembleia Geral, a fixação do valor da mensalidade de manutenção, tendo em vista a proposta da Diretoria Executiva para a referida matéria;

Parágrafo 9º - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar as contas e o Balanço Geral da Associação;

Parágrafo 10 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o relatório da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal;

Parágrafo 11 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o orçamento anual de Receitas e Despesas da Associação. A Diretoria Executiva comunicará, com 15 (quinze) dias de antecedência, a data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, ressaltando o local onde se encontrem à disposição dos sócios os seguintes documentos: Relatório da Diretoria Executiva; Balanço Geral das Contas; Parecer do Conselho Fiscal e o último relatório do Conselho Comunitário e o orçamento anual de receitas e despesas da Associação.

Parágrafo 12 - Haverá uma Sessão Ordinária, sempre no dia 26 de janeiro, da Assembleia Geral, para a apresentação do relatório e verificação das contas do exercício findo, e tantas quantas Sessões Extraordinárias forem convocadas, na forma deste Estatuto.

7



Parágrafo 13 - Compete à Assembleia Geral Extraordinária, mediante aprovação, deliberar sobre a reforma do Estatuto Social; eleição e destituição da Diretoria Executiva; eleição e destituição do Conselho Fiscal; destituição de qualquer dos órgãos da Administração e Assessoramento da Associação e tratar de qualquer assunto de interesse da Associação.

ARTIGO: 7º - As Assembleias Gerais Extraordinárias são as de previsões orçamentárias e as de prestação de contas, ambas serão anuais e obrigatórias,

ARTIGO: 8º - Compete a Assembleia Geral, eleger a Diretoria Executiva ou destituir qualquer de seus membros; e alterar o Estatuto, em ambos os casos com Assembleia Geral Extraordinária convocada para esses casos; julgar e decidir em ultima instância todos os assuntos da Associação; aprovar o Regimento Interno que regulamenta os vários setores da atividade da Entidade; aprovar, ou rejeitar os balanços e as contas do exercício anterior; analisar e definir o planejamento do trabalho do período seguinte; autorizar a alienação de bens, cuja conservação não convier aos interesses da Associação, bem como contrair empréstimos para a compra de equipamentos ou aquisição de prédio próprio, bem como criar o Conselho Comunitário da Entidade.

Da Diretoria Executiva:

ARTIGO: 9º - A administração da Associação caberá a Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral Extraordinária, e composta do Presidente; do Vice-Presidente; do Secretário; do Tesoureiro; do Diretor de Operações; Diretor Cultural e de Comunicação Social e Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-a cada 10 dias, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente, sempre que convocada por 5 membros da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelo Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º - Nenhum membro da Diretoria Executiva será remunerado, nem receberá lucro sobre qualquer pretexto;

Parágrafo 3º - A Diretoria Executiva funcionará com a presença absoluta dos membros;

Parágrafo 4º - As vagas abertas na Diretoria Executiva, antes do final do mandato, deverão ser preenchidas por eleição de outro associado, e aprovada pela maioria simples da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;

Parágrafo 5º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria dos votos;

Parágrafo 6º - Será considerado vago o cargo do eleito que não tomar posse dentro de 30 dias;

Parágrafo 7º - A Diretoria Executiva terá de fazer cumprir todas as deliberações da Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Resolver sobre a exclusão, ou suspensão temporária, dos associados, encaminhando a Assembleia Geral, o decidido, para deliberação;

Parágrafo 9º - Deliberar sobre o aumento do patrimônio da Associação;

Parágrafo 10 - Dar informações precisas, por meio de regulamentos, sobre os serviços prestados pela Associação;

Parágrafo 11 - Autorizar o Presidente a fazer contratos preciosos e determinar as respectivas condições;

Parágrafo 12 - Aprovar orçamentos e plantas de obras a serem executadas pela Associação;

Parágrafo 13 - Interpretar o presente Estatuto, cumprindo-o de forma integral;

ARTIGO: 10 - Das decisões da Diretoria Executiva, caberá recurso para a Assembleia Geral.

ARTIGO: 11 - O período administrativo terá 03 anos, a contar do dia da eleição até que se complete o mandato.

PARAGRAFO ÚNICO: Não poderá de forma alguma ser prorrogado o mandato da Diretoria Executiva, sendo obrigatória a eleição de 03 em 03 anos, ocorrendo à posse no mesmo dia da eleição. Será permitida apenas uma reeleição, pelo mesmo período.

ARTIGO: 12 - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário para mandato de 03 (três) anos, em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação aberta nas chapas inscritas;

Parágrafo 1º - A formação da Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e direta dos votos;

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com antecedência mínima de trinta dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos neste Estatuto;

Parágrafo 3º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral;

Parágrafo 4º - Somente poderão votar e serem votados os associados que estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

ARTIGO: 13 - Compete a Diretoria Executiva, coletivamente:

Parágrafo 1º - Dirigir a Associação de acordo com o presente Estatuto e administrar o patrimônio promovendo o desenvolvimento da Entidade;

Parágrafo 2º - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as demais decisões da Assembleia Geral;

Parágrafo 3º - Reunir-se ordinariamente a cada 10 (dez) dias e extraordinariamente quando houver convocação;

Parágrafo 4º - Manter a escrituração em dia;

Parágrafo 5º - Promover e incentivar a criação de comissões de departamento com função de assessoria as atividade da Entidade e o Conselho Comunitário;

Parágrafo 6º - A contratação e remuneração de prestação de serviços especializados, como jornalistas, radialistas, redatores, locutores, técnico de som e informática; e outros profissionais especializados em manutenção da emissora de rádio administrada pela Associação;

Parágrafo 7º - Acompanhar e seguir orientações do Conselho Comunitário;

Parágrafo 8º - As decisões da diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a participação garantida da maioria simples de seus membros.

Parágrafo 9º - A contratação e demissão dos funcionários dependerão de aprovação da maioria absoluta da Diretoria Executiva;

Parágrafo 10 - Convocar a Assembleia Geral;

Parágrafo 11 - Prestar contas bimestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente à Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela Assembleia Geral;

Parágrafo 12 - Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;

Parágrafo 13 - Autorizar a aquisição de equipamentos;

Parágrafo 14 - Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade;

1
3

Parágrafo 15 - Aprovar e modificar regimentos internos implementados e/ou administrados pela Entidade.

ARTIGO: 14 - Caberá a cada diretor, individualmente:

Parágrafo 1º - Dirigir e administrar os serviços prestados pela Entidade dentro do Estabelecido no Estatuto;

Parágrafo 2º - Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

Parágrafo 3º - Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

Parágrafo 4º - Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ARTIGO: 15 - Compete ao Presidente:

Parágrafo 1º - Presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

Parágrafo 2º - Representar a Associação em Juízo e fora dele;

Parágrafo 3º - Convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;

Parágrafo 4º - juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques, pagar contas e assinar balancetes;

Parágrafo 5º - Conceder férias; conceder licença a funcionários; ordenar e pagar despesas autorizadas nas formas do orçamento, e juntamente com o tesoureiro assinar cheques e documentos contábeis;

Parágrafo 6º - organizar relatório das ocorrências do ano anterior, apresentado-o a Assembleia Geral Ordinária de provisões orçamentárias e de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício, relação dos filiados e balanço financeiro;

Parágrafo 7º - Apresentar ao final de cada ano um relatório minucioso a Assembleia Geral, sobre os fatos ocorridos durante sua administração.

Parágrafo 8º - Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;

Parágrafo 09º - Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

ARTIGO: 16 - Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo 1º - Substituir o presidente em seus impedimentos temporários, ou definitivos até o final do mandato da Diretoria Executiva;

ARTIGO: 17 - Compete ao Secretário:

Parágrafo 1º - Redigir, assinar as atas junto com o presidente, ler, aberta as sessões, as atas das reuniões da Mesa e das Assembleias Gerais, e manter a transcrição em dia das atas das Assembleias Gerais, e das reuniões da Diretoria Executiva e Conselhos da Entidade;

Parágrafo 2º - Redigir as correspondências da Associação e manter em bom estado sob sua guarda todo arquivo de livros da Associação;

37

Parágrafo 3º - Manter o livro com o registro de todos os associados atualizado e as Assembleias quando solicitado;

Parágrafo 4º - Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;

Parágrafo 5º - Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ARTIGO: 18 - Compete ao Tesoureiro:

Parágrafo 1º - Arrecadar e fiscalizar todos os valores da Associação e responder por eles;

Parágrafo 2º - Abrir contas bancárias em estabelecimentos designados pela Diretoria Executiva, depositar os valores recebidos; assinar cheques junto com o presidente; manter nas contas os valores da Associação proveniente de todas as receitas, como contribuições e apoio cultural, entre outras, podendo aplicá-los, ouvido sempre a Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Efetuar pagamentos dos impostos e outros autorizados;

Parágrafo 4º - Supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade;

Parágrafo 5º - Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e balanço anual.

Artigo: 19 - Compete ao Diretor de Operações:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões de Diretoria Executiva, contribuindo com as suas funções coletivas;

Parágrafo 2º - Implementar e supervisionar a programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões

ARTIGO: 20 - Compete ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções Coletivas;

Parágrafo 2º - Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

Parágrafo 3º - Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada; sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

Parágrafo 4º - Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, Regimentos Internos e documentação enviada pelo Conselho Comunitário, com pareceres sobre a programação da Emissora de Rádio, entre outros.

Artigo: 21 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

Parágrafo 1º - Manter sob seu controle todos os patrimônios da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

Parágrafo 2º - Implementar o arquivo histórico da Associação em áudio, vídeo e material gráfico.

ARTIGO: 22 - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de cinco membros. Em caso de empate nos processos de votação caberá ao voto do Presidente a decisão.

Do Conselho Fiscal:

ARTIGO: 23 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e será coordenado por um Presidente e um Secretário, com mandato de 03 (três) anos:

Parágrafo Único - O mandato do conselho Fiscal terá duração igual ao da Diretoria Executiva, 03 (três) anos, sendo eleito juntamente com a mesma, mediante a apresentação de chapa completa e com posse no mesmo dia. Os candidatos tem que estar em dias com suas obrigações Estatutárias.

Artigo: 24 - Compete ao conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade, ou ainda reunirá extraordinariamente a pedido da Diretoria Executiva ou por maioria simples de seus membros;

Parágrafo 1º - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos;

Parágrafo 2º - Fiscalizar todas as atividades da Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Rubricar e fiscalizar toda documentação contábil;

Parágrafo 4º - Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;

Parágrafo 5º - Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes trimestrais;

Parágrafo 6º - Compete ao Conselho Fiscal convocar Assembleia Geral Extraordinária quando for o caso;

Parágrafo 7º - Será automaticamente cassado o mandato do Conselheiro que deixar de comparecer à 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justa causa, a critério dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 8º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registradas em livro próprio de "Atas".

Do Conselho Comunitário:

Artigo: 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, 05 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas dentro da área de execução dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Parágrafo 2º - O conselho comunitário reunir-se-á cada 01 (um) ano para análise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria Executiva, verificando a sua adequação às metas estabelecidas;

Parágrafo 3º - Aprovação da programação da Emissora.

Parágrafo 4º - Convocar Assembleia Geral Extraordinária quando achar necessário.

ARTIGO: 26 - O presente estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, de conformidade com o Estatuto.

ARTIGO: 27 - A Associação não remunera por quaisquer formas, os cargos de sua Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Deliberativos ou Consultivos, e não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

CAPITULO V

Das Eleições e Posse:

Artigo: 28 - As Eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, realizar-se-ão de 03 (quatro), em 03 (Três) anos, obrigatoriamente até o dia 26 mês de janeiro, devendo ser disputadas por chapas completas da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, durante a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim, mediante voto secreto e sendo possível a reeleição de seus membros por apenas uma vez.

Artigo: 29 - Quando da eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, se apenas uma chapa for apresentada, ficará a critério do presidente da Assembleia Geral a aprovação por aclamação.

Artigo: 30 - Em caso de demissão coletiva, as eleições realizar-se-ão também por Assembleia Geral Extraordinária, na mesma forma estabelecida por esse Estatuto;

Artigo: 31 - O direito do voto é pessoal, individual e intransferível, não podendo ser inclusive exercido por procuradores:

Parágrafo 1º - O associado que quiser se candidatar deverá apresentar-se para registro na Secretaria, até 08 (oito) dias antes da data da votação, desde que faça parte de uma chapa completa de candidatos.

Parágrafo 2º - Só poderão concorrer ao pleito as chapas devidamente registradas, em tempo hábil, pela Secretaria que, durante o dia da votação, deverão estar afixadas na banca receptora de votos.

Parágrafo 3º - Poderão ser registradas chapas para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário (caso haja), separadamente, sendo vedado somente o registro de nomes para cargos isolados.

Parágrafo 4º - É facultado ao candidato que encabeçar uma chapa (da Diretoria ou do Conselho Fiscal ou Conselho Comunitário) promover a retirada do registro de sua chapa até 01 (uma) hora antes do horário marcado para o início da votação.

Parágrafo 5º - Os recursos contra o trabalho exercido nas Eleições poderão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias após as eleições, para o julgamento em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal fim.

Artigo: 32 - A posse será dada pelo Presidente em Assembleia, por meio de um termo lavrado em livro próprio o qual deverá ser assinado por todos os eleitos.

CAPITULO VI

Das Receitas e Despesas

ARTIGO 33 - A Associação advirá:

Parágrafo 1º - Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

Parágrafo 2º - Da contribuição mensal dos associados;

Parágrafo 3º - A Associação se manterá com os valores arrecadados das contribuições dos associados; das doações; da prestação de serviços e subvenções oficiais municipais, estaduais e federais; recursos que sempre serão aplicados nas finalidades da Entidade, consignadas neste Estatutos;

Parágrafo 4º - De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim de acordo com a orientação Estatutária;

Parágrafo 5º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade;

Parágrafo 6º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito, ou por força judicial;

Parágrafo 7º - A Associação aplicará integralmente no território nacional todas as receitas; rendas; rendimentos; ou eventual resultado operacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais de acordo com o artigo 3º do inciso IV do Decreto nº 2.536/98;

ARTIGO: 34 - As despesas da Entidade podem ser:

Parágrafo 1º - As despesas operacionais podem ser com o aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos eletrônicos, material de escritório, custo para manutenção de equipamentos, contratação de engenheiros para apresentação de projetos técnicos, contratação de profissionais liberais para pareceres e serviços de advocacia.

Parágrafo 2º - Pagamento de mão de obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

CAPITULO VII

Da prestação de Contas:

ARTIGO: 35 - A prestação de contas da Associação deverá observar, no mínimo:

Parágrafo 1º - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

Parágrafo 2º - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório das atividades sociais e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto aos Órgãos governamentais brasileiros, colocando todos estes documentos à disposição para o exame de qualquer associado;

Parágrafo 3º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VIII

Do Exercício Social:

ARTIGO: 36 - O exercício fiscal da Associação terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Associação, de conformidade com as disposições legais.

CAPITULO IX

Da Dissolução e Liquidação:

ARTIGO: 37 - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim de acordo com o Estatuto e com aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados;

Parágrafo 1º - Da pauta deverá constar como obrigatória a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia;

Parágrafo 2º - Em caso de decisão da Assembleia Geral pela dissolução e liquidação da Associação, caso haja dívidas na data, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, e o saldo restante deste patrimônio deverá

ser doado sendo destinado em benefício de uma Instituição Nacional de Assistência Social - CNAS, ou Entidade Pública.

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE BAURÚ - SP
REGISTRADO Nº 64.125
congenere, devidamente registrada no Conselho

Capítulo X

Das Disposições Gerais

ARTIGO: 38 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

ARTIGO: 39 - As dúvidas ou conflitos entre os associados e a Associação, oriundas deste Estatuto Social, serão resolvidas, por meio de arbitragem, de acordo com a Lei brasileira e referendadas pela Assembleia Geral, quando não puderem ser resolvidas pela Diretoria. Os associados firmarão, individualmente, termo próprio de compromisso, na oportunidade da filiação a esta Associação.

ARTIGO: 40 - Fica o presente Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2013, será registrado na forma da Lei, impresso e distribuído aos associados, entrando em vigor imediatamente, podendo ser reformulado sempre que os interesses da Associação assim exigirem.

Arealva-SP, 26 de janeiro de 2017



Raphael Candioto Pereira

Presidente



Rogério Aparecido Marqui

Secretário



Dr. Nilson Luiz De Vides

OAB/SP - 115.682

**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU – SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente título foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº 64.125 MICROFILMADO sob o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ, em 25 de abril de 2017. O referido é verdade e dou fé.

Bauru, 25 de abril de 2017.


EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	151,50	SINOREG:	8,04
EST.:	43,14	T. JUST.:	10,37
IPESP:	29,45	ISS:	2,92
M.P.:	7,24	TOTAL:	252,66

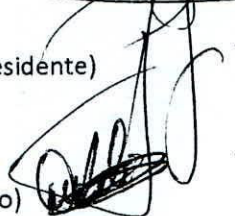
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO SOL FM – 87,9 MHz - AREALVA-SP

Aos vinte e oito (28) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete (2017), às 20 horas, na Rua Pedro Pereira, 388, reuniu-se o em atendimento aos preceitos da Lei, o Conselho Comunitário da RACOM da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Solidariiedade de Arealva, SP, sendo registrado a presença dos 5 (cinco) conselheiros eleitos em 28 de fevereiro de 2017, representando as seguintes entidades legalmente constituídas no município: (1) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representadas pelo senhor Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG: SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente na Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva- SP; sendo representada pela presidente Ângela Maria Bertolo Giral di, brasileira, casada, do lar, RG: SSP/SP, 19.597514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente na Avenida da Saudade, 816, centro, Arealva- SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG: SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515894438-53, residente na Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva, SP, representada pelos senhores: Wagner dos Santos Gonçalves, brasileiro, solteiro, autônomo, RG: SPP/SP, 42.824.396-4, CPF do MF: 338.871.338-38, residente a Rua Thomas Perez, 61, Santa Isabel, Arealva, SP e Marcio Rogério de Oliveira, brasileiro, casado, comprador, RG: SSP/SP, 30.387.482-x, CPF do MF: 289.562.448-80, residente na Rua José Francisco de Salles, 466, Jacuba, Arealva- São Paulo. Em cumprimento a pauta da reunião, o Conselho aprovou a grade de programação da emissora administrada pelo presidente, Wagner dos Santos Gonçalves, verificando que a RÁDIO SOL FM, segue os preceitos da Lei que rege este tipo de emissora no País, oferecendo aos seus ouvintes uma programação com jornalísticos; de orientação educacional; de conscientização ecológica; de mudanças de hábito para melhorar a convivência da comunidade, bem como mantém aberto o espaço na programação para opiniões dos ouvintes sobre os acontecimentos na área de abrangência da RADCOM e prioriza a divulgação da música nacional. Dentro da grade de programação analisada por este Conselho, ficaram registradas as seguintes aprovações ao trabalho desenvolvido pela direção da emissora e sugestões para a programação: (1)- Apoio da rádio na divulgação de arrastões contra a dengue recolhendo o lixo dos quintais na área de abrangência da emissora, bem como manter os programas de orientação sobre saúde. (2)-continuação do apoio da rádio nas divulgações das ações de solidariedade em favor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Arealva, da Vila Vicentina de Arealva e APAE de Arealva, (3) apoio da rádio na divulgação das ações culturais e esportivas de sua área de abrangência, (4)- continuação do apoio da emissora as palestras e reuniões destinadas aos produtores rurais e pecuaristas com o intuito de fortalecer ainda mais os programas de geração de renda aos pequenos proprietários da área de abrangência da emissora. (5)- oferecer espaço radiofônico os alunos matriculados nas escolas do município, para que esses possam expressar seus conhecimentos na área de comunicação social, organizando uma programação voltada para a comunidade estudantil. Desta forma, ficam registradas as orientações do Conselho Comunitário dentro do estabelecido na Lei da RADCOM, à direção da RÁDIO SOL FM. Nada mais havendo a tratar, fica registrado o desejo de sucesso à diretoria da RÁDIO SOL FM, e que a emissora continue sendo administrada da forma democrática de sempre, possibilitando uma excelente prestação de serviço de comunicação social a comunidade arealvense. Eu, Marcio Rogério de Oliveira, secretariei a presente reunião do Conselho Comunitário, presidida pelo senhor Wagner dos Santos Gonçalves. A Ata lida e achada de conforme foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, e pelos demais membros do referido Conselho Comunitário, com mandato para até 28 de Fevereiro de 2020. Arealva, SP, 28 de Fevereiro de 2017.

Wagner dos Santos Gonçalves - (Presidente)



Paulo Juliano Nicolielo Junior (Vice-presidente)



Marcio Rogério de Oliveira - (Secretário)



Antonio Dorival Spedo - (Membro)



Ângela Maria Bertolo Giraldi- (Membro)



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU – SP**


RUA RIO BRANCO, 16-56- CENTRO –
CEP Nº 17.014-037- FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente título foi PROTOCOLIZADO no
Livro A sob nº 64.126 MICROFILMADO sob o
mesmo número, ~~AVERBADO EM FRENTE AO~~
REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ em 25 de
abril de 2017. O referido é verdade e dou fê,

Bauru, 25 de abril de 2017.


EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	44,57	SINOREG:	2,34
EST.:	12,68	T. JUST.:	3,06
IPESP:	8,67	ISS:	0,88
M.P.:	2,14	TOTAL:	74,34

Reunião do Conselho Comunitário da Rádio SOL FM: 28/02/2017

Lista de presença:

01 - Marcio Rogério de Oliveira

CPF do MF: 289.562.448-80 - RG: 30.387.482-x

02 - Paulo Juliano Nicolielo Junior

CPF do MF: 395.806.268-53 - RG: 6.913.548

03 - Wagner dos Santos Gonçalves

CPF do MF: 338.871.338-38 - RG: SSP/SP 42.824.396-4

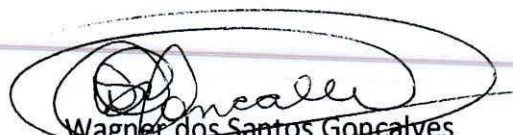
04 - Antonio Dorival Spedo

CPF do MF: 515894438-53 - RG: SSP/SP, 5720696

05 - Angela Maria Bertolo Giraldi

CPF do MF: 086.087.988-75 - RG: SSP/SP, 19.597514-5

Arealva-SP, 28 de Fevereiro de 2017.


Wagner dos Santos Gonçalves
Presidente

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO SOL FM - 87,9 MHz - AREALVA-SP

Aos vinte e oito (28) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete (2017), às 20 horas, na Rua Pedro Pereira, 388, reuniu-se o em atendimento aos preceitos da Lei, o Conselho Comunitário da RACOM da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Solidariiedade de Arealva, SP, sendo registrado a presença dos 5 (cinco) conselheiros eleitos em 28 de fevereiro de 2017, representando as seguintes entidades legalmente constituídas no município: (1) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representadas pelo senhor Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG: SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente na Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva- SP; sendo representada pela presidente Ângela Maria Bertolo Giralaldi, brasileira, casada, do lar, RG: SSP/SP, 19.597514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente na Avenida da Saudade, 816, centro, Arealva- SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG: SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515894438-53, residente na Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva, SP, representada pelos senhores: Wagner dos Santos Gonçalves, brasileiro, solteiro, autônomo, RG: SPP/SP, 42.824.396-4, CPF do MF: 338.871.338-38, residente a Rua Thomas Perez, 61, Santa Isabel, Arealva, SP e Marcio Rogério de Oliveira, brasileiro, casado, comprador, RG: SSP/SP, 30.387.482-x, CPF do MF: 289.562.448-80, residente na Rua José Francisco de Salles, 466, Jacuba, Arealva- São Paulo. Em cumprimento a pauta da reunião, o Conselho aprovou a grade de programação da emissora administrada pelo presidente, Wagner dos Santos Gonçalves, verificando que a RÁDIO SOL FM, segue os preceitos da Lei que rege este tipo de emissora no País, oferecendo aos seus ouvintes uma programação com jornalísticos; de orientação educacional; de conscientização ecológica; de mudanças de hábito para melhorar a convivência da comunidade, bem como mantém aberto o espaço na programação para opiniões dos ouvintes sobre os acontecimentos na área de abrangência da RADCOM e prioriza a divulgação da música nacional. Dentro da grade de programação analisada por este Conselho, ficaram registradas as seguintes aprovações ao trabalho desenvolvido pela direção da emissora e sugestões para a programação: (1)- Apoio da rádio na divulgação de arrastões contra a dengue recolhendo o lixo dos quintais na área de abrangência da emissora, bem como manter os programas de orientação sobre saúde. (2)-continuação do apoio da rádio nas divulgações das ações de solidariedade em favor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Arealva, da Vila Vicentina de Arealva e APAE de Arealva, (3) apoio da rádio na divulgação das ações culturais e esportivas de sua área de abrangência, (4)- continuação do apoio da emissora as palestras e reuniões destinadas aos produtores rurais e pecuaristas com o intuito de fortalecer ainda mais os programas de geração de renda aos pequenos proprietários da área de abrangência da emissora. (5)- oferecer espaço radiofônico os alunos matriculados nas escolas do município, para que esses possam expressar seus conhecimentos na área de comunicação social, organizando uma programação voltada para a comunidade estudantil. Desta forma, ficam registradas as orientações do Conselho Comunitário dentro do estabelecido na Lei da RADCOM, à direção da RÁDIO SOL FM. Nada mais havendo a tratar, fica registrado o desejo de sucesso à diretoria da RÁDIO SOL FM, e que a emissora continue sendo administrada da forma democrática de sempre, possibilitando uma excelente prestação de serviço de comunicação social a comunidade arealvense. Eu, Marcio Rogério de Oliveira, secretariei a presente reunião do Conselho Comunitário, presidida pelo senhor Wagner dos Santos Gonçalves. A Ata lida e achada de conforme foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, e pelos demais membros do referido Conselho Comunitário, com mandato para até 28 de Fevereiro de 2020. Arealva, SP, 28 de Fevereiro de 2017.

Wagner dos Santos Gonçalves - (Presidente)



Paulo Juliano Nicolielo Junior (Vice-presidente)



Marcio Rogério de Oliveira - (Secretário)



Antonio Dorival Spedo - (Membro)



Ângela Maria Bertolo Giraldi- (Membro)



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU – SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- CENTRO –
CEP Nº 17.014-037- FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente título foi PROTOCOLIZADO no
Livro A sob nº 64.126 MICROFILMADO sob o
mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO
REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ em 25 de
abril de 2017. O referido é verdade e dou fê,

Bauru, 25 de abril de 2017.


EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	44,57	SINOREG:	2,34
EST.:	12,68	T. JUST.:	3,06
IPESP:	8,67	ISS:	0,88
M.P.:	2,14	TOTAL:	74,34

Reunião do Conselho Comunitário da Rádio SOL FM: 28/02/2017

Lista de presença:

01 - Marcio Rogério de Oliveira

CPF do MF: 289.562.448-80 - RG: 30.387.482-x

02 - Paulo Juliano Nicolielo Junior

CPF do MF: 395.806.268-53 - RG: 6.913.548

03 - Wagner dos Santos Gonçalves

CPF do MF: 338.871.338-38 - RG: SSP/SP 42.824.396-4

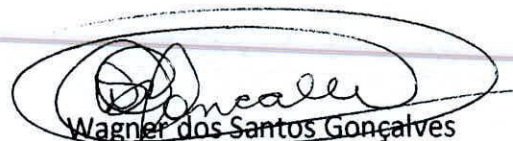
04 - Antonio Dorival Spedo

CPF do MF: 515894438-53 - RG: SSP/SP, 5720696

05 - Angela Maria Bertolo Giraldi

CPF do MF: 086.087.988-75 - RG: SSP/SP, 19.597514-5

Arealva-SP, 28 de Fevereiro de 2017.


Wagner dos Santos Gonçalves
Presidente



DEST ENDER CEP Zip	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES		TELEFONE/Phone number
	Secretaria de Radiodifusão		
	Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização		
	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária		UF/State
	Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar		PAÍS/Country
CEP: 70044-900 / Brasília-DF			

Associação Beneficente de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

CNPJ – 03.628.758/0001-67

Rua Amador Fernandes Pereira, 46, Residencial Bela Vista – Arealva – SP – Cep 17.160-000



765000636

"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"
"To recycle materials is to preserve the environment"



SOLUÇÃO / Return

- ☐ Falecido (Deceased)
☐ Endereço Insuficiente (Insufficient Address)
☐ Não existe o número indicado (Non-Existing Number)
☐ Outros (Other)

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Data: ____/____/____ **Assinatura:**

Date: ____/____/____ **Signature:**

NOTA TÉCNICA Nº 20958/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Assunto: **Indeferimento do Processo de Renovação de Outorga. Abertura de prazo recursal.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 3025/2017/SEI-MCTIC, 1670882, informou-se à Associação que:

[...] após análise dos autos e de consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (1523380), verificou-se que o Presidente, Luiz Henrique Dias, e o Diretor de Patrimônio, Paulo Sérgio Longo, exercem, respectivamente, os cargos de membro e de Presidente dos órgãos de direção do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Popular Socialista (PPS), em Arealva - SP, o que configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

4. Além disso, conforme consulta ao sítio da Prefeitura de Arealva (Anexo 1523382), observou-se que o Presidente, Luiz Henrique Dias, exerceu o cargo de Coordenador de Compras e o Secretário, Tadeu Ricardo Bonati, e o Diretor de Cultura e Comunicação Social, Ronaldo Scatini, exercem, respectivamente, os cargos de Diretor de Finanças e de Coordenador de Informática, cargos esses equivalentes aos secretários municipais, o que igualmente configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "c" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC.

[...]

6. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

3. Em razão disso, foi concedido prazo de 30 dias para que a Radiodifusora se manifestasse.

4. O Ofício nº 5481/2017/SEI-MCTIC, que encaminhou a Nota Técnica, foi recebido em 21/2/2017, conforme Aviso de Recebimento (AR) 1714556.

5. Em resposta, a Associação encaminhou, em 19/4/2017, o Ofício 0022/2017 1829666, no qual alegou primeiramente o seguinte:

a) O recebimento do referido ofício [sic] pela diretoria da Associação, deu-se somente em 11 de abril de 2017, conforme declarações em anexo e B.O (Boletim de Ocorrência), lavrado junto à Polícia Civil do Estado de São Paulo, município de Arealva-SP. Estamos respondendo nesta data, pois ocorre que o referido ofício foi recebido em 21 de fevereiro de 2017, por Nadilaine Simplício Goulart, moradora do endereço onde funcionava a antiga sede da associação. O ofício foi entregue ao novo presidente da entidade somente em 11 de abril de 2017, data em que foi lavrado o B.O e colhido declaração da moradora pelo presidente da Entidade Raphael Candioto Pereira (conforme documentos em anexo), para preservação de direito com relação ao cumprimento de prazo estipulado por esse Ministério.

6. Sobre esse assunto, é importante observar que no BO, anexado às fls. 11/12 (Ofício 0022/2017 1829666), o atual Presidente, Raphael Candioto Pereira, informou que a Associação “**no final do ano de 2015**, mudou para a rua Amador Fernandes Pereira, nº 46, Arealva/SP” (grifo nosso). Todavia, quando a Associação protocolou o pedido de renovação da outorga, em **27/6/2016**, à fl. 1 da Carta 1209280, informou que o endereço da sede seria à rua “Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP”. Em razão disso, encaminhou-se a correspondência para esse endereço.

7. Com base nessas informações, esclarece-se, a resposta ao Ofício nº 5481/2017/SEI-MCTIC será considerada **intempestiva**.

8. Dito isso, da leitura do Ofício 0022/2017 1829666, observou-se que a Associação apenas informou que os diretores impedidos foram afastados dos cargos que ocupavam e que, em 26/1/2017, procedeu à eleição de novos dirigentes. Além disso, alegou que o mandato 2014 a 2017 ocorreu antes da publicação da Portaria.

9. Primeiramente, é importante transcrever o art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, reproduzido pelo art. 43 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, segundo os quais:

A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

10. Ou seja, a Lei nº 9.612, de 1998, já previa a vedação à manutenção de vínculos que subordinassem ou sujeitassem a emissora comunitária ao comando de outrem, em especial, mediante compromissos ou relações financeiras,

religiosas, **político-partidárias** etc.

11. Portanto, a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, foi editada apenas para instruir o administrado sobre a correta execução do ato normativo primário.

12. Inclusive, o poder normativo que os Ministros de Estado possuem de “expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos” está previsto no art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal.

13. Nesse sentido, um aspecto importante do princípio da legalidade é que a Administração não deve seguir somente os atos normativos primários ou os diplomas normativos com força de lei. A atuação administrativa também deve estar de acordo com os decretos regulamentares e outros atos normativos secundários, como as portarias e instruções normativas. É claro que esses últimos atos normativos não podem instituir direito novo, ou seja, eles não podem inovar na ordem jurídica, criando direitos e obrigações. No entanto, esses diplomas detalham as determinações gerais e abstratas da lei, permitindo a sua aplicação no dia a dia da Administração.

14. Além disso, deve-se ter atenção especial ao § 1º do mesmo art. 135 que previu que os “conceitos, definições e do modo de prestação do Serviço devem ser aplicadas desde logo, inclusive às entidades já outorgadas” e ao art. 136, segundo o qual “Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária **em trâmite** no Ministério das Comunicações **na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria**” (grifos nossos). Isso quer dizer que é legalmente possível aplicar a definição de vínculo político contida no art. 25, § 2º, I, “b” e “c” da Portaria.

15. Inclusive, para que fosse viabilizado às radiodifusoras se adequarem aos novos preceitos normativos, o art. 137, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC concedeu o prazo de **um ano** para a entrada em vigor do parágrafo único do art. 132, segundo o qual “A existência de vínculo, verificada no curso do processo, é vício de caráter insanável”, possibilitando, por conseguinte, o saneamento de eventual vício. Isso significa dizer que, até **21/9/2016**, eventual vínculo poderia ser sanado, o que possibilitaria o prosseguimento do Processo.

16. Por todo o exposto, caso não descaracterizado o vínculo, deve ser aplicado o art. 132, III e parágrafo único da Portaria, segundo os quais: “Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo; [...] Parágrafo único. A existência de vínculo, verificada no curso do processo, é vício de caráter insanável”.

17. O dever de se aplicar o mencionado dispositivo deriva do caráter vinculado imposto pelo ato normativo, que não previu juízo de conveniência e oportunidade por parte do administrador público. Este, no caso, deve agir nos exatos termos e limites previstos, sem margem para escolha de conduta diversa.

18. Dito isso, mesmo que a Radiodifusora tenha encaminhado nova Ata de eleição da diretoria, às fls. 2 a 4 (Ata 1851734), o documento data de **26/1/2017** e fora registrado em **25/4/2017**, ou seja, quando já estava em vigor o dispositivo que prevê a insanabilidade de eventual vínculo. Portanto, informa-se que a saída dos diretores impedidos, após a data mencionada no item 15 desta Nota, não tem o condão de sanear o vício; além disso, uma vez que o vício não fora descaracterizado, é impedimento para o prosseguimento da renovação da outorga.

19. Por fim, ressalta-se que a Associação deve observar que execute um serviço de caráter público, sujeito a regras e diretrizes impostas pelo Poder Público. Desta forma, esta Coordenação-Geral não pode deixar de exigir o integral cumprimento da legislação às entidades, sob pena de violar o Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

CONCLUSÃO

20. Com base nessas informações, uma vez que não foram apresentados fatos novos capazes de descaracterizar o vínculo político constatado, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual “A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”, e no art. 132, III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual “A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo”, será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

21. Sugere-se, ainda, que a Radiodifusora seja notificada acerca da decisão e, se desejar, apresente **recurso administrativo**, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa e ao duplo grau de jurisdição administrativa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, será extinta a autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 13/09/2017, às 08:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/09/2017, às 18:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2211261** e o código CRC **229E23D7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51**SEI nº 2211261**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 40006/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA** (CNPJ nº 03.628.758/0001-67)

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 - Residencial Bela Vista
17.160-000 - Arealva - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 20958/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/09/2017, às 18:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2211332** e o código CRC **4A46F9C5**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 40006/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050612/2015-51 - Nº SEI: 2211332

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

Coordenação de Fiscalização de Regime Legal

DESPACHO

PROCESSO Nº: **53900.050612/2015-51**

INTERESSADA: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

ASSUNTO: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária (CGRC),

Informamos a existência de indícios de vínculo de natureza político/partidário, o que é vedado pelos artigos 11 da Lei nº 9.612/1998 e 25, III, § 2º, inciso I, alínea "b" e "c" da Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, conforme apuração nos autos do processo de renovação de outorga nº 53900.050612/2015-51. Considerando a irregularidade cometida pela referida entidade, foi instaurado o Processo de Apuração de Infração nº **01250.004410/2017-05**, em face da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA** (CNPJ 03.628.758/0001- 67), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Arealva/SP.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Oshiro, Coordenador-Geral de Fiscalização de Outorgas**, em 09/11/2017, às 18:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1636885** e o código CRC **00171FCE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

TERMO DE INSTAURAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Determino a instauração do presente **Processo Administrativo**, com o fito de encaminhá-lo à Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC, para as providências que entender necessárias, em face da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Arealva, estado de São Paulo, conforme exposto na Nota Técnica nº 21524/2017/SEI-MCTIC, de 11.12.2017 (2434910).



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Oshiro, Coordenador-Geral de Fiscalização de Outorgas**, em 18/12/2017, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2434818** e o código CRC **4DC4AC1B**.

Referência: Processo nº 01250.073303/2017-19

SEI nº 2434818

BOA TARDE
KELMA ARAUJOSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Arealva
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA
Nome Fantasia: RÁDIO SOL
Logradouro: RUA PEDRO PEREIRA, 388
Telefone: (11) 111
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 03.628.758/0001-67
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03628758000167 ◀

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 17160000
Número: .
Município: Arealva
Telefone: 11 111
Logradouro: RUA PEDRO PEREIRA, 388
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Estado: SP
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 17160000
Número: .
Município: Arealva
Telefone:
Logradouro: RUA PEDRO PEREIRA, 388
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Estado: SP
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 01/08/2006
Data Limite Instalação: 01/02/2007
Número do Processo: 5300000401201 ◀
Fistel: 50400048779
Caixa:
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	639 ◀	Portaria ▾	MC ▾	09/12/2003 ◀	15/12/2003	Outorga ◀	Jur. ▾
<input type="text"/>	639 ◀	Portaria ▾	MC ▾	09/12/2003 ◀	15/12/2003	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
<input type="text"/>	49184 ◀	ATO ▾	SCM ▾	02/02/2005 1	03/02/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
<input type="text"/>	391 ◀	Decreto Legislativo ▾	CN ▾	31/07/2006 ◀	01/08/2006	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
<input type="text"/>	60367 ◀	ATO ▾	CMPRL ▾	23/08/2006 1	24/08/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, Anexo, Ala Oeste - 70044-900 - Brasília – DF

(61) 2027-6464

Ofício nº 30759/2015/SEI-MC

Brasília, 30 de setembro de 2015.

Ao(À) Senhor(a) Representante Legal da

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SOLIDARIEDADE**

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro

17160-000 Arealva/SP

Assunto: 29º Sorteio para o Acompanhamento da Radiodifusão. Solicitação de documentos e gravação da programação em mídia digital. Processo de Apuração de Infração 53900.048820/2015-90.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Em observância ao art. 1º da Portaria nº 1.613, de 9 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2012, a qual prevê a realização de Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão – SAR, este Ministério, na condição de Poder Concedente e fiscalizador dos Serviços de Radiodifusão delegados às entidades públicas e privadas, vem, em decorrência do 29º SAR, requisitar:

- a) a gravação da programação dessa emissora executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Arealva/SP, preferencialmente, em mídia digital (CD-ROM), contendo toda a programação irradiada no dia imediatamente anterior à data de recebimento deste Ofício. Ressalte-se que a mídia deverá ser inspecionada por essa entidade antes do envio, a fim de se certificar que o arquivo com o conteúdo gravado está abrindo corretamente e se encontra audível;
- b) composição da diretoria em exercício acompanhada da Ata de Eleição dos seus membros (registrada em cartório);
- c) ata de Eleição do atual Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, bem como documento de sua criação.

2. Lembramos que se sujeitarão às penalidades cabíveis as entidades que não cumprirem, dentro do prazo estipulado, as exigências feitas por este Ministério. Dessa forma, a documentação solicitada deverá ser encaminhada observando-se os seguintes prazos:

a) 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da presente Notificação, nos casos de ofícios expedidos por Aviso de Recebimento Postal;

b) 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da comunicação eletrônica, considerando-se como termo inicial para a contagem do prazo o disposto no Capítulo III, Seção III, da Portaria nº 126, de 12 de março de 2014, que estabelece diretrizes para o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do Ministério das Comunicações.

3. A documentação deverá ser encaminhada a este Departamento no endereço indicado no cabeçalho deste documento, ou por intermédio do módulo de Peticionamento Eletrônico - CADSEI, disponível no seguinte endereço: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei>.

4. Por fim, solicitamos mencionar em sua resposta o número deste Ofício e o número do processo mencionado no campo "Assunto".

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 02/10/2015, às 17:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0729242** e o código CRC **4C248A27**.

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva
CNPJ - 03.628.758/0001-67
Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Ofício: 0012/2015

Arealva-SP, 03 de novembro de 2015.

Ao Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios - Bloco R - Anexo B - Sala 301
Brasília-DF
70044-901

Assunto: Processo de Apuração de Infração: 53900.048820/2015-90 (29º sorteio para Acompanhamento da Radiodifusão).

Em resposta ao ofício nº 30759/2015/SEI-MC, de 30 de setembro de 2015, recebido via Correios, a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP, encaminha dentro do prazo legal:

- a) Gravação da programação desta emissora dentro de seu horário de emissão radiofônica, compreendido entre 05h00 e 24h00, estabelecido na Licença de Funcionamento, áudio correspondente imediatamente ao dia anterior do recebimento do referido ofício (Processo de Apuração de Infração), ou seja, gravação da censura do dia 19 de outubro de 2015. Esclarecemos que o áudio segue prejudicado, em alguns horários do dia, em virtude das constantes quedas de energia na cidade de Arealva, causadas pelas constantes tempestades, acompanhadas de fortes ventos registrados em toda nossa região;
- b) Composição da diretoria da Associação, em exercício, acompanhada da Ata de Eleição dos seus membros;
- c) Ata do atual Conselho Comunitário, bem como Ato de sua criação.

Atenciosamente,



Luiz Henrique Dias
Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 06/11/15 às 15:00 horas
Assinatura: Ponciano

**Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária
Solidariedade de Arealva
CNPJ – 03.628.758/0001-67
Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000**

Relação dos membros da Diretoria:

Presidente: - Luiz Henrique Dias, brasileiro, casado, pecuarista, RG: SSP/SP - 12.529.115, CPF do MF: 001.835.738-54, residente a Rua Domingos Marques, 270, centro, Arealva- São Paulo.

Vice-Presidente: - Antônio João Carraro, brasileiro, casado, comerciante-agricultor, RG: SSP/SP - 5.343.125, CPF do MF: 251.145.498-04 , residente a Rua João Basílio, 476, centro, Arealva- São Paulo.

Secretário: - Tadeu Ricardo Bonati, brasileiro, solteiro, funcionário público municipal, RG:SSP/SP - 25.539.451-2, CPF do MF: 247.738.658-79, residente a Rua Wasni de Almeida Silva, 220, Arealva- São Paulo.

Tesoureiro: - Jair Antônio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 8.681.696, CPF do MF: 787.612.408-00, residente a Rua Manoel de Oliveira, 162, Arealva-SP.

Diretor de Operações: Raphael Candioto Pereira, brasileiro, casado, radialista, RG: 43.157.306-2, CPF do MF: 306.602.938-70, residente a Rua João Basílio, 578, centro, Arealva-SP.

Diretor de Patrimônio: Paulo Sérgio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG:SSP/SP - 12.529.148, CPF do MF: 825.973.598-91, residente a Rua Mamede Pereira de Lima, 133, Núcleo Habitacional Job Garcia de Almeida, Arealva-SP.

Diretor de Cultura e Comunicação Social: Ronaldo Scatini, CPF do MF: 047.419.758-71 - RG : 13.739.833-5, casado, funcionário público, residente a Rua Adib Buriham, 255, Arealva-SP

Arealva-SP, 03 de novembro de 2015


Luiz Henrique Dias
Presidente

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva
CNPJ - 03.628.758/0001-67

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva. Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às vinte horas, na Rua Pedro Pereira, 388, na cidade de Arealva, estado de São Paulo, em primeira chamada, após verificação da presença de todos os membros filiados a Entidade, o presidente da Entidade deu início à reunião para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: 1- Eleição da Diretoria para o período 2014/2017; 2- Eleição do Conselho Fiscal para o período 2014/2017; 3- Eleição do Conselho Comunitário para o período 2014/2017. O presidente informou aos presentes o registro de apenas uma chapa inscrita para a Diretoria; uma chapa inscrita para o Conselho Fiscal; e uma chapa inscrita para o Conselho Comunitário, todas de conformidade com o Estatuto Social da Entidade. Em seguida, a palavra foi aberta aos associados que demonstraram consenso, e não havendo outras manifestações em contrário, foi iniciada a votação com a verificação do "quorum" registrando a totalidade dos membros filiados de acordo com o Estatuto da Entidade. Encerrada a votação às 20h53, foi realizada a apuração dos votos e constatou que a única chapa inscrita para a **DIRETORIA**, sendo composta pelos associados. Presidente: Luiz Henrique Dias, brasileiro, casado, pecuarista, RG: SSP/SP - 12.529.115, CPF do MF: 001.835.738-54, residente a Rua Domingos Marques, 270, centro, Arealva-São Paulo; Vice-Presidente: Antônio João Carraro, brasileiro, casado, comerciante-agricultor, RG: SSP/SP - 5.343.125, CPF do MF: 251.145.498-04, residente a Rua João Basílio, 476, centro, Arealva-São Paulo; Secretário: Tadeu Ricardo Bonati, brasileiro, solteiro, funcionário público municipal, RG: SSP/SP - 25.539.451-2, CPF do MF: 247.738.658-79, residente a Rua Wasni de Almeida Silva, 220, Arealva-São Paulo; Tesoureiro: Jair Antônio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 8.681.696, CPF do MF: 787.612.408-00, residente a Rua Manoel de Oliveira, 162, Arealva-SP; Diretor de Operações: Raphael Candioto Pereira, brasileiro, casado, radialista, RG: 43.157.306-2, CPF do MF: 306.602.938-70, residente a Rua João Basílio, 578, centro, Arealva-SP; Diretor de Patrimônio: Paulo Sérgio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 12.529.148, CPF do MF: 825.973.598-91, residente a Rua Mamede Pereira de Lima, 133, Núcleo Habitacional Job Garcia de Almeida, Arealva-SP e Diretor de Cultura e Comunicação Social: Ronaldo Scatini, CPF do MF: 049.419.758-71 - RG : 13.739.833-5, casado, funcionário público, residente a Rua Rua Adib Buriham, 255, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Verificou também que a única chapa inscrita para o **CONSELHO FISCAL** composta por Wellington Furquim Corrêa, CPF do MF: 304.630.238-03 - RG: 32.102.480.01, solteiro, funcionário público, residente a Rua Laudelino José Nascimento, 53, Arealva-SP, Thiago Savian Campese, CPF do MF: 303.709.438-99 - RG: 27.563.511-X, solteiro funcionário público, residente a Rua da Saudade, 40, Arealva-SP e Luiz Fernando Marchi, CPF do MF: 267.275.668-60 - RG: 29.198.849-X, casado, funcionário público, residente a Rua Joaquim Maia, 237, centro, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Também apurada a eleição para o **CONSELHO COMUNITÁRIO** verificou a eleição da única chapa inscrita composta pelos representantes das Entidades legalmente constituídas na área do município sobre abrangência da emissora de rádio da Entidade. - (1) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva,SP; sendo representadas pelos membros: Marilena Aparecida Baconcelo Furlanetti, brasileira, casada, professora, RG/SSP/SP 21.171.059-3, CPF do MF: 130.820.298-92, residente no Sítio Santa Luzia I - Bairro Ribeirão Bonito, Arealva-SP; e Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva,SP ; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pela presidenta Angela Maria Bertolo Giralddi, brasileira, casada, do lar, RG/SSP/SP, 19.597.514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente a Avenida da Saudade, 816,centro, Arealva-SP;(3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, som sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva,SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515.894.438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva,SP;(4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva,SP, representada por Décio Lenharo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SPP/SP, 4.255.900, CPF do MF: 349.100.268-00, residente a Rua José Antonio de Faria, 320, São Pedro, Arealva,SP. Em seguida, no mesmo ato, todos os membros eleitos foram EMPOSSADOS nos respectivos cargos. Nada mais havendo a tratar, a presente



Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim Tadeu Ricardo Bonati, secretário e pelo senhor Luiz Henrique Dias, presidente.
Arealva-SP, 26 Janeiro de 2014.

Presidente: Luiz Henrique Dias

Secretário: Tadeu Ricardo Bonati



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS DE
BAURU – SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEF Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente títulos foi
PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº
~~63.155~~ MICROFILMADO sob o mesmo
número, AVERBADO EM FRENTE AO
REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ, em 30
de outubro de 2015. O referido é verdade e
dou fé.

Bauru, 30 de outubro de 2015.

LEANDRO AGULHARI GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	41,88	SINOREG:	2,21
EST.:	11,91	T. JUST.:	2,87
IPESP:	6,13	ISS:	0,83
M.P.:	2,01	TOTAL:	67,84

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO SOL FM - 87,9 MHz - AREALVA-SP

Aos doze (12) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze (2014), às 20 horas, na Rua Pedro Pereira, 388, reuniu-se o em atendimento aos preceitos da Lei, o Conselho Comunitário da RACOM da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Solidariade de Arealva, SP, sendo registrado a presença dos 5 (cinco) conselheiros eleitos em 26 de janeiro de 2014, representando as seguintes entidades legalmente constituídas no município: (1) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representadas pelos senhores: Marilena Aparecida Baconcelo Furlanetti, brasileira, casada, professora, RG/SSP/SP 21.171.059-3, CPF do MF: 130820298-92, residente no Sítio Santa Luzia I - Bairro Ribeirão Bonito, Arealva-SP, e Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pelo presidente Angela Maria Bertolo Giraldi, brasileira, casada, do lar, RG/SSP/SP, 19.597514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente a Avenida da Saudade, 816, centro, Arealva-SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede na Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515894438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva, SP, representada por Décio Lenharo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SPP/SP, 4.255.900, CPF do MF: 349.100.268-00, residente a Rua José Antonio de Faria, 320, São Pedro, Arealva, SP. Em cumprimento a pauta da reunião, o Conselho tomou conhecimento da grade de programação da emissora administrada pelo presidente, Décio Lenharo verificando que a RÁDIO SOL FM, segue os preceitos da Lei que rege este tipo de emissora no País, oferecendo aos seus ouvintes uma programação eclética baseada na transmissão de programas musicais; jornalísticos; de orientação educacional; de conscientização ecológica; de mudanças de hábito para melhorar a convivência da comunidade, bem como mantém aberto o espaço na programação para opiniões dos ouvintes sobre os acontecimentos na área de abrangência da RADCOM. Dentro da grade de programação analisada por este Conselho, ficaram registradas as seguintes aprovações ao trabalho desenvolvido pela direção da emissora e sugestões para a programação: (1)- continuação do apoio da rádio a programação que promove arrastões recolhendo o lixo dos quintais na área de abrangência da emissora com o objetivo de combater o mosquito transmissor da dengue, bem como manter os programas de orientação sobre saúde. (2)-continuação do apoio da rádio nas divulgações das ações de solidariedade em favor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Arealva, da Vila Vicentina de Arealva e APAE de Arealva, (3) apoio da rádio na divulgação das ações culturais e esportivas de sua área de abrangência, (5), continuação do apoio da emissora as palestras e reuniões destinadas aos produtores rurais e pecuaristas com o intuito de fortalecer ainda mais os programas de geração de renda aos pequenos proprietários da área de abrangência da emissora. (6), oferecer espaço radiofônico os alunos matriculados nas escolas do município, para que esses possam expressar seus conhecimentos na área de comunicação social, organizando uma programação voltada para a comunidade estudantil. Desta forma, ficam registradas as orientações do Conselho Comunitário dentro do estabelecido na Lei da RADCOM, à direção da RÁDIO SOL FM. Nada mais havendo a tratar, fica registrado o desejo de sucesso à diretoria da RÁDIO SOL FM, e que a emissora continue sendo administrada da forma democrática de sempre, possibilitando uma excelente prestação de serviço de comunicação social a comunidade arealvense. Eu, Marilena Aparecida Baconcelo Furlanetti, secretariei a presente reunião do Conselho Comunitário, presidida pelo senhor Décio Lenharo. A Ata lida e achada de conforme foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, e pelos demais membros do referido Conselho Comunitário, com mandato para até 26 de janeiro de 2017. Arealva, SP, 12 de fevereiro de 2014.

Décio Lenharo - (Presidente)

Paulo Juliano Nicolielo Junior (Vice-presidente)

Marilena Aparecida Baconcelo Furlanetti - (Secretaria)

Antonio Dorival Spedo - (Membro)

Angela Maria Bertolo Giraldi (Membro)



2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU – SP

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente títulos foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº **63.156** MICROFILMADO sob o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO REGISTRO nº **2.464** do Livro A-PJ, em 30 de outubro de 2015. O referido é verdade e dou fé.

Bauru, 30 de outubro de 2015.

LEANDRO AGULHARI GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	41,88	SINOREG:	2,21
EST.:	11,91	T. JUST.:	2,87
IPESP:	6,13	ISS:	0,83
M.P.:	2,01	TOTAL:	67,84

ATA CRIAÇÃO
CONSELHO

26/01/2005

S..

Vins
The future is long

Calvin - Paulo Romão Reis

Tadeu Ricardo Bonati

Eloir D. Barreto

Alu. Cristiano Dias - Alex C. Dias

Amora Luiz Gonzaga Junior

Marcelo Sampaio Fomgler

Paulo Romão Junior

Eloir Luiz Giraldi

Amador Fernando Pereira

Catarina Rodomero Pereira

Edson

Viviane Barreto

Antônio Vazil Neto

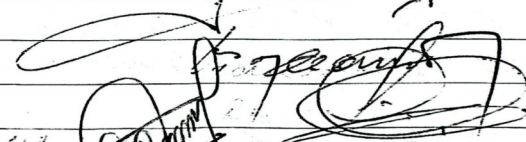
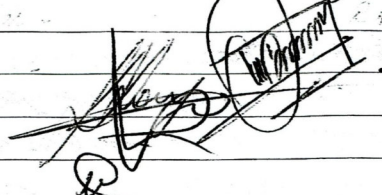
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL DE
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE
DE ARENÚA.

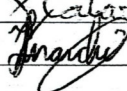
AOS 26 (VINTE E SEIS) DIAS DO
MÊS DE JANEIRO DE 2013 ÀS 14H E 15MIN
NO IMÓVEL SITUADO NA RUA TERCEIRA
Nº 388, NESTA CIDADE DE ARENÚA. ÀS
20:00 HS, CONFORME EDITAL REUNIR-SE
EM ASSEMBLÉIA OS MEMBROS DA REFE.

RIDA ASSOCIADO PARA DELIBERAR EM
BREVE, ELEIÇÃO DE NOVA DIRECTORIA, MEMBRO
DO CONSELHO FISCAL E CONSELHO COMU-
NITARIO. O SR. PRESIDENTE FAZENDO O U-
DA PALAURA, OBSERVOU QUE HAVIA NOMEN-
SUFICIENTE DE ASSOCIADOS E QUE OS A-
BOLHOS PODERIAM SER VOTADOS, EXPLIC-
LOS PRESENTES O MOTIVO DA REUNIÃO
SALIENTANDO QUE POR FORÇA DO ESTATU-
NOVA DIRECTORIA DEVERIA SER ESCOLHIDA
SUGERIU OS TRABALHOS POR 30/30, 15/15,
MINUTOS, PARA QUE NOVAS CAMPAS E MEM-
BROS DO CONSELHO FISCAL E CONSELHO C-
MUNITARIO SE APRESENTASSEM; AO TÉRMI-
DO TEMPO ESTABELECIDO, NÃO HAVIA NOU-
PROPOSTA DE QUINQUA, EM SEQUIDA FAZEN-
DO DA PALAURA O ASSOCIADO ELSON
DEIZ GERALDI, SUGERIU QUE A DIRECTORIA
GERENTE FOSSE RECONDUZIDA AO CASO
MAIS UM PERÍODO DE TRÊS ANOS, ISTA
UM NOVO MANDATO, PROPOSTA ESTA QUE
FOI COLOCADA EM VOTAÇÃO E APROVA-
POR UNANIMIDADE, FICANDO ENTÃO COME-
A DIRECTORIA: PRESIDENTE: ANTONIO JOÃO L-
BARO. VICE PRESIDENTE: PAULO RAMON GIM-
SECRETARIO LUIZ HENRIQUE DIAS. TESOURE-
JOÃO ANTONIO LONDO. MEMBROS DO CO-
NSELHO FISCAL: ALEX CRISTIANO DIAS, THIAGO
SILVIA CAMARGO, CAROLINA TOMAZOUC;
REIRA E SUPLENTE DE FISCAL LUIZ AN-
MARCHE; NESTA MESMA OCASIÃO FORAM
TAMBÉM ELEITOS POR ACLAMAÇÃO O

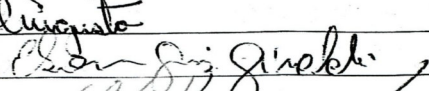

MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO: ASSOCIACAO DOS MORMOES DA ILHA DO PARO
EVELDES LONGO DOM. ENTIDADE ESPORTIVA.
AREVIA FUTEBOL CLUB CLAY'S TANK GARDA,
CIDADE RELIGIOSA, ANTONIO DOBIZETE GIMIA,
BENEFICENTIA - A.A.A.E. LEONATO LUCIANO DE
SILVA; EDUCACIONAL - COORDENADORA DA EX
CETO DO MUNICIPIO MARIA ANGELA DIAS
PALMEIRAS AGOSTO, LORO NAO TODOS
OS MEMBROS FORM CONSIDERADOS EMAS
DADA PELO PRESENTE, NADA MAIS TENDO
A TRATAR EU SAO HERIQUE DIAS, LA
URCI ESTA QUE VAI POR MIM E POR TODOS
OS PRESENTES ASSINADA

AREVIA, 26 JANEIRO 2005

X Teatrina Pedrasque Pariera
X L.C. - 

X E.B. em
X Carlos Paulo Juninho
X Antonio Vaz de Gato

X Marcelino
X 
X - 

X  Nelson Luiz de Vitis

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Supervisão
de Serviços de Comunicação Eletrônica

Espanada dos Ministérios - Bloco R - Anexo-B - Sala 301
Brasília - DF.

CEP: 70044-900



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Associação Ben. Cult. Com. Comunitária Solidária AREALUS
Rua Pedro Pereira, 388 - centro
AREALUS - SP.
Cep: 17.160-000

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

Coordenação de Fiscalização de Regime Legal

NOTA TÉCNICA Nº 21524/2017/SEI-MCTICNº do Processo: **53900.048820/2015-90.**Interessado: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA.**Assunto: **PROCESSO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO – Notificação.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de apuração de infração, instaurado para averiguar indícios de irregularidades atribuídas à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Arealva, Estado de São Paulo.

ANÁLISE

2. Por intermédio do Ofício nº 30759/2015/SEI-MC, de 30.9.2015, este Ministério, na condição de poder concedente e fiscalizador dos serviços de radiodifusão, solicitou à entidade:

a) a gravação da programação dessa emissora executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Novo Cruzeiro/MG, preferencialmente, em mídia digital (CD-ROM), contendo toda a programação irradiada no dia imediatamente anterior à data de recebimento deste Ofício. Ressalte-se que a mídia deverá ser inspecionada por essa entidade antes do envio, a fim de se certificar que o arquivo com o conteúdo gravado está abrindo corretamente e se encontra audível;

b) composição da diretoria em exercício acompanhada da Ata de Eleição dos seus membros (registrada em cartório);

c) ata de Eleição do atual Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, bem como documento de sua criação.

3. O ofício acima mencionado foi recebido em **20.10.2015**, conforme AR anexado aos autos (0805653), tendo a entidade **até o dia 4.11.2015**, para cumprir as exigências do citado Ofício.

4. A documentação enviada pela entidade foi recebida em **6.11.2015** (vide carimbo à fl. 1), protocolizada sob o nº 53900.059986/2015-31, por meio do qual encaminhou a mídia (incompleta) e a documentação solicitada, o que se passa a analisar a seguir.

5. Na análise do conteúdo da mídia, foi evidenciado, conforme Relatório de Degravação nº 714/2015/SEI-MC, de 9.12.2015, o que segue:

- O tempo total da mídia é de 15h 36m 29s.

- A Voz do Brasil não foi irradiada, pois não existia arquivo no horário das 19:00 às 20:00 horas e depois desse horário a programação estava normal.

- Não foram constatadas Publicidades Comerciais que citem preços ou condições de pagamento no período de programação encaminhado pela Emissora.

- A entidade cumpriu a exigência de encaminhar a mídia do dia imediatamente anterior ao do recebimento do Ofício nº 30759/2015.

- **A entidade não cumpriu a exigência do ofício nº 30759/2015 de encaminhar a mídia com a programação completa. O período de funcionamento da estação é das 05 às 24 horas, totalizando 19 horas de programação.**

6. Relativamente a composição da diretoria em exercício e a Ata de Eleição dos seus membros, em consulta ao processo de renovação de outorga nº **53900.050612/2015-51**, verificou-se que a ata encaminhada, datada de **26.1.2014** (à fl. 3 do documento protocolizado sob o nº 53900.059986/2015-31), registrada sob nº 2.464, Livro A-PJ, em **30.10.2015**, foi comunicada a este Ministério, em **22.6.2016**, conforme documento anexado sob o protocolo nº 53900.039796/2016-89, constante do citado processo de renovação de outorga (vide envelope 2434647). Assim, conforme tabela a seguir, verifica-se que a diretoria empossada em 26.1.2014, tem a seguinte composição:

CARGO	ÚLTIMO QUADRO DIRETIVO COMUNICADO	QUADRO DIRETIVO EMPOSSADO DIA/MÊS/ANO
Presidente	Luis Henrique Dias	26.1.2014/21.4.2017
Vice-Presidente	Antônio João Carraro	26.1.2014/21.4.2017
Secretário	Tadeu Ricardo Bonati	26.1.2014/21.4.2017
Tesoureiro	Jair Antônio Longo	26.1.2014/21.4.2017
Diretor de Operações	Raphael Candioto	26.1.2014/21.4.2017
Diretor de Patrimônio	Paulo Sérgio Longo	26.1.2014/21.4.2017
Diretor de Cultura e Comunicação Social	Ronaldo Scatini	26.1.2014/21.4.2017

7. Essa alteração deveria ter sido comunicada a este Ministério em até trinta dias após o registro, ou seja, **30.11.2015**. Assim, resta caracterizada a infração prevista no inciso VII do art. 40 do Decreto nº 2.615/98:

Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom: VII - não comunicação ao Ministério das Comunicações, no prazo de trinta dias, das alterações efetivadas nos atos constitutivos ou da mudança de sua diretoria;

8. Na sequência, consta, dentre os demais documentos encaminhados pela entidade, a composição do Conselho Comunitário e documento de sua criação, (pág. 6 - protocolo SEI nº 53900.059986/2015-31), por meio da citada Ata de Reunião do Conselho, realizada em 12.2.2014, que demonstra a eleição do referido Conselho Comunitário. Vejamos:

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva	Marilena Aparecida Baconceto e Paulo Juliano Nicolielo Junior
Vila Vicentina de Arealva	Ângela Maria Bertolo Giraldi
Renascer Clube de Terceira Idade	Antônio Dorival Spedo
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva	Décio Lenharo

9. Sobre a composição do Conselho Comunitário, foi verificado que na ata constam os nomes de apenas 4 (quatro) entidades, as quais os conselheiros pertencem, ocorrendo irregularidade, o que caracteriza infração prevista no inciso V do art. 40 do Decreto nº 2.615/98:

V - Não manutenção do Conselho Comunitário, nos termos da Lei.

10. Portanto, em suma, foram verificadas as seguintes irregularidades praticadas pela entidade:

INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
Descumprimento de exigência do Ofício 30759/2015/SEI-MC. A entidade não cumpriu a exigência de encaminhar a mídia com a programação completa de 24 horas. O período de funcionamento da estação é das 05 às 24 horas, totalizando 19 horas de programação e o tempo total da mídia é de 15h 36m 29s.	Inciso XXIX, do art. 40 do Decreto nº 2.615/98;
Não instituir e manter o Conselho Comunitário nos termos da Lei.	Inciso V, do art. 40 do Decreto nº 2.615/98 c/c art. 8º da Lei nº 9.612/98.
Não comunicação no prazo de 30 dias da modificação da composição de sua diretoria	Art. 13 da Lei nº 9.612/68

12. Nota-se que, quanto à alteração do quadro diretivo, este Ministério somente tomou ciência do fato em razão das exigências formuladas por esta Coordenação-Geral. Sugere-se, assim, a comunicação à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária sobre a modificação efetuada pela entidade, para as providências que entender necessárias.

CONCLUSÃO

13. Diante o exposto, notifique-se a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**.

À consideração superior.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.048820/2015-90

SEI nº 2231974

53900.039796/2016-89

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva-SP

CNPJ - 03.628.758/0001-76

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva -SP

Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias


E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

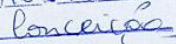
Arealva-SP, 22 de Junho de 2016


Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 27/06/16 às 14:00 horas
Assinatura: 



Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias

E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

Arealva-SP, 22 de Junho de 2016



Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

Razão Social: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

Nome Fantasia - Sol FM

CNPJ: 03.628.758/0001-76

Endereço sede: Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva-SP

Bairro: Centro

Nome do representante legal: Luiz Henrique Dias

E-mail: solfmarealva@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º parágrafo único da Lei nº 9.612/1998 - Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

Arealva-SP, 22 de Junho de 2016



Luiz Henrique Dias

Endereço de Correspondência: Amador Fernandes Pereira, 40

Bairro: Centro - CEP: 17.160-000

Arealva-SP

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 22024/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: 53900.050612/2015-51.

Processo de Outorga nº: 53000.004012/2001.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**, por meio da Portaria nº 639, publicada no DOU de 15/12/2003, e Decreto Legislativo nº 391, publicado no DOU de 1º/8/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 1º/8/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, imprerivelmente, até o dia **1º/7/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º;

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, Chefe de Serviço, em 29/09/2015, às 12:37, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32001/2015/SEI-MC

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

Rua Pedro Pereira, nº 388 - Centro

17.160-000 - Arealva - SP

CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 22024/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.

2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0742677** e o código CRC **68C0469A**.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 03.628.758/0001-67 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/01/2000
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA		
LOGRADOURO R PEDRO PEREIRA	NUMERO 388	COMPLEMENTO
CEP 17.160-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO AREALVA
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

ESPAÇO EM BRANCO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 12.529.115-2 DATA DE EMISSÃO 26/ABR/2013

NOME LUIZ HENRIQUE DIAS

FILIAÇÃO PEDRO DIAS

E MARIA APARECIDA DIAS

ASSINATURA DATA DE NASCIMENTO 13/ABR/1960

LOCAL EMISSÃO BAURU-SP

RECEBEMOS A REAVALIAÇÃO

CC: LV B21 / FLS. 5V / N. 000889

CNP 00183573/54

208 Delegado Divisória

Elaborado em 20 de Abril de 2008

LEI Nº 7.116 DE 28/08/85

ESPAÇO EM BRANCO

COPIA EXTRAIDA EM
fora desta unidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
 LUIZ HENRIQUE DIAS

DOC. IDENTIDADE / OUT. IDENTIFIC. / UF
 12529213 RSP/SP

CPF
 001.835.738-54

DATA NASCIMENTO
 13/04/1960

FILIAÇÃO
 PEDRO DIAS
 MARIA APARECIDA DIAS

PERMISSÃO
 ACC
 25

VALIDADE
 03/06/2020

1ª HABILITACAO
 16/05/1980

01259457380

1117324194

PROBADO PLANTIFICAR

1117324194

LOCAL
 JACANGA, SP

DATA EMISSAO
 03/06/2015

11408321005
 32475817689

DETRAN-SP (SAO PAULO)

VALIDA EM TODOS TERREFÓRRIOS NACIONAIS	
REGISTRO SERIAL	25.539.451-2
DATA DE Emissão	09/MAR/90
NOME	TADEU RICARDO BONATI
ALIAS	PEDRO JOSE BONATI
E	ZULEIDE APARECIDA ROCHA BONATI
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
AREALVA -SP	01/AGO/1977
IND. (RUBEM)	PEDERNEIRAS SP
	AREALVA
	CN:LV.825 /FLS.55
	N.N.000171
END.	
CARLOS ASSINATURA DO DETENTOR	

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

00067A0064088
00067A0064088
AUTENTICADORA
66711
AUTENTICADORA
Rua São João Marques nº 111 - Jd. Santa Rosa
AUTENTICADORA
Assessoria e prestação de serviços tecnológicos conforme
oficial e sem apresentação. De que eu fô.
Assin: 21 JUN 2016
Denise Veridiana Heras
Escritório
Válido somente com o selo de autenticidade
Sms pagos por verba. Cobrado por autenticação
RS. 303.

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

JAIR ANTONIO LONGO

Paulo Longo e de Luzia Fazio -
Longo

AREALVA SP 15/AGO/1955

PI AREALVA

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

8.681.696 6-set-974

ROSTRO CEM

SÃO PAULO

MOLEDAZ DENTRO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SP

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)



CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

22 JUN 2016

Danilo Veríssimo

305

ESPACO EM BRANCO

ESPACO EM BRANCO



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 797.612.408-00

Nome da Pessoa Física: JAIR ANTONIO LONGO

Data de Nascimento: 15/08/1955

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: anterior a 10/11/1990

Digito Verificador: 00

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

Comprovante emitido às: 13:27:18 do dia 22/06/2016 (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: 9C17.0B32.84BB.13EF
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Autentico esta cópia original, em formato eletrônico, pessoalmente

através, no endereço eletrônico da receita federal

www.receita.fazenda.gov.br

Dois (2) Arquivos 22/6/16

☐ Eu Rosilene Pereira, escrevente.

☐ Eu Débora Fayad Misquetti, oficial tabelão.

☒ Denise Veridiana Marasatto
Escrevente



ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 616-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTON DA SILVA



ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

000096974A0004057

ATESTADO DE AUTENTICIDADE

000096974A0004057

ATTESTADO DE AUTENTICIDADE

Atestamos a existência desta rubrica e a sua validade conforme original, emitido em Alencá, do dia 21 de Junho de 2016.

Alencá,

21 JUN 2016

Danilo Veridiano Pinheiro

Brevetado

Válida somente com o selo de autenticidade

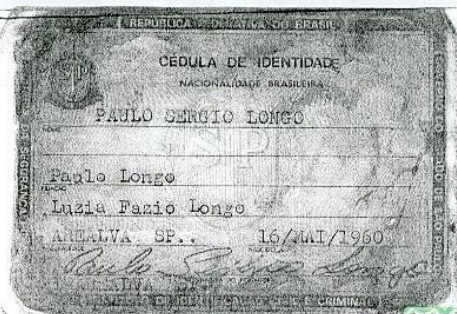
Seus selos por verba. Colado por autenticidade

RS

CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO



CERTIFICO AS SEGUINTE INCONFORMIDADES:

- ☐ DOCUMENTO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO;
- ☐ DOCUMENTO PARCIALMENTE QUEBRADO;
- ☐ OUTROS:

Dou fé. Aracaju/SP, ____/____/____.

☐ Eu Rosilene Pereira, escrevente.

☐ Eu Débora Fayad Misquatti, oficial tabelã.

☒ Denise Veridiana Marasotto
Escrevente



CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADANIA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
 CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

PAULO SERGIO LONGO

10000148 825/SP

825.973.598-01 16/05/1960

PAULO LONGO

LOUIZA FÁBIO LONGO

02513779957 19/07/2017 13/10/1978

Paulo Sergio Longo

LOCAL: BAURÃO, SP DATA EMISSÃO: 19/07/2012

48147040477 89430613371

DETRAN SP (SAO PAULO)

595215482

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CARTILHA NACIONAL DE HABILITACAO	
	RONALDO SCATINI
	SOC. GENTILEZA / OUT. EXERCÍCIO / UF 13739633 587/SP
	UF DATA ANO DE COTA ANO DE COTA 049.419.758-73 07/03/1964
	PRELACAO FRANCISCO SCATINI NETO
	MARIA DE LURDES DA ROS A SCATINI
PRELACAO 03226754654 11/03/2019 31/05/1982	
OBSERVAÇÕES	
	
LOCAL MACANGA, SP	DATA DE COTA 20/03/2014
ASSINATURA DO DETENTOR 	4690168787 SP024504617
DE 16 ANOS - SP (SAO PAULO)	

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariade de Arealva

CNPJ - 03.628.758/0001-67

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariade de Arealva. Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às vinte horas, na Rua Pedro Pereira, 388, na cidade de Arealva, estado de São Paulo, em primeira chamada, após verificação da presença de todos os membros filiados a Entidade, o presidente da Entidade deu início à reunião para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: 1- Eleição da Diretoria para o período 2014/2017; 2- Eleição do Conselho Fiscal para o período 2014/2017; 3- Eleição do Conselho Comunitário para o período 2014/2017. O presidente informou aos presentes o registro de apenas uma chapa inscrita para a Diretoria; uma chapa inscrita para o Conselho Fiscal; e uma chapa inscrita para o Conselho Comunitário, todas de conformidade com o Estatuto Social da Entidade. Em seguida, a palavra foi aberta aos associados que demonstraram consenso, e não havendo outras manifestações em contrário, foi iniciada a votação com a verificação do "quorum" registrando a totalidade dos membros filiados de acordo com o Estatuto da Entidade. Encerrada a votação às 20h53, foi realizada a apuração dos votos e constatou que a única chapa inscrita para a DIRETORIA, sendo composta pelos associados. Presidente: Luiz Henrique Dias, brasileiro, casado, pecuarista, RG: SSP/SP - 12.529.115, CPF do MF: 001.835.738-54, residente a Rua Domingos Marques, 270, centro, Arealva-São Paulo; Vice-Presidente: Antônio João Carraro, brasileiro, casado, comerciante-agricultor, RG: SSP/SP - 5.343.125, CPF do MF: 251.145.498-04, residente a Rua João Basílio, 476, centro, Arealva-São Paulo; Secretário: Tadeu Ricardo Bonati, brasileiro, solteiro, funcionário público municipal, RG: SSP/SP - 25.539.451-2, CPF do MF: 247.738.658-79, residente a Rua Wasni de Almeida Silva, 220, Arealva-São Paulo; Tesoureiro: Jair Antônio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 8.681.696, CPF do MF: 787.612.408-00, residente a Rua Manoel de Oliveira, 162, Arealva-SP; Diretor de Operações: Raphael Candioto Pereira, brasileiro, casado, radialista, RG: 43.157.306-2, CPF do MF: 306.602.938-70, residente a Rua João Basílio, 578, centro, Arealva-SP; Diretor de Patrimônio: Paulo Sérgio Longo, brasileiro, casado, comerciante, RG: SSP/SP - 12.529.148, CPF do MF: 825.973.598-91, residente a Rua Mamede Pereira de Lima, 133, Núcleo Habitacional Job Garcia de Almeida, Arealva-SP e Diretor de Cultura e Comunicação Social: Ronaldo Scatini, CPF do MF: 049.419.758-71 - RG : 13.739.833-5, casado, funcionário público, residente a Rua Rua Adib Buriham, 255, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Verificou também que a única chapa inscrita para o CONSELHO FISCAL composta por Wellington Furquim Corrêa, CPF do MF: 304.630.238-03 - RG: 32.102.480.01, solteiro, funcionário público, residente a Rua Laudelino José Nascimento, 53, Arealva-SP, Thiago Savian Campese, CPF do MF: 303.709.438-99 - RG: 27.563.511-X, solteiro funcionário público, residente a Rua da Saudade, 40, Arealva-SP e Luiz Fernando Marchi, CPF do MF: 267.275.668-60 - RG: 29.198.849-X, casado, funcionário público, residente a Rua Joaquim Maia, 237, centro, Arealva-SP, foi eleita por unanimidade. Também apurada a eleição para o CONSELHO COMUNITÁRIO verificou a eleição da única chapa inscrita composta pelos representantes das Entidades legalmente constituídas na área do município sobre abrangência da emissora de rádio da Entidade. - (1) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva,SP; sendo representadas pelos membros: Marilena Aparecida Baconcelo Furlanetti, brasileira, casada, professora, RG/SSP/SP 21.171.059-3, CPF do MF: 130.820.298-92, residente no Sítio Santa Luzia I - Bairro Ribeirão Bonito, Arealva-SP; e Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Didimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva,SP ; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pela presidenta Angela Maria Bertolo Giralddi, brasileira, casada, do lar, RG/SSP/SP, 19.597.514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente a Avenida da Saudade, 816,centro, Arealva-SP;(3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, som sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva,SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515.894.438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva,SP;(4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva,SP, representada por Décio Tenreiro, brasileiro, casado, aposentado, RG/SPP/SP, 4.255.900, CPF do MF: 349.100.268-00, residente a Rua José Antonio de Faria, 320, São Pedro, Arealva,SP. Em seguida, no mesmo ato, todos os membros eleitos foram EMPOSSADOS nos respectivos cargos. Nada mais havendo a tratar, a presente



COPIA EXTRAIDA EM

para esta unidade

**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS DE
BAURU – SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

**LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL**

CERTIFICA

Que o presente títulos foi
PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº
~~63.155~~ MICROFILMADO sob o mesmo
número, AVERBADO EM FRENTE AO
REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ, em 30
de outubro de 2015. O referido é verdade e
dou fé.

Bauru, 30 de outubro de 2015.

LEANDRO AGULHARI GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	41,88	SINOREG:	2,21
EST.:	11,91	T. JUST.:	2,87
IPESP:	6,13	JSS:	0,83
M.P.:	2,01	TOTAL:	67,84

0867A0064078

AUTENTICAÇÃO

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

0867A0064078

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO SOL FM - 87,9 MHz - AREALVA-SP

Aos dezesseis (16) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis (2016), às 20 horas, na Rua Pedro Pereira, 388, reuniu-se o em atendimento aos preceitos da Lei, o Conselho Comunitário da RACOM da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Solidária de Arealva, SP, sendo registrado a presença dos 5 (cinco) conselheiros eleitos em 26 de janeiro de 2014, representando as seguintes entidades legalmente constituídas no município: (1) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representadas pelos senhores: Marilena Aparecida Baconceto Furlanetti, brasileira, casada, professora, RG/SSP/SP 21.171.059-3, CPF do MF: 130820298-92, residente no Sítio Santa Luzia I - Bairro Ribeirão Bonito, Arealva, SP, e Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Didímo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva, SP; sendo representada pelo presidente Angéla Maria Bertolo Giraldi, brasileira, casada, do lar, RG/SSP/SP, 19.597514-5, CPF do MF: 086.087.988-75, residente a Avenida da Saudade, 816, centro, Arealva, SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515894438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva, SP, representada por Décio Lenharo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 4.255.900, CPF do MF: 349.100.268-00, residente a Rua José Antonio de Faria, 320, São Pedro, Arealva, SP. Em cumprimento a pauta da reunião, o Conselho aprovou a grade de programação da emissora administrada pelo presidente, Décio Lenharo verificando que a RÁDIO SOL FM, segue os preceitos da Lei que rege este tipo de emissora no País, oferecendo aos seus ouvintes uma programação com jornalísticos; de orientação educacional; de conscientização ecológica; de mudanças de hábito para melhorar a convivência da comunidade, bem como mantém aberto o espaço na programação para opiniões dos ouvintes sobre os acontecimentos na área de abrangência da RADCOM e prioriza a divulgação da música nacional. Dentro da grade de programação analisada por este Conselho, ficaram registradas as seguintes aprovações ao trabalho desenvolvido pela direção da emissora e sugestões para a programação: (1). Apoio da rádio na divulgação de arrastões contra a dengue recolhendo o lixo dos quintais na área de abrangência da emissora, bem como manter os programas de orientação sobre saúde. (2)-continuação do apoio da rádio nas divulgações das ações de solidariedade em favor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Arealva, da Vila Vicentina de Arealva e APAE de Arealva, (3) apoio da rádio na divulgação das ações culturais e esportivas de sua área de abrangência, (5), continuação do apoio da emissora as palestras e reuniões destinadas aos produtores rurais e pecuaristas com o intuito de fortalecer ainda mais os programas de geração de renda aos pequenos proprietários da área de abrangência da emissora. (6), oferecer espaço radiofônico os alunos matriculados nas escolas do município, para que esses possam expressar seus conhecimentos na área de comunicação social, organizando uma programação voltada para a comunidade estudantil. Desta forma, ficam registradas as orientações do Conselho Comunitário dentro do estabelecido na Lei da RADCOM, à direção da RÁDIO SOL FM. Nada mais havendo a tratar, fica registrado o desejo de sucesso à diretoria da RÁDIO SOL FM, e que a emissora continue sendo administrada da forma democrática de sempre, possibilitando uma excelente prestação de serviço de comunicação social a comunidade arealvensê. Eu, Marilena Aparecida Baconceto Furlanetti, secretária a presente reunião do Conselho Comunitário, presidida pelo senhor Décio Lenharo. A Ata lida e achada de conforme foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, e pelos demais membros do referido Conselho Comunitário, com mandato para até 26 de janeiro de 2017. Arealva, SP, 16 de março de 2016.

Décio Lenharo - (Presidente)

Paulo Juliano Nicolielo Junior (Vice-presidente)

Marilena Aparecida Baconceto Furlanetti - (Secretária)

Antonio Dorival Spedo - (Membro)

Angela Maria Bertolo Giraldi (Membro)



CÓPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU - SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMÉRICA
CEP Nº 17.014-037 - FONE (14) 3610-8840

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente títulos foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº **63.549** MICROFILMADO sob o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO REGISTRO nº **2.464** do Livro A-PJ, em 23 de maio de 2016. O referido é verdade e dou fé.

Bauru, 23 de maio de 2016.

Edison Augusto Gonçalves
EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escritor Autorizado

EMOL:	41,87	SINOREG:	2,20
EST:	11,90	T. JUST.:	2,87
IPESP:	6,13	ISS:	0,83
M.P.:	2,00	TOTAL:	67,80



Denise Verônica Maranhão
Denise Verônica Maranhão
Escritor

Válido somente com o selo de autenticidade
Selos pagos por verba. Cobrado por autenticação
R\$ 2,00

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 2013

CAPÍTULO I

Da denominação, Sede e Área de Atuação:

ARTIGO 1º - A Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, com sede na cidade de Arealva-SP, a Rua Pedro Pereira, 338, fundada em 12 de novembro de 1999, é uma associação, sendo regulada por este Estatuto devidamente adaptado ao novo Código Civil, Lei 10.406 de 10/01/2002 e alterado pela Lei 10.838 de 30/01/2004, com a seguinte redação.

ARTIGO 2º - A Associação foi constituída com as seguintes finalidades: Defender a democratização dos meios de comunicação, e em especial, a Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de baixa potência (até 25 watts), com o objetivo de promover atividades visando o desenvolvimento da cultura, educação e dos profissionais de comunicação social da coletividade inserida na área de cobertura da emissora, prestando serviços permanentes sem qualquer discriminação de clientela.

Parágrafo 1º - São órgãos constitutivos da Associação, a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;

Parágrafo 2º - É indeterminado o tempo de duração da Associação;

Parágrafo 3º - A Associação não tem fins lucrativos;

Parágrafo 4º - A Associação manterá sua independência em relação aos partidos políticos, ao Estado, Poder Econômico, credo religioso e racial.

COPIA EXTRAÍDA
NESTA SERVENTIA



CAPÍTULO II

Dos Objetivos:

ARTIGO 3º - São prerrogativas da Associação:

Parágrafo 1º - Promover atividades educacionais e formação geral, folclóricas e culturais típicas da região;

Parágrafo 2º - Incentivar comportamento de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim atividades, movimentos e organismos;

Parágrafo 3º - Divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliação;

Parágrafo 4º - Manter convênios ou associar a entidades similares para a prestação de serviços de assessorias;

Parágrafo 5º - Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgãos de imprensa como rádio comunitária;

Parágrafo 6º - Realizar a cobrança de contribuições dos associados;

Parágrafo 7º - Cobrar mensalidades com valor estabelecido pela Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Prestar serviços compatíveis com as finalidades do Estatuto, com o objetivo de arrecadar fundos para manutenção da Entidade;

Parágrafo 9º - Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar o objetivo da Associação;

Parágrafo 10 - Criação da Casa de Cultura e Museu ligados à área de comunicação e cultura, ampliando o conhecimento e o lazer comunitário.

31

Parágrafo 11 - Dar oportunidade à difusão das ideias, elementos da cultura, tradições e hábitos da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais;

Parágrafo 12 - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

Parágrafo 13 - Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;

Parágrafo 14 - Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitário;

Parágrafo 15 - coletar, pesquisar, elaborar, e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse.

Capítulo III

Dos Associados, seus Direitos e Deveres:

ARTIGO: 4º - Poderá associar-se e participar gratuitamente da Associação qualquer pessoa, em especial os domiciliados na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, independente de cor, formação profissional, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste estatuto. Todos os cidadãos em dia com suas obrigações Estatutárias terão direito à voz, ao voto e ser votado para quaisquer instância deliberativa que compõem a Associação, desde que o associado tenha em dia suas obrigações Estatutárias. Fica assegurado o ingresso de Pessoas Jurídicas, sem fins lucrativos, de forma gratuita a Entidade, desde que sediadas na área de execução dos Serviços de Radiodifusão, sendo assegurado ao seu representante legal, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos da Associação, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Entidade, nas instâncias deliberativas existentes na Associação. Todos os associados terão seus nomes registrados no livro de registro e podem convocar a Assembleia Geral Extraordinária em requerimento ao presidente, dentro das condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Todo associado terá acesso aos documentos oficiais da Associação sem restrição alguma;

Parágrafo 2º - O associado poderá apresentar projetos na área abrangida pela Associação, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou através de convênios.

Parágrafo 4º - ter voz e votar nas assembleias da Entidade, desde que assine o livro de presença;

Parágrafo 5º - O associado poderá gozar dos benefícios oferecidos pelo Estatuto da Entidade; entre eles, o de indicar novos associados;

Parágrafo 6º - A pessoa ou entidade que faltar a (02) duas Assembleias Gerais Ordinárias sem justificativa ou não se fizer presente em (02) (duas) nas Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas neste período, será convocada pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção Executiva, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.

Parágrafo 7º - São deveres de o associado comparecer as Assembleias Gerais ou reuniões da Diretoria Executiva se fizer parte dela;

Parágrafo 8º - O associado deve prestar serviço à Associação aceitando e exercendo cargo para qual foi eleito, salvo escusa legítima;

Parágrafo 9º - O associado deve observar e seguir os dispositivos deste Estatuto;



Parágrafo 10 - O associado deverá promover o desenvolvimento da

Parágrafo 11 - O associado deverá defender o bom nome da Associação levando ao conhecimento da mesa administrativa as falhas existentes;

Parágrafo 12 - São deveres de o associado pagar as mensalidades em dia;

Parágrafo 13 - O Associado deve comparecer as Assembleias convocadas, votar, ser votado para ocupar cargo na Associação;

Parágrafo 14 - O associado perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído por justa causa se não cumprir o Estatuto. A exclusão somente ocorrerá após esgotar todos os trâmites legais estabelecidos neste Estatuto. O associado que for condenado em processo crime pela Justiça do País perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído automaticamente. Nos demais casos sempre estarão assegurados ao associado excluído, à oportunidade de impetrar recurso recorrendo da decisão, garantido-se o amplo direito de defesa;

Parágrafo 15 - Fica prevista a imposição de penas leves, como a suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, com a pena podendo estender-se até 12 (doze) meses;

Parágrafo 16 - A perda da condição de associado será informada por escrito, podendo o associado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do comunicado, recorrer da decisão para a Assembleia Geral Extraordinária, que deverá ser convocada dentro de outros 30 (trinta) dias, a contar do protocolo do recurso, para analisar o caso e proferir a decisão final;

Parágrafo 17 - Qualquer associado, a qualquer momento, poderá solicitar o desligamento justificado ou não da Associação, fazendo-o através de petição escrita à Diretoria Executiva, ficando assegurado o direito de voltar a fazer parte da Associação no momento que achar mais conveniente;

Parágrafo 18 - O Associado que deixar de pagar suas contribuições por 03 (três) meses consecutivos será afastado do quadro de associados, podendo voltar quando quitar os débitos. No caso do associado deixar de pagar por 12 (doze) meses consecutivos será excluído. O pagamento deverá ser realizado sempre na Secretaria da Associação até o décimo dia do mês.

Parágrafo 19 - O associado que estiver um mês atrasados com suas mensalidades não poderá votar ou ser votado;

Parágrafo 20 - O associado pode apresentar a Diretoria Executiva qualquer reclamação por escrito que ache justa;

Parágrafo 21 - Fica assegurado ao associado o direito de recorrer a Assembleia Geral contra quaisquer atos lesivos aos seus direitos, incluído os casos previstos de suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, ou de exclusão;

Parágrafo 22 - Os associados não responderão solidaria nem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Associação;

CAPITULO IV

Dos Órgãos de Administração, Funcionamento e Organização:

ARTIGO 5º - São órgãos da Associação: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Da Assembleia Geral:

ARTIGO 6º - A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no dia 26 de janeiro, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela

22 JUN 2016



Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual e discussão de assuntos de interesse da entidade e/ou das comunidades envolvidas. Cabe a Assembleia Geral a competência para eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alterar o presente Estatuto, ou seja, nenhum outro órgão poderá exercer essas tarefas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, mediante a assinatura de 05 (membros); ou por ao menos 2/3 (dois terços) dos associados em dia com suas obrigações Estatutárias através de abaixo-assinado; e pelo Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Em todos os casos, devem ser cumpridas as previsões Estatutárias. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze dias), através de edital afixado na sede e estúdios da entidade, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais serão realizadas mediante Edital explicitamente claro e objetivo quanto ao assunto a ser tratado na Assembleia Geral ou reunião da Diretoria Executiva e poderá ser recebido pelo associado ou por algum membro da família dele;

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com presença absoluta dos associados (50% mais um) e, em segunda convocação, 30 minutos após, somente com a presença de 1/3 (um terço) dos associados. Se ainda assim, a Assembleia não puder ser instalada, deverá ser feita outra convocação, até que esse quorum de 1/3 (um terço) dos associados seja atingido. Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto só poderá ser alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados a presente Assembleia;

Parágrafo 4º - o livro de assinatura que controla a presença dos associados será obrigatoriamente fechado e assinado pelo presidente e pelo secretário, antes do início da Assembleia ou reunião da Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - As decisões das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta dos presentes, observando o "quorum" consignado neste Estatuto, ficando proibidos os votos por procuração ou qualquer outro tipo de documento;

Parágrafo 6º - Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto somente será alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços), dos associados presentes;

Parágrafo 7º - Serão tomadas por escrutínio secreto, as deliberações que envolvam a eleição da Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; previsões orçamentárias; e aprovação de contas; julgamento dos Atos da Diretoria na aplicação das penalidades.

Parágrafo 8º - Cabe a Assembleia Geral, a fixação do valor da mensalidade de manutenção, tendo em vista a proposta da Diretoria Executiva para a referida matéria;

Parágrafo 9º - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar as contas e o Balanço Geral da Associação;

Parágrafo 10 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o relatório da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal;

Parágrafo 11 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o orçamento anual de Receitas e Despesas da Associação. A Diretoria Executiva comunicará, com 15 (quinze) dias de antecedência, a data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, ressaltando o local onde se encontrem à disposição dos sócios os seguintes documentos: Relatório da Diretoria Executiva; Balanço Geral das Contas; Parecer do Conselho Fiscal e o último relatório do Conselho Comunitário e o orçamento anual de receitas e despesas da Associação.

Parágrafo 12 - Haverá uma Sessão Ordinária, sempre no dia 26 de janeiro, da Assembleia Geral, para a apresentação do relatório e verificação das contas do exercício findo, e tantas quantas Sessões Extraordinárias forem convocadas, na forma deste Estatuto.



Parágrafo 13 - Compete à Assembleia Geral Extraordinária, mediante a reforma do Estatuto Social; eleição e destituição da Diretoria Executiva; eleição e destituição do Conselho Fiscal; destituição de qualquer dos órgãos da Administração e Assessoramento da Associação e tratar de qualquer assunto de interesse da Associação.

ARTIGO: 7º - As Assembleias Gerais Extraordinárias são as de previsões orçamentárias e as de prestação de contas, ambas serão anuais e obrigatórias,

ARTIGO: 8º - Compete a Assembleia Geral, eleger a Diretoria Executiva ou destituir qualquer de seus membros; e alterar o Estatuto, em ambos os casos com Assembleia Geral Extraordinária convocada para esses casos; julgar e decidir em última instância todos os assuntos da Associação; aprovar o Regimento Interno que regulamenta os vários setores da atividade da Entidade; aprovar, ou rejeitar os balanços e as contas do exercício anterior; analisar e definir o planejamento do trabalho do período seguinte; autorizar a alienação de bens, cuja conservação não convier aos interesses da Associação, bem como contrair empréstimos para a compra de equipamentos ou aquisição de prédio próprio, bem como criar o Conselho Comunitário da Entidade.

Da Diretoria Executiva:

ARTIGO: 9º - A administração da Associação caberá a Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral Extraordinária, e composta do Presidente; do Vice-Presidente; do Secretário; do Tesoureiro; do Diretor de Operações; Diretor Cultural e de Comunicação Social e Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-a cada 10 dias, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente, sempre que convocada por 5 membros da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelo Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º - Nenhum membro da Diretoria Executiva será remunerado, nem receberá lucro sobre qualquer pretexto;

Parágrafo 3º - A Diretoria Executiva funcionará com a presença absoluta dos membros;

Parágrafo 4º - As vagas abertas na Diretoria Executiva, antes do final do mandato, deverão ser preenchidas por eleição de outro associado, e aprovada pela maioria simples da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;

Parágrafo 5º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria dos votos;

Parágrafo 6º - Será considerado vago o cargo do eleito que não tomar posse dentro de 30 dias;

Parágrafo 7º - A Diretoria Executiva terá de fazer cumprir todas as deliberações da Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Resolver sobre a exclusão, ou suspensão temporária, dos associados, encaminhando a Assembleia Geral, o decidido, para deliberação;

Parágrafo 9º - Deliberar sobre o aumento do patrimônio da Associação;

Parágrafo 10 - Dar informações precisas, por meio de regulamentos, sobre os serviços prestados pela Associação;

Parágrafo 11 - Autorizar o Presidente a fazer contratos preciosos e determinar as respectivas condições;

Parágrafo 12 - Aprovar orçamentos e plantas de obras a serem executadas pela Associação;

Parágrafo 13 - Interpretar o presente Estatuto, cumprindo-o de forma integral;

ARTIGO: 10 - Das decisões da Diretoria Executiva, caberá recurso para a Assembleia Geral.

ARTIGO: 11 - O período administrativo terá 03 anos, a contar do dia da eleição até que se complete o mandato.



PARAGRAFO ÚNICO: Não poderá de forma alguma ser prorrogado o mandato MS-018/2015- Executiva, sendo obrigatória a eleição de 03 em 03 anos, ocorrendo à posse no mesmo dia da eleição. Será permitida apenas uma reeleição, pelo mesmo período.

ARTIGO: 12 - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário para mandato de 03 (três) anos, em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação aberta nas chapas inscritas;

Parágrafo 1º - A formação da Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e direta dos votos;

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com antecedência mínima de trinta dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos neste Estatuto;

Parágrafo 3º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral;

Parágrafo 4º - Somente poderão votar e serem votados os associados que estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

ARTIGO: 13 - Compete a Diretoria Executiva, coletivamente:

Parágrafo 1º - Dirigir a Associação de acordo com o presente Estatuto e administrar o patrimônio promovendo o desenvolvimento da Entidade;

Parágrafo 2º - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as demais decisões da Assembleia Geral;

Parágrafo 3º - Reunir-se ordinariamente a cada 10 (dez) dias e extraordinariamente quando houver convocação;

Parágrafo 4º - Manter a escrituração em dia;

Parágrafo 5º - Promover e incentivar a criação de comissões de departamento com função de assessoria as atividade da Entidade e o Conselho Comunitário;

Parágrafo 6º - A contratação e remuneração de prestação de serviços especializados, como jornalistas, radialistas, redatores, locutores, técnico de som e informática; e outros profissionais especializados em manutenção da emissora de rádio administrada pela Associação;

Parágrafo 7º - Acompanhar e seguir orientações do Conselho Comunitário;

Parágrafo 8º - As decisões da diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a participação garantida da maioria simples de seus membros.

Parágrafo 9º - A contratação e demissão dos funcionários dependerão de aprovação da maioria absoluta da Diretoria Executiva;

Parágrafo 10 - Convocar a Assembleia Geral;

Parágrafo 11 - Prestar contas bimestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente à Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela Assembleia Geral;

Parágrafo 12 - Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;

Parágrafo 13 - Autorizar a aquisição de equipamentos;

Parágrafo 14 - Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade;



Parágrafo 15 - Aprovar e modificar regimentos internos de implementados e/ou administrados pela Entidade.

ARTIGO: 14 - Caberá a cada diretor, individualmente:

Parágrafo 1º - Dirigir e administrar os serviços prestados pela Entidade dentro do Estabelecido no Estatuto;

Parágrafo 2º - Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

Parágrafo 3º - Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

Parágrafo 4º - Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ARTIGO: 15 - Compete ao Presidente:

Parágrafo 1º - Presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

Parágrafo 2º - Representar a Associação em Juízo e fora dele;

Parágrafo 3º - Convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;

Parágrafo 4º - Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques, pagar contas e assinar balancetes;

Parágrafo 5º - Conceder férias; conceder licença a funcionários; ordenar e pagar despesas autorizadas nas formas do orçamento, e juntamente com o tesoureiro assinar cheques e documentos contábeis;

Parágrafo 6º - organizar relatório das ocorrências do ano anterior, apresentado-o a Assembleia Geral Ordinária de provisões orçamentárias e de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício, relação dos filiados e balanço financeiro;

Parágrafo 7º - Apresentar ao final de cada ano um relatório minucioso a Assembleia Geral, sobre os fatos ocorridos durante sua administração.

Parágrafo 8º - Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;

Parágrafo 09º - Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

ARTIGO: 16 - Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo 1º - Substituir o presidente em seus impedimentos temporários, ou definitivos até o final do mandato da Diretoria Executiva;

ARTIGO: 17 - Compete ao Secretário:

Parágrafo 1º - Redigir, assinar as atas junto com o presidente, ler, aberta as sessões, as atas das reuniões da Mesa e das Assembleias Gerais, e manter a transcrição em dia das atas das Assembleias Gerais, e das reuniões da Diretoria Executiva e Conselhos da Entidade;

Parágrafo 2º - Redigir as correspondências da Associação e manter em bom estado sob sua guarda todo arquivo de livros da Associação;



Parágrafo 3º - Manter o livro com o registro de todos os associados e as Assembleias quando solicitado;

Parágrafo 4º - Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;

Parágrafo 5º - Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ARTIGO: 18 - Compete ao Tesoureiro:

Parágrafo 1º - Arrecadar e fiscalizar todos os valores da Associação e responder por eles;

Parágrafo 2º - Abrir contas bancárias em estabelecimentos designados pela Diretoria Executiva, depositar os valores recebidos; assinar cheques junto com o presidente; manter nas contas os valores da Associação proveniente de todas as receitas, como contribuições e apoio cultural, entre outras, podendo aplicá-los, ouvido sempre a Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Efetuar pagamentos dos impostos e outros autorizados;

Parágrafo 4º - Supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade;

Parágrafo 5º - Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e balanço anual.

Artigo: 19 - Compete ao Diretor de Operações:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões de Diretoria Executiva, contribuindo com as suas funções coletivas;

Parágrafo 2º - Implementar e supervisionar a programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões

ARTIGO: 20 - Compete ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções Coletivas;

Parágrafo 2º - Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

Parágrafo 3º - Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada; sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

Parágrafo 4º - Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, Regimentos Internos e documentação enviada pelo Conselho Comunitário, com pareceres sobre a programação da Emissora de Rádio, entre outros.

Artigo: 21 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

Parágrafo 1º - Manter sob seu controle todos os patrimônios da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

Parágrafo 2º - Implementar o arquivo histórico da Associação em áudio, vídeo e material gráfico.

ARTIGO: 22 - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de cinco membros. Em caso de empate nos processos de votação caberá ao voto do Presidente à decisão.

Do Conselho Fiscal:

ARTIGO: 23 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e será coordenado por um Presidente e um Secretário, com mandato de 03 (três) anos:



Parágrafo Único - O mandato do conselho Fiscal terá duração igual à da Diretoria Executiva, sendo eleito juntamente com a mesma, mediante a apresentação de chapa completa e com posse no mesmo dia. Os candidatos tem que estar em dias com suas obrigações Estatutárias.

Artigo: 24 - Compete ao conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade, ou ainda reunirá extraordinariamente a pedido da Diretoria Executiva ou por maioria simples de seus membros;

Parágrafo 1º - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos;

Parágrafo 2º - Fiscalizar todas as atividades da Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Rubricar e fiscalizar toda documentação contábil;

Parágrafo 4º - Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;

Parágrafo 5º - Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes trimestrais;

Parágrafo 6º - Compete ao Conselho Fiscal convocar Assembleia Geral Extraordinária quando for o caso;

Parágrafo 7º - Será automaticamente cassado o mandato do Conselheiro que deixar de comparecer à 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justa causa, a critério dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 8º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registradas em livro próprio de "Atas".

Do Conselho Comunitário:

Artigo: 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, 05 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas dentro da área de execução dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Parágrafo 2º - O conselho comunitário reunir-se-á cada 01 (um) ano para análise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria Executiva, verificando a sua adequação às metas estabelecidas;

Parágrafo 3º - Aprovação da programação da Emissora.

Parágrafo 4º - Convocar Assembleia Geral Extraordinária quando achar necessário.

ARTIGO: 26 - O presente estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, de conformidade com o Estatuto.

ARTIGO: 27 - A Associação não remunera por quaisquer formas, os cargos de sua Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Deliberativos ou Consultivos, e não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.



CAPITULO V Das Eleições e Posse:

Artigo: 28 - As Eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, em 03 (Três) anos, obrigatoriamente até o dia 26 mês de Janeiro, devendo ser disputadas por chapas completas da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, durante a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim, mediante voto secreto e sendo possível a reeleição de seus membros por apenas uma vez.

Artigo: 29 - Quando da eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, se apenas uma chapa for apresentada, ficará a critério do presidente da Assembleia Geral a aprovação por aclamação.

Artigo: 30 - Em caso de demissão coletiva, as eleições realizar-se-ão também por Assembleia Geral Extraordinária, na mesma forma estabelecida por esse Estatuto;

Artigo: 31 - O direito do voto é pessoal, individual e intransferível, não podendo ser inclusive exercido por procuradores;

Parágrafo 1º - O associado que quiser se candidatar deverá apresentar-se para registro na Secretaria, até 08 (oito) dias antes da data da votação, desde que faça parte de uma chapa completa de candidatos.

Parágrafo 2º - Só poderão concorrer ao pleito as chapas devidamente registradas, em tempo hábil, pela Secretaria que, durante o dia da votação, deverão estar afixadas na banca receptora de votos.

Parágrafo 3º - Poderão ser registradas chapas para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário (caso haja), separadamente, sendo vedado somente o registro de nomes para cargos isolados.

Parágrafo 4º - É facultado ao candidato que encabeçar uma chapa (da Diretoria ou do Conselho Fiscal ou Conselho Comunitário) promover a retirada do registro de sua chapa até 01 (uma) hora antes do horário marcado para o início da votação.

Parágrafo 5º - Os recursos contra o trabalho exercido nas Eleições poderão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias após as eleições, para o julgamento em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal fim.

Artigo: 32 - A posse será dada pelo Presidente em Assembleia, por meio de um termo lavrado em livro próprio o qual deverá ser assinado por todos os eleitos.

CAPITULO VI

Das Receitas e Despesas

ARTIGO 33 - A Associação adwirá:

Parágrafo 1º - Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

Parágrafo 2º - Da contribuição mensal dos associados;

Parágrafo 3º - A Associação se manterá com os valores arrecadados das contribuições dos associados; das doações; da prestação de serviços e subvenções oficiais municipais, estaduais e federais; recursos que sempre serão aplicados nas finalidades da Entidade, consignadas neste Estatutos;

Parágrafo 4º - De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim de acordo com a orientação Estatutária;

Parágrafo 5º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade;



Parágrafo 6º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito, ou por força judicial;

Parágrafo 7º - A Associação aplicará integralmente no território nacional todas as receitas; rendas; rendimentos; ou eventual resultado operacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais de acordo com o artigo 3º do Inciso IV do Decreto nº 2.536/98;

ARTIGO: 34 - As despesas da Entidade podem ser:

Parágrafo 1º - As despesas operacionais podem ser com o aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos eletrônicos, material de escritório, custo para manutenção de equipamentos, contratação de engenheiros para apresentação de projetos técnicos, contratação de profissionais liberais para pareceres e serviços de advocacia.

Parágrafo 2º - Pagamento de mão de obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

CAPITULO VII

Da prestação de Contas:

ARTIGO: 35 - A prestação de contas da Associação deverá observar, no mínimo:

Parágrafo 1º - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

Parágrafo 2º - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório das atividades sociais e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto aos Órgãos governamentais brasileiros, colocando todos estes documentos à disposição para o exame de qualquer associado;

Parágrafo 3º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VIII

Do Exercício Social:

ARTIGO: 36 - O exercício fiscal da Associação terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Associação, de conformidade com as disposições legais.

CAPITULO IX

Da Dissolução e Liquidação:

ARTIGO: 37 - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim de acordo com o Estatuto e com aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados;

Parágrafo 1º - Da pauta deverá constar como obrigatória a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia;

Parágrafo 2º - Em caso de decisão da Assembleia Geral pela dissolução e liquidação da Associação, caso haja dívidas na data, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, e o saldo restante deste patrimônio deverá



31

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE BAURÍ - SP
MICROFILMADO - Nº 62.099
ênere, devidamente registrada no Conselho

**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOAS JURÍDICAS DE
BAURU - SP**

RUA RIO BRANCO, 16-86 - VILA AMÉRICA
CEP Nº. 17.014-037 - FONE (14) - 3010-8040

**LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL**

CERTIFICA

Que o presente títulos foi
PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº
62.099 MICROFILMADO sob o mesmo
número, AVERBADO EM FRENTE AO
REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ em 11
de Dezembro de 2013. O referido é verdade
e dou fé,

Bauru, 11 de Dezembro de 2013.

EDISON AUGUSTO GONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL: 34,43	SINOREG: 1,81
EST.: 9,79	T. JUST.: 1,81
IPESP: 7,25	TOTAL: 55,09



CERTIFICAÇÃO
Autógrafo e presente selo reconstruído conforme
original e emitido eletronicamente em 22/06/2016

22 JUN 2016

Denise Verônica Maraschin
Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Selo pago por verbis. Controlado por autenticidade
R\$ 3,05

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900
Brasília - DF



Remetente:

Associação Beneficente Cb. Com. Comunitária Solidaridade Arealva
Endereço: Rua Amador Fernandes, 40
Bairro: Centro,
Arealva - SP.
CEP: 17.160-000



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

Coordenação de Fiscalização de Regime Legal

Memorando nº 17563/2017/SEI-MCTIC

À COORDENAÇÃO GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Processo nº : **01250.073303/2017-19.**

Interessada: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA.**

Assunto: **Modificação do quadro diretivo**

1. Informamos que por intermédio do Ofício nº 30759/2015/SEI-MC, de 30.9.2015, este Ministério, na condição de poder concedente e fiscalizador dos serviços de radiodifusão, solicitou à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA.**, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Arealva/SP, dentre outras exigências, a Ata de eleição dos membros. A entidade enviou cópia ata encaminhada, datada de **26.1.2014**, registrada sob nº 2.464, Livro A-PJ, em **30.10.2015**, comunicada à CGRC em **22.6.2016**, conforme documento anexado sob o protocolo nº 53900.039796/2016-89, constante do processo de renovação de outorga nº 53900.050612/2015-51, fora do prazo legal (2435241).

2. Muito embora no processo de outorga o prazo de envio tenha sido intempestivo, no processo de apuração de infração nº 53900.048820/2015-90, em resposta ao Ofício nº 30759/2015/SEI-MC, de 30.9.2015, a Entidade enviou tempestivamente a referida Ata, como faz prova o documento protocolizado sob o nº 53900.059986/2015-31 (**2435132**), recebido em 6.11.2015. Assim, resta descaracterizada a infração prevista no inciso VII do art. 40 do Decreto nº 2.615/98.

3. Assim, encaminhamos à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária a modificação efetuada pela entidade, para as providências que entender necessárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Oshiro, Coordenador-Geral de Fiscalização de Outorgas**, em 18/12/2017, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2434917** e o código CRC **8C42359D**.

Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.073303/2017-19

SEI nº 2434917

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Protocolo nº: **53900.050612/2015-51**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**.

Assunto: **Retomada da análise processual**.

1. Em atenção ao art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, opino pela retomada da análise processual a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

2. Encaminhem-se os autos para análise.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 18/05/2018, às 10:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2987113** e o código CRC **2D0171D9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 2987113



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.628.758/0001-67
Certidão nº: 150410702/2018
Expedição: 18/05/2018, às 10:30:01
Validade: 13/11/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.628.758/0001-67**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Processo nº **53900.050612/2015-51**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

Localidade: Arealva / SP.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Carta 1209280).

1.1) Data do recebimento: 27/6/2016.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. .

2) Declaração de conformidade: fl. 1 (Carta 1209280).

3) Estatuto Social: fls. 7 a 19 (Ata 1851734).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º, **caput** e § 4º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, **caput** e § 13;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 9º;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 11, parágrafo único (três anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 2º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 4º;

e) Direitos dos associados: art. 4º, **caput**;

f) Deveres dos associados: art. 4º, §§ 7º e 12;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 4º, § 14;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 33;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 6º;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: arts. 6º, § 13 e 37;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 6º, 9º, 24 e 35;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 6º, **caput** e § 13;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 28 e ss.;

n) **Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 6º, § 1º;**

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 37.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 2 a 4 (Ata 1851734). (26/1/2017 - 26/1/2020)

Presidente: Raphael Candioto Pereira;

Vice-Presidente: Antônio João Carraro;

Secretário(a): Rogério Aparecido Marqui;

Tesoureiro(a): Jair Antônio Longo;

Diretor(a) de Operações: Jesse Rodrigo de Almeida Alves;

Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social: Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira;

Diretor(a) de Patrimônio: Guaraci Gomes Carvalho.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. .

6) CNPJ: fl. 7 (Carta 1209280).

7) Certidão Negativa da Anatel: Certidões SIGEC 1522828.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 20 a 22 (Ata 1851734). Irregular.

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS .

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB .

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 2987056.

*****PENDÊNCIAS:**

- Deve ser encaminhado Requerimento de renovação contendo todas as declarações elencadas no modelo e assinado por todos os dirigentes.

- No estatuto social:

(I) art. 6º, § 1º: está previsto que a Assembleia Geral poderá ser convocada por 2/3 dos associados, número maior do que o 1/5 previsto no art. 60 do Código Civil.

- Não foram / Devem ser encaminhados comprovantes de maioria, nacionalidade e CPF dos dirigentes.

- O Conselho Comunitário é formado por apenas **quatro** entidades da comunidade local, uma vez que constam dois representantes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva.

- O relatório do Conselho Comunitário não contém a descrição e a avaliação acerca da grade de programação.

- Não foi possível emitir certidão a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); consta a informação de que o empregador não está cadastrado.

- Não foi possível emitir certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.

*****CONCLUSÃO:**

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Associação não possui débitos.

- Não foi realizada pesquisa de vínculo.

- Não foi realizada pesquisa na Justiça Federal.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 11562/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 1 (UM).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a renovação da outorga do serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**.

2. Apesar de ter sido sugerido o indeferimento da renovação, por meio da Nota Técnica nº 20958/2017/SEI-MCTIC, 2211261, em razão do disposto nos arts. 7º, inciso III e 7º-A da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018, c/c art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, será oportunizado à Radiodifusora a regularização das pendências.

ANÁLISE

3. Dito isso, após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
	Art. 130, § 1º, inciso II	Estatuto social adequado	Art. 60 do CC: No art. 6º, § 1º está previsto que a Assembleia Geral poderá ser convocada por 2/3 dos associados, número maior do que o 1/5 previsto no art. 60 do Código Civil. Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	1º, inciso II c/c art. 40	ao Código Civil.	estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil. Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.
	Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade.	A Entidade deverá enviar documento que demonstre que todos os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos. Observação: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento. Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
	Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
			O Conselho Comunitário é formado por apenas quatro entidades da comunidade local, uma vez que constam dois representantes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva . Além disso, o relatório encaminhado não contém a grade de programação com a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria. Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve

Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>regularizar o Conselho Comunitário e encaminhar novo relatório sobre a grade de programação.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</p>
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); consta a informação de que o empregador não está cadastrado. Ainda assim, a Radiodifusora deve encaminhar certidão que comprove a regularidade de débitos com o Fundo.
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 18/05/2018, às 10:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/05/2018, às 15:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2987083** e o código CRC **04A3F37E**.

Minutas e Anexos

Anexo Requerimento de renovação (2987069).

Checklist Roteiro RadCom (2987077).



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 19969/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA** (CNPJ nº 03.628.758/0001-67)

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 - Residencial Bela Vista
17.160-000 - Arealva - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11562/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 23/05/2018, às
15:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2987156 e o código CRC **46A1E18F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 19969/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050612/2015-51 - Nº SEI: 2987156

AR**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 19969/2018/SEI-MCTIC, 23/05/2018

53900.050612/2015-51

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRAASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 - Residencial Bela Vista

17.160-000 Arealva / SP

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*Raphael Candioto Pereira*DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION*08/06/18*CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

*93157502-2*Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT*JOSE AMARO SANTO*
Agente de Correios
Matr. 81038712**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO**



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 69439297 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHA COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
20.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÃO.

PROC. N° 53900.050612/2015-51

OFÍCIO N° 19969/2018/SEI-MCTIC

A Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Sol. De Arealva, São Paulo, com sede na Rua Amador Fernandes Pereira, 46, nessa cidade de Arealva, São Paulo; em atendimento ao ofício, referente ao processo supra citados; conforme cópia em anexo; vem encaminhar documentação solicitadas no respectivo ofício; a saber:

1. Requerimento de Renovação;
2. Estatuto Social Adequado ao Código Civil;
3. Comprovantes de maioridade/nacionalidade;
4. CPF dos Dirigentes;
5. Último relatório do Conselho Comunitário;
6. Certificado de Regularidade de FGTS;
7. Certidão Negativa de Débitos expedida pela Receita Federal;

Arealva, 05 de julho de 2018.

Atenciosamente;



Raphael Candioto Pereira
Presidente

MC/PROTOCOLO
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 13/07/18 às 14:30 horas
Assinatura: Altair Silva

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 19969/2018/SEI-MCTIC

Ao(A) Senhor(a)

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA** (CNPJ nº 03.628.758/0001-67)

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 - Residencial Bela Vista

17.160-000 - Arealva - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11562/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre

envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/05/2018, às 15:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2987156** e o código CRC **46A1E18F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 19969/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050612/2015-51 - Nº SEI: 2987156

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva			
Nome Fantasia:	Rádio Sol	CNPJ:	03.628.758/0001-67	
Endereço de Sede:	Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista			
Município	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000
Nome do Representante legal:	Raphael Candioto Pereira			
Endereço eletrônico (e-mail):	solfmarealva@hotmail.com			

Endereço de Correspondência:	Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista			
Município	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista			
Município	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 22S01'4300"			
	Longitude: 48W54'4600"			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar Serviço de Radiofusão Comunitária no Município de Arealva e Estado de São Paulo, como descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para devidos fins, que:

- I – a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleitado;
- II – a pessoa jurídica não está impedida de transaciona com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III – a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV – a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeite à gerência, a administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI – a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII – nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII – todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiofusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispões sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;


IX – todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;


X – todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e


XI – a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

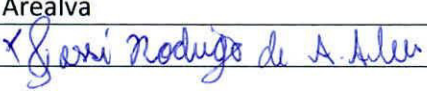
Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.


Nome do dirigente:	Raphael Candioto Pereira				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	301820580191
RG:	43.157.502-02	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	306.602.938-70
Endereço:	Rua João Basílio, 578, Centro				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Antônio João Carraro				
Cargo:	Vice-Presidente			Tit. Eleitor:	33948630116
RG:	5.343.125	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	251.145.498-04
Endereço:	Rua João Basílio, 476, Centro				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Rogério Aparecido Marqui			
Cargo:	Secretário		Tit. Eleitor:	179704190124
RG:	20.926.237	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 141.269.868-55
Endereço:	Rua Eleazar Braga, 666, Centro			
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000
Assinatura:				

Nome do dirigente:	Jair Antônio Longo			
Cargo:	Tesoureiro		Tit. Eleitor:	33958720167
RG:	8.681.696	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 787.612.408-00
Endereço:	Rua Manoel de Oliveira, 162, Centro			
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000
Assinatura:				

Nome do dirigente:	Jesse Rodrigo de Almeida Alves			
Cargo:	Diretor de Operações		Tit. Eleitor:	323311770167
RG:	43.157.302-02	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 342.048.458-51
Endereço:	Rua Antonio Lenharo, 121, Núcleo Dona Lazara			
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000
Assinatura:				

Nome do dirigente:	Guaraci Gomes Carvalho			
Cargo:	Diretor de Patrimônio		Tit. Eleitor:	33957020191
RG:	9.604.857-8	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 825.974.648-49
Endereço:	Rua Serafim Crepaldi, 18, Vila Maria Melhado			
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000
Assinatura:				

Nome do dirigente:	Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira			
Cargo:	Diretor de Cultura e Comunicação Social		Tit. Eleitor:	393803770159
RG:	48.232.475-2	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 403.505.368-64
Endereço:	Rua Pedro Candido de Oliveira, 39, Conjunto Job Garcia de Almeida			
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000
Assinatura:				

Arealva, 04 de julho de 2018.

Atenciosamente,



Raphael Candioto Pereira

Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva
CNPJ - 03.628.758/0001-67

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva. Aos três dias de julho de dois mil e dezoito, às nove horas da manhã, na Rua Amador Fernandes Pereira, 46, Arealva-SP, em primeira chamada, após verificação da presença de todos os membros filiados da Entidade, o presidente da Entidade deu início à reunião para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: **1- Confirmação da Diretoria para o período 2017/2020; 2- Alteração do Estatuto 3- Eleição de um membro do Conselho Comunitário para o período 2018/2020.** O presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e de início informou aos presentes que a atual Diretoria, eleita em assembleia de 26 de janeiro de 2017, cuja ata foi averbada em frente ao registro de seu Estatuto e arquivada em microfilme sob nº 64.125 no Segundo Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Bauru, permanece com seu mandato vigência e estão todos em de conformidade com o Estatuto Social da Entidade. Em seguida, a palavra foi aberta aos associados que demonstraram consenso, e não havendo outras manifestações em contrário. Em seguida foi feita a apresentada a alteração do Estatuto, pois no art. 6º, § 1º está previsto que a Assembleia Geral poderá ser convocada por 2/3 dos associados, e de acordo com a legislação deve ser alterado para passar a ter a seguinte previsão: art. 6º, § 1º a Assembleia Geral poderá ser convocada por 1/5 dos associados. O presidente fala ainda de necessidade de constar no Estatuto de que o Conselho Comunitário será composto da forma prevista no art. 25 e as necessidades da entidade e para tanto propõe alterar o estatuto para constar que dentre os membros do conselho comunitário será escolhido um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. A palavra foi aberta aos associados que demonstraram consenso, e não havendo outras manifestações em contrário, foi aprovada a alteração do Estatuto. Em seguida esclareceu que existe a necessidade de eleição de mais um membro para o conselho comunitário e com isso deu início a votação de tal membro para o Conselho Comunitário. O presidente informou aos presentes que teve apenas um membro inscrito, a votação encerrou às 10h20, dando início a apuração dos votos constatou que o único membro inscrito para o CONSELHO COMUNITÁRIO, foi eleito por unanimidade. Diante da eleição ora ocorrida e da nova previsão do art. 25 do novo Estatuto. O Conselho Comunitário ficou composto da seguinte forma. **Membros:** Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515894438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva-SP e Benedito Aparecido Jorge, brasileiro, casado, autônomo, RG/SSP/SP, 11.506.681, CPF do MF: 825.971.978-91, residente a Rua José Antônio de Faria, 313, Vila São Pedro, Arealva-SP. O CONSELHO COMUNITÁRIO é composto pelos representantes das Entidades legalmente constituídas na área do município sobre abrangência da emissora de rádio da Entidade. - **(1)** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva-SP, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva-SP; sendo representado pelo membro Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva-SP; **(2)** Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pelo vice-presidente Benedito Aparecido Jorge, brasileiro, casado, autônomo, RG/SSP/SP, 11.506.681, CPF do MF: 825.971.978-91, residente a Rua José Antônio de Faria, 313, Vila São; **(3)** Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, som sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva-SP, sendo representada pelo membro Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515.894.438-53, residente Rua Rua Pedro Abel, 400, Arealva-SP; **(4)** Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva-SP, representada pelo membro Wagner dos Santos Gonçalves, brasileiro, solteiro,

autônomo, RG/SPP/SP, 42.824.396-4, CPF do MF: 338.871.338-38, residente a Rua Thomas Perez, 61, Santa Isabel, Arealva-SP (5) Associação do Condomínio Residencial Riviera do Tietê, com sede na Rua Três, lote 4, quadra B, Riviera do Tietê, Arealva-SP, sendo representada pelo presidente Luiz Carlos Morelli, brasileiro, solteiro, empresário, RG/SSP/SP, 6.732.701-1, CPF do MF: 621.733.838-68, residente a Rua Três, s/n, Condomínio Riviera do Tietê, Arealva-SP. No mesmo ato, o membro eleito foi EMPOSSADO no respectivo cargo e o mesmo cumprirá o mandato até 2020. Dentre eles foram escolhidos para **Presidente:** Wagner dos Santos Gonçalves, brasileiro, solteiro, autônomo, RG/SPP/SP, 42.824.396-4, CPF do MF: 338.871.338-38, residente a Rua Thomas Perez, 61, Santa Isabel, Arealva-SP; para **Vice-Presidente:** Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva-SP e para **Secretário:** Luiz Carlos Morelli, brasileiro, solteiro, empresário, RG/SSP/SP, 6.732.701-1, CPF do MF: 621.733.838-68, residente a Rua Três, s/n, Condomínio Riviera do Tietê, Arealva-SP. Nada mais havendo a tratar, a presente Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinado por mim Rogério Aparecido Marqui, secretário e pelo senhor Raphael Candioto Pereira, presidente. Arealva-SP, 03 de Julho de 2018.

Presidente: Raphael Candioto Pereira



Secretário: Rogério Aparecido Marqui



**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU – SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente título foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº **64.877** MICROFILMADO sob o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO REGISTRO nº **2.464** do Livro A-PJ, em **04 de julho de 2018**. O referido é verdade e dou fé.

Bauru, 04 de julho de 2018.


EDISON AUGUSTO GONCALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	150,45	SINOREG:	7,90
EST.:	42,73	T. JUST.:	10,31
IPESP:	29,31	ISS:	2,88
M.P.:	7,25	TOTAL:	250,83

CNPJ - 03.628.758/0001-67

Rua Pedro Pereira, 388 - Centro - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Lista de presença:

Assembleia Geral Extraordinário 03/07/2018

01 - Rogério Aparecido Marqui

CPF do MF: 141.269.868-55

RG: 20.926.237

02 - Raphael Candioto Pereira

CPF do MF: 306.602.938-70

RG: 43.157.502-02

03 - Antônio João Carraro

CPF do MF: 251.145.498-04

RG: 5.646.125

04 - Jessé Rodrigo de Almeida Alves

CPF do MF: 342.048.458-51

RG: 43.157.302-02

05 - Alex Cristiano Dias

CPF do MF: 272.689.458-50 - RG: 26.707.789-0

06 - Guaraci Gomes de Carvalho

CPF do MF: 825.974.648-49

RG: 9.604.857-8

07 - Taiane Aparecida Cronjager de Oliveira

CPF do MF: 403.505.368-64

RG: 48.232.475-2

08 - Jair Antônio Longo

CPF do MF: 787.612.408-00

RG: 8.681.696

12 - Cibele Loge dos Santos Marqui

CPF do MF: 141.230.088-60

RG: 15.805.357-6

Arealva-SP, 03 de julho de 2018.



Raphael Candioto Pereira
Presidente

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de julho de 2018

CAPITULO I

Da denominação, Sede e Área de Atuação:

ARTIGO 1º - A Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, com sede na cidade de Arealva-SP, na Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46, Residencial Bela Vista, fundada em 12 de novembro de 1.999, é uma associação, sendo regulada por este Estatuto devidamente adaptado ao novo Código Civil, Lei 10.406 de 10/01/2002 e alterado pela Lei 10.838 de 30/01/2004, com a seguinte redação.

ARTIGO 2º - A Associação foi constituída com as seguintes finalidades: Defender a democratização dos meios de comunicação, e em especial, a Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de baixa potencia (até 25 watts), com o objetivo de promover atividades visando o desenvolvimento da cultura, educação e dos profissionais de comunicação social da coletividade inserida na área de cobertura da emissora, prestando serviços permanentes sem qualquer discriminação de clientela.

Parágrafo 1º - São órgãos constitutivos da Associação, a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;

Parágrafo 2º - É indeterminado o tempo de duração da Associação;

Parágrafo 3º - A Associação não tem fins lucrativos;

Parágrafo 4º - A Associação manterá sua independência em relação aos partidos políticos, ao Estado, Poder Econômico, credo religioso e racial.

CAPITULO II

Dos Objetivos:

ARTIGO: 3º - São prerrogativas da Associação:

Parágrafo 1º - Promover atividades educacionais e formação geral, folclóricas e culturais típicas da região;

Parágrafo 2º - Incentivar comportamento de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim atividades, movimentos e organismos;

Parágrafo 3º - Divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliação;

Parágrafo 4º - Manter convênios ou associar a entidades similares para a prestação de serviços de assessorias;

Parágrafo 5º - Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgãos de imprensa como rádio comunitária;

Parágrafo 6º - Realizar a cobrança de contribuições dos associados;

Parágrafo 7º - Cobrar mensalidades com valor estabelecido pela Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Prestar serviços compatíveis com as finalidades do Estatuto, com o objetivo de arrecadar fundos para manutenção da Entidade;

Parágrafo 9º - Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar o objetivo da Associação;

Parágrafo 10 - Criação da Casa de Cultura e Museu ligados à área de comunicação e cultura, ampliando o conhecimento e o lazer comunitário.

Parágrafo 11 - Dar oportunidade à difusão das ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais;

Parágrafo 12 - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

Parágrafo 13 - Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;

Parágrafo 14 - Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitário;

Parágrafo 15 - coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse.

Capítulo III

Dos Associados, seus Direitos e Deveres:

ARTIGO: 4º - Poderá associar-se e participar gratuitamente da Associação qualquer pessoa, em especial os domiciliados na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, independente de cor, formação profissional, raça sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste estatuto. Todos os cidadãos em dia com suas obrigações Estatutárias terão direito a voz, ao voto e ser votado para quaisquer instância deliberativa que compõem a Associação, desde que o associado tenha em dia suas obrigações Estatutárias. Fica assegurado o ingresso de Pessoas Jurídicas, sem fins lucrativos, de forma gratuita a Entidade, desde que sediadas na área de execução dos Serviços de Radiodifusão, sendo assegurado ao seu representante legal, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos da Associação, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Entidade, nas instâncias deliberativas existentes na Associação. Todos os associados terão seus nomes registrados no livro de registro e podem convocar a Assembleia Geral Extraordinária em requerimento ao presidente, dentro das condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Todo associado terá acesso aos documentos oficiais da Associação sem restrição alguma;

Parágrafo 2º - O associado poderá apresentar projetos na área abrangida pela Associação, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou através de convênios.

Parágrafo 4º - ter voz e votar nas assembleias da Entidade, desde que assine o livro de presença;

Parágrafo 5º - O associado poderá gozar dos benefícios oferecidos pelo Estatuto da Entidade; entre eles, o de indicar novos associados;

Parágrafo 6º - A pessoa ou entidade que faltar a (02) duas Assembleias Gerais Ordinárias sem justificativa ou não se fizer presente em 02 (duas) nas Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas neste período, será convocada pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção Executiva, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.

Parágrafo 7º - São deveres de o associado comparecer as Assembleias Gerais ou reuniões da Diretoria Executiva se fizer parte dela;

Parágrafo 8º - O associado deve prestar serviço à Associação aceitando e exercendo cargo para qual foi eleito, salvo escusa legítima;

Parágrafo 9º - O associado deve observar e seguir os dispositivos deste Estatuto;

Parágrafo 10 - O associado deverá promover o desenvolvimento

Parágrafo 11 - O associado deverá defender o bom nome da Associação levando ao conhecimento da mesa administrativa as falhas existentes;

Parágrafo 12 - São deveres de o associado pagar as mensalidades em dia;

Parágrafo 13 - O Associado deve comparecer as Assembleias convocadas, votar, ser votado para ocupar cargo na Associação;

Parágrafo 14 - O associado perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído por justa causa se não cumprir o Estatuto. A exclusão somente ocorrerá após esgotar todos os trâmites legais estabelecidos neste Estatuto. O associado que for condenado em processo crime pela Justiça do País perderá o direito de pertencer ao quadro da Associação e será excluído automaticamente. Nos demais casos sempre estarão assegurados ao associado excluído, à oportunidade de impetrar recurso recorrendo da decisão, garantido-se o amplo direito de defesa;

Parágrafo 15 - Fica prevista a imposição de penas leves, como a suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, com a pena podendo estender-se até 12 (doze) meses;

Parágrafo 16 - A perda da condição de associado será informada por escrito, podendo o associado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do comunicado, recorrer da decisão para a Assembleia Geral Extraordinária, que deverá ser convocada dentro de outros 30 (trinta) dias, a contar do protocolo do recurso, para analisar o caso e proferir a decisão final;

Parágrafo 17 - Qualquer associado, a qualquer momento, poderá solicitar o desligamento justificado ou não da Associação, fazendo-o através de petição escrita à Diretoria Executiva, ficando assegurado o direito de voltar a fazer parte da Associação no momento que achar mais conveniente;

Parágrafo 18 - O Associado que deixar de pagar suas contribuições por 03 (três) meses consecutivos será afastado do quadro de associados, podendo voltar quando quitar os débitos. No caso do associado deixar de pagar por 12 (doze) meses consecutivos será excluído. O pagamento deverá ser realizado sempre na Secretaria da Associação até o décimo dia do mês.

Parágrafo 19 - O associado que estiver um mês atrasados com suas mensalidades não poderá votar ou ser votado;

Parágrafo 20 - O associado pode apresentar a Diretoria Executiva qualquer reclamação por escrito que ache justa;

Parágrafo 21 - Fica assegurado ao associado o direito de recorrer a Assembleia Geral contra quaisquer atos lesivos aos seus direitos, incluído os casos previstos de suspensão dos direitos de associado por tempo determinado, ou de exclusão;

Parágrafo 22 - Os associados não responderão solidaria nem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Associação;

CAPITULO IV

Dos Órgãos de Administração, Funcionamento e Organização:

ARTIGO: 5º - São órgãos da Associação: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Da Assembleia Geral:

ARTIGO 6º - A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no dia 26 de janeiro, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela

7º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DO BAURIL-SP
MICROFILMADO - N.º 64.877

Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual e discussão de assuntos gerais da Entidade e/ou das comunidades envolvidas. Cabe a Assembleia Geral a competência para eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alterar o presente Estatuto, ou seja, nenhum outro órgão poderá exercer essas tarefas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, mediante a assinatura de 05 (membros); ou por ao menos 1/5 (um quinto) dos associados em dia com suas obrigações Estatutárias através de abaixo-assinado; e pelo Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Em todos os casos, devem ser cumpridas as previsões Estatutárias. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze dias), através de edital afixado na sede e estúdios da entidade e divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas, fixado de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais serão realizadas mediante Edital explicitamente claro e objetivo quanto ao assunto a ser tratado na Assembleia Geral ou reunião da Diretoria Executiva e poderá ser recebido pelo associado ou por algum membro da família dele;

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com presença absoluta dos associados (50% mais um) e, em segunda convocação, 30 minutos após, somente com a presença de 1/3 (um terço) dos associados. Se ainda assim, a Assembleia não puder ser instalada, deverá ser feita outra convocação, até que esse quorum de 1/3 (um terço) dos associados seja atingido. Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto só poderá ser alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados a presente Assembleia;

Parágrafo 4º - o livro de assinatura que controla a presença dos associados será obrigatoriamente fechado e assinado pelo presidente e pelo secretário, antes do início da Assembleia ou reunião da Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - As decisões das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta dos presentes, observando o "quorum" consignado neste Estatuto, ficando proibidos os votos por procuração ou qualquer outro tipo de documento;

Parágrafo 6º - Uma vez instalada a Assembleia, o Estatuto somente será alterado mediante a aprovação de 2/3 (dois terços), dos associados presentes;

Parágrafo 7º - Serão tomadas por escrutínio secreto, as deliberações que envolvam a eleição da Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; previsões orçamentárias; e aprovação de contas; julgamento dos Atos da Diretoria na aplicação das penalidades.

Parágrafo 8º - Cabe a Assembleia Geral, a fixação do valor da mensalidade de manutenção, tendo em vista a proposta da Diretoria Executiva para a referida matéria;

Parágrafo 9º - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar as contas e o Balanço Geral da Associação;

Parágrafo 10 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o relatório da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal;

Parágrafo 11 - Cabe a Assembleia Geral analisar e aprovar ou rejeitar o orçamento anual de Receitas e Despesas da Associação. A Diretoria Executiva comunicará, com 15 (quinze) dias de antecedência, a data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, ressaltando o local onde se encontrem à disposição dos sócios os seguintes documentos: Relatório da Diretoria Executiva; Balanço Geral das Contas; Parecer do Conselho Fiscal e o último relatório do Conselho Comunitário e o orçamento anual de receitas e despesas da Associação.

Parágrafo 12 - Haverá uma Sessão Ordinária, sempre no dia 26 de janeiro, da Assembleia Geral, para a apresentação do relatório e verificação das contas do exercício findo, e tantas quantas Sessões Extraordinárias forem convocadas, na forma deste Estatuto.

Parágrafo 13 - Compete à Assembleia Geral Extraordinária, mediante aprovação de 2/3 (dois terços), deliberar sobre a reforma do Estatuto Social; eleição e destituição da Diretoria Executiva, eleição e destituição do Conselho Fiscal, destituição de qualquer dos órgãos da Administração e Assessoramento da Associação e tratar de qualquer assunto de interesse da Associação.

ARTIGO: 7º - As Assembleias Gerais Extraordinárias são as de previsões orçamentárias e as de prestação de contas, ambas serão anuais e obrigatórias,

ARTIGO: 8º - Compete a Assembleia Geral, eleger a Diretoria Executiva ou destituir qualquer de seus membros; e alterar o Estatuto, em ambos os casos com Assembleia Geral Extraordinária convocada para esses casos; julgar e decidir em última instância todos os assuntos da Associação; aprovar o Regimento Interno que regulamenta os vários setores da atividade da Entidade; aprovar, ou rejeitar os balanços e as contas do exercício anterior; analisar e definir o planejamento do trabalho do período seguinte; autorizar a alienação de bens, cuja conservação não convier aos interesses da Associação, bem como contrair empréstimos para a compra de equipamentos ou aquisição de prédio próprio, bem como criar o Conselho Comunitário da Entidade.

Da Diretoria Executiva:

ARTIGO: 9º - A administração da Associação caberá a Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral Extraordinária, e composta do Presidente; do Vice-Presidente; do Secretário; do Tesoureiro; do Diretor de Operações; Diretor Cultural e de Comunicação Social e Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-á cada 10 dias, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente, sempre que convocada por 5 membros da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelo Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º - Nenhum membro da Diretoria Executiva será remunerado, nem receberá lucro sobre qualquer pretexto;

Parágrafo 3º - A Diretoria Executiva funcionará com a presença absoluta dos membros;

Parágrafo 4º - As vagas abertas na Diretoria Executiva, antes do final do mandato, deverão ser preenchidas por eleição de outro associado, e aprovada pela maioria simples da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;

Parágrafo 5º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria dos votos;

Parágrafo 6º - Será considerado vago o cargo do eleito que não tomar posse dentro de 30 dias;

Parágrafo 7º - A Diretoria Executiva terá de fazer cumprir todas as deliberações da Assembleia Geral;

Parágrafo 8º - Resolver sobre a exclusão, ou suspensão temporária, dos associados, encaminhando a Assembleia Geral, o decidido, para deliberação;

Parágrafo 9º - Deliberar sobre o aumento do patrimônio da Associação;

Parágrafo 10 - Dar informações precisas, por meio de regulamentos, sobre os serviços prestados pela Associação;

Parágrafo 11 - Autorizar o Presidente a fazer contratos preciosos e determinar as respectivas condições;

Parágrafo 12 - Aprovar orçamentos e plantas de obras a serem executadas pela Associação;

Parágrafo 13 - Interpretar o presente Estatuto, cumprindo-o de forma integral;

ARTIGO: 10 - Das decisões da Diretoria Executiva, caberá recurso para a Assembleia Geral.

ARTIGO: 11 - O período administrativo terá 03 anos, a contar do dia da eleição até que se complete o mandato.

PARAGRAFO ÚNICO: Não poderá de forma alguma ser prorrogado o mandato da Diretoria Executiva, sendo obrigatória a eleição de 03 em 03 anos, ocorrendo à posse no mesmo dia da eleição. Será permitida apenas uma reeleição, pelo mesmo período.

ARTIGO: 12 - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho Fiscal e Conselho Comunitário para mandato de 03 (três) anos, em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação aberta nas chapas inscritas;

Parágrafo 1º - A formação da Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e direta dos votos;

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com antecedência mínima de trinta dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos neste Estatuto;

Parágrafo 3º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral;

Parágrafo 4º - Somente poderão votar e serem votados os associados que estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

ARTIGO: 13 - Compete a Diretoria Executiva, coletivamente:

Parágrafo 1º - Dirigir a Associação de acordo com o presente Estatuto e administrar o patrimônio promovendo o desenvolvimento da Entidade;

Parágrafo 2º - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as demais decisões da Assembleia Geral;

Parágrafo 3º - Reunir-se ordinariamente a cada 10 (dez) dias e extraordinariamente quando houver convocação;

Parágrafo 4º - Manter a escrituração em dia;

Parágrafo 5º - Promover e incentivar a criação de comissões de departamento com função de assessoria as atividade da Entidade e o Conselho Comunitário;

Parágrafo 6º - A contratação e remuneração de prestação de serviços especializados, como jornalistas, radialistas, redatores, locutores, técnico de som e informática; e outros profissionais especializados em manutenção da emissora de rádio administrada pela Associação;

Parágrafo 7º - Acompanhar e seguir orientações do Conselho Comunitário;

Parágrafo 8º - As decisões da diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a participação garantida da maioria simples de seus membros.

Parágrafo 9º - A contratação e demissão dos funcionários dependerão de aprovação da maioria absoluta da Diretoria Executiva;

Parágrafo 10 - Convocar a Assembleia Geral;

Parágrafo 11 - Prestar contas bimestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente à Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela Assembleia Geral;

Parágrafo 12 - Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;

Parágrafo 13 - Autorizar a aquisição de equipamentos;

Parágrafo 14 - Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade;

Parágrafo 15 - Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Entidade.



ARTIGO: 14 - Caberá a cada diretor, individualmente:

Parágrafo 1º - Dirigir e administrar os serviços prestados pela Entidade dentro do Estabelecido no Estatuto;

Parágrafo 2º - Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

Parágrafo 3º - Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

Parágrafo 4º - Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria Executiva;

Parágrafo 5º - Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ARTIGO: 15 - Compete ao Presidente:

Parágrafo 1º - Presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

Parágrafo 2º - Representar a Associação em Juízo e fora dele;

Parágrafo 3º - Convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;

Parágrafo 4º - juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques, pagar contas e assinar balancetes;

Parágrafo 5º - Conceder férias; conceder licença a funcionários; ordenar e pagar despesas autorizadas nas formas do orçamento, e juntamente com o tesoureiro assinar cheques e documentos contábeis;

Parágrafo 6º - organizar relatório das ocorrências do ano anterior, apresentado-o a Assembleia Geral Ordinária de provisões orçamentárias e de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício, relação dos filiados e balanço financeiro;

Parágrafo 7º - Apresentar ao final de cada ano um relatório minucioso a Assembleia Geral, sobre os fatos ocorridos durante sua administração.

Parágrafo 8º - Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;

Parágrafo 09º - Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa.

ARTIGO: 16 - Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo 1º - Substituir o presidente em seus impedimentos temporários, ou definitivos até o final do mandato da Diretoria Executiva;

ARTIGO: 17 - Compete ao Secretário:

Parágrafo 1º - Redigir, assinar as atas junto com o presidente, ler, aberta as sessões, as atas das reuniões da Mesa e das Assembleias Gerais, e manter a transcrição em dia das atas das Assembleias Gerais, e das reuniões da Diretoria Executiva e Conselhos da Entidade;

Parágrafo 2º - Redigir as correspondências da Associação e manter em bom estado sob sua guarda todo arquivo de livros da Associação;

Parágrafo 3º - Manter o livro com o registro de todos os associados atualizado e apresentá-lo a Diretoria Executiva e as Assembleias quando solicitado;

Parágrafo 4º - Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;

Parágrafo 5º - Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ARTIGO: 18 - Compete ao Tesoureiro:

Parágrafo 1º - Arrecadar e fiscalizar todos os valores da Associação e responder por eles;

Parágrafo 2º - Abrir contas bancárias em estabelecimentos designados pela Diretoria Executiva, depositar os valores recebidos; assinar cheques junto com o presidente; manter nas contas os valores da Associação proveniente de todas as receitas, como contribuições e apoio cultural, entre outras, podendo aplicá-los, ouvido sempre a Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Efetuar pagamentos dos impostos e outros autorizados;

Parágrafo 4º - Supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade;

Parágrafo 5º - Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e balanço anual.

Artigo: 19 - Compete ao Diretor de Operações:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões de Diretoria Executiva, contribuindo com as suas funções coletivas;

Parágrafo 2º - Implementar e supervisionar a programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões

ARTIGO: 20 - Compete ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

Parágrafo 1º - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções Coletivas;

Parágrafo 2º - Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

Parágrafo 3º - Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada; sistemática e eficiente à divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

Parágrafo 4º - Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, Regimentos Internos e documentação enviada pelo Conselho Comunitário, com pareceres sobre a programação da Emissora de Rádio, entre outros.

Artigo: 21 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

Parágrafo 1º - Manter sob seu controle todos os patrimônios da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

Parágrafo 2º - Implementar o arquivo histórico da Associação em áudio, vídeo e material gráfico.

ARTIGO: 22 - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de cinco membros. Em caso de empate nos processos de votação caberá ao voto do Presidente à decisão.

Do Conselho Fiscal:

ARTIGO: 23 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e será coordenado por um Presidente e um Secretário, com mandato de 03 (três) anos:

Parágrafo Único - O mandato do conselho Fiscal terá duração igual ao da Diretoria Executiva, ou seja, 03 (três) anos, sendo eleito juntamente com a mesma, mediante a apresentação de chapa completa e com posse no mesmo dia. Os candidatos tem que estar em dias com suas obrigações Estatutárias.

Artigo: 24 - Compete ao conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com os negócios da entidade, ou ainda reunirá extraordinariamente a pedido da Diretoria Executiva ou por maioria simples de seus membros;

Parágrafo 1º - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos;

Parágrafo 2º - Fiscalizar todas as atividades da Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Rubricar e fiscalizar toda documentação contábil;

Parágrafo 4º - Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;

Parágrafo 5º - Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes trimestrais;

Parágrafo 6º - Compete ao Conselho Fiscal convocar Assembleia Geral Extraordinária quando for o caso;

Parágrafo 7º - Será automaticamente cassado o mandato do Conselheiro que deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justa causa, a critério dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 8º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registradas em livro próprio de "Atas".

Do Conselho Comunitário:

Artigo: 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, 05 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas dentro da área de execução dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo 1º - Dentre os eleitos serão escolhidos um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, os quais entre si distribuirão as atribuições;

Parágrafo 2º - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Parágrafo 3º - O conselho comunitário reunir-se-á cada 01 (um) ano para análise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria Executiva, verificando a sua adequação às metas estabelecidas;

Parágrafo 4º - Aprovação da programação da Emissora.

Parágrafo 5º - Convocar Assembleia Geral Extraordinária quando achar necessário.

ARTIGO: 26 - O presente estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, de conformidade com o Estatuto.

ARTIGO: 27 - A Associação não remunera por quaisquer formas, os cargos de sua Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Deliberativos ou Consultivos, e não distribuirão lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Das Eleições e Posse:

Artigo: 28 - As Eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário realizar-se-ão de 03 (quatro), em 03 (Três) anos, obrigatoriamente até o dia 26 do mês de janeiro, devendo ser disputadas por chapas completas da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, durante a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim, mediante voto secreto e sendo possível a reeleição de seus membros por apenas uma vez.

Artigo: 29 - Quando da eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, se apenas uma chapa for apresentada, ficará a critério do presidente da Assembleia Geral a aprovação por aclamação.

Artigo: 30 - Em caso de demissão coletiva, as eleições realizar-se-ão também por Assembleia Geral Extraordinária, na mesma forma estabelecida por esse Estatuto;

Artigo: 31 - O direito do voto é pessoal, individual e intransferível, não podendo ser inclusive exercido por procuradores:

Parágrafo 1º - O associado que quiser se candidatar deverá apresentar-se para registro na Secretaria, até 08 (oito) dias antes da data da votação, desde que faça parte de uma chapa completa de candidatos.

Parágrafo 2º - Só poderão concorrer ao pleito as chapas devidamente registradas, em tempo hábil, pela Secretaria que, durante o dia da votação, deverão estar afixadas na banca receptora de votos.

Parágrafo 3º - Poderão ser registradas chapas para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário (caso haja), separadamente, sendo vedado somente o registro de nomes para cargos isolados.

Parágrafo 4º - É facultado ao candidato que encabeçar uma chapa (da Diretoria ou do Conselho Fiscal ou Conselho Comunitário) promover a retirada do registro de sua chapa até 01 (uma) hora antes do horário marcado para o início da votação.

Parágrafo 5º - Os recursos contra o trabalho exercido nas Eleições poderão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias após as eleições, para o julgamento em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal fim.

Artigo: 32 - A posse será dada pelo Presidente em Assembleia, por meio de um termo lavrado em livro próprio, o qual deverá ser assinado por todos os eleitos.

CAPITULO VI**Das Receitas e Despesas****ARTIGO 33 - A Associação advirá:**

Parágrafo 1º - Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

Parágrafo 2º - Da contribuição mensal dos associados;

Parágrafo 3º - A Associação se manterá com os valores arrecadados das contribuições dos associados; das doações; da prestação de serviços e subvenções oficiais municipais, estaduais e federais; recursos que sempre serão aplicados nas finalidades da Entidade, consignadas neste Estatuto;

Parágrafo 4º - De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim de acordo com a orientação Estatutária;

Parágrafo 5º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade;

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE BAURURU - SP
MICROFILMADO - Nº 64.877

Parágrafo 6º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito, ou por força judicial;

Parágrafo 7º - A Associação aplicará integralmente no território nacional todas as receitas; rendas; rendimentos; ou eventual resultado operacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais de acordo com o artigo 3º do inciso IV do Decreto nº 2.536/98;

ARTIGO: 34 - As despesas da Entidade podem ser:

Parágrafo 1º - As despesas operacionais podem ser com o aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos eletrônicos, material de escritório, custo para manutenção de equipamentos, contratação de engenheiros para apresentação de projetos técnicos, contratação de profissionais liberais para pareceres e serviços de advocacia.

Parágrafo 2º - Pagamento de mão de obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

CAPITULO VII

Da prestação de Contas:

ARTIGO: 35 - A prestação de contas da Associação deverá observar, no mínimo:

Parágrafo 1º - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

Parágrafo 2º - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório das atividades sociais e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto aos Órgãos governamentais brasileiros, colocando todos estes documentos à disposição para o exame de qualquer associado;

Parágrafo 3º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VIII

Do Exercício Social:

ARTIGO: 36 - O exercício fiscal da Associação terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Associação, de conformidade com as disposições legais.

CAPITULO IX

Da Dissolução e Liquidação:

ARTIGO: 37 - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim de acordo com o Estatuto e com aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados;

Parágrafo 1º - Da pauta deverá constar como obrigatória a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia;

Parágrafo 2º - Em caso de decisão da Assembleia Geral pela dissolução e liquidação da Associação, caso haja

dividas na data, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, e o saldo restante deste patrimônio deverá ser doado sendo destinado em benefício de uma Instituição congênera, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou Entidade Pública.

Capítulo X

Das Disposições Gerais

ARTIGO: 38 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

ARTIGO: 39 - As dúvidas ou conflitos entre os associados e a Associação, oriundas deste Estatuto Social, serão resolvidas, por meio de arbitragem, de acordo com a Lei brasileira e referendadas pela Assembleia Geral, quando não puderem ser resolvidas pela Diretoria. Os associados firmarão, individualmente, termo próprio de compromisso, na oportunidade da filiação a esta Associação.

ARTIGO: 40 - Fica o presente Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2013, será registrado na forma da Lei, impresso e distribuído aos associados, entrando em vigor imediatamente, podendo ser reformulado sempre que os interesses da Associação assim exigirem.

Arealva-SP, 03 de julho de 2018.

Raphael Candioto Pereira

Presidente

Rogério Aparecido Marqui

Secretário

Dr. Nilson Luiz De Vides

OAB/SP - 115.682

**2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU – SP**

RUA RIO BRANCO, 16-56- VILA AMERICA
CEP Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

LUIS MARCIO OLINTO PESSOA
OFICIAL

CERTIFICA

Que o presente título foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº 64.877 MICROFILMADO sob o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE AO REGISTRO nº 2.464 do Livro A-PJ, em **04 de julho de 2018**. O referido é verdade e dou fé.

Bauru, 04 de julho de 2018.


EDISON AUGUSTO CONÇALVES
Escrevente Autorizado

EMOL:	150,45	SNOREG:	7,90
EST.:	42,73	T. JUST.:	10,31
IPESP:	29,31	ISS:	2,88
M.P.:	7,25	TOTAL:	250,83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 616-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT







ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 43.157.502-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/AGO/97

NOME RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

FILIAÇÃO PAULO PADANOSQUE PEREIRA

E SOLANGE APARECIDA CANDIOTO PEREIRA

NATURALIDADE BAURU -SP DATA DE NASCIMENTO 11/AGO/1982

DOC ORIGEM BAURU-SP

CPF 1.508.714.149/FLS.160V/N.022724

DELEGADO REGIONAL DA POLÍCIA DE BAURU

ODCLAR VANDER

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

306.602.938-70

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

11/08/1982

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8800-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT
MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

DATA DE EXPEDIÇÃO: 12/JUN/2014

NOME: ANTONIO JOÃO CARRARO

FILIAÇÃO: SILVIO CARRARO

E APARECIDA DE CARLI

NATURALIDADE: AREALVA -SP

DOC ORIGEM: PEDERNEIRAS-SP

AREALVA

CC: LV.B15 /FLS.218 /N.000315

CPF: 251145498/04

ASSINATURA DO TITULAR

B736-062409

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.343.125-X

DATA DE EXPEDIÇÃO 12/JUN/2014

NOME ANTONIO JOÃO CARRARO

FILIAÇÃO SILVIO CARRARO

E APARECIDA DE CARLI

NATURALIDADE AREALVA -SP

DATA DE NASCIMENTO 15/JUL/1946

DOC ORIGEM PEDERNEIRAS-SP

AREALVA

CC: LV.B15 /FLS.218 /N.000315

CPF 251145498/04

ASSINATURA DO DIRETOR

208 Delegado Divisionário

Roberto da Silva IIRGD.SSP/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

C/C

NASCIMENTO 15.07.46

INSCRIÇÃO NO CPF 251 145 498 04

CONTRIBUINTE

ANTONIO JOAO CARRARO

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Antonio João Carraro

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	20.926.237
DATA DE EXPEDIÇÃO	12/JUN/86
NOME	ROGÉRIO APARECIDO MARQUI
FILIAÇÃO	Pedro Marqui Neuza Galan Marqui
NATURALIDADE	AREALVA - SP.
DATA DE NASCIMENTO	24/NOV/1971
DOC. ORIGEM	Pederneiras-SP/Arealva
CN. Livro Nº A-24/Fls. 179/nº 10.785	
CPF	
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

141269868 55

ROGERIO APARECIDO MARQUI

24.11.71

「001/0893-6」

1 8 /04 /89

BANCO DO BRASIL

Aracaju (SP)

「82000/8167」

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 616-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



Rogério Ap. Marqui
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.681.696-2 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 14/02/2015

NOME
JAIR ANTONIO LONGO

FILIAÇÃO
PAULO LONGO
LUZIA FAZIO LONGO

NATURALIDADE
AREALVA - SP

DATA DE NASCIMENTO
15/08/1955

DOC ORIGEM
PEDERNEIRAS-SP AREALVA CC:LV.B16 /FLSº6 /Nº00400

CPF
797612408/00

Assinatura do Diretor
Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisório IIRGD-SP-SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JAIR ANTONIO LONGO

DATA DE NASCIMENTO
15/08/55

Nº INSCRIÇÃO
339587201-67

ZONA
300

SEÇÃO
0132

MUNICÍPIO/UF
AREALVA SP

DATA DE EMISSÃO
18/09/86

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

15/08/1955

JAIR ANTONIO LONGO

797.612.408-00

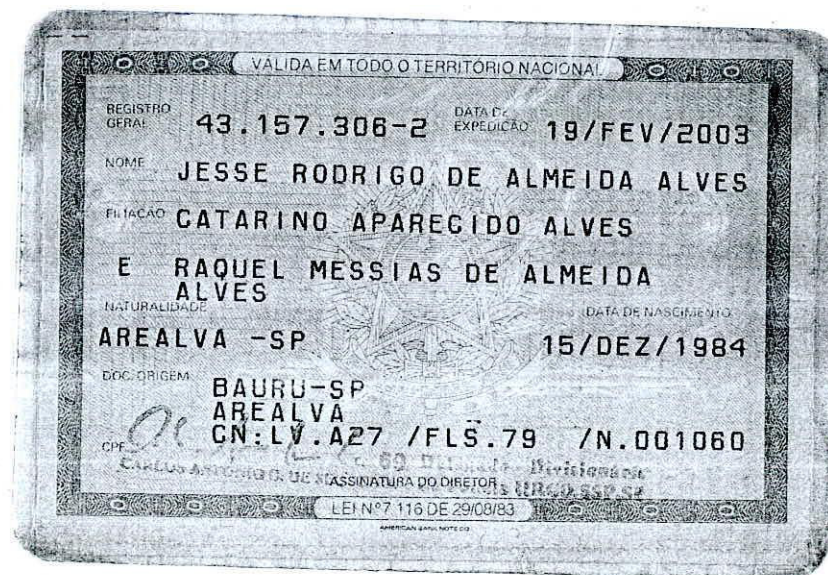
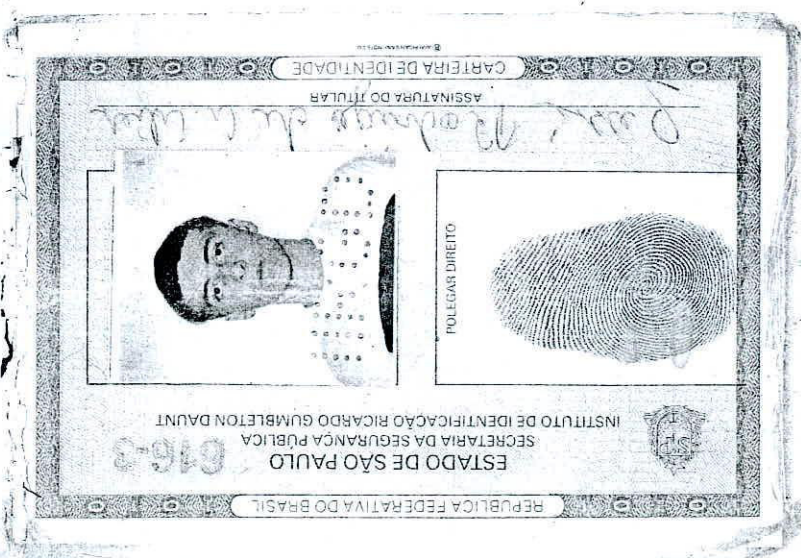
Cadastro de Pessoas Físicas

CPF

Secretaria da Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA







MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

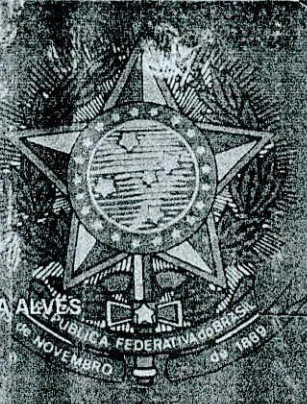
342 048 458-51

Nome

JESSE RODRIGO DE ALMEIDA ALVES

Nascimento

15/12/1984



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8083-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR



Guaraci Gomes Carvalho

SINATURA DO TITULAR

B531-0128-3

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS DRAG & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.604.857-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/NOV/2009

NOME GUARACÍ GOMES CARVALHO

FILIAÇÃO EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO

E TEREZA GOMES CARVALHO

NATURALIDADE AREALVA -SP DATA DE NASCIMENTO 08/JUL/1955

DOC. ORIGEM PEDERNEIRAS-SP

AREALVA

CC: LV.B15 /FLS.66 /N.000163

CPF 825974648649

Dr. A. L. L. 01 D. legado, Divisionário

CARLOS ANTONIO DE PEREIRA de Polícia IIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS DRAG & SONS



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **825.974.648-49**

Nome: **GUARACI GOMES CARVALHO**

Data de Nascimento: **08/07/1955**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:46:34** do dia **05/07/2018** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **05F1.EA88.7CDD.7581**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 0616-3

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DALLAT

PROIBIDO PLASTIFICAR

Taiane Ap. C. de Oliveira

B429-043540

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 48.232.475-2 DATA DE EXPIRAÇÃO 21/DEZ/2006

COGME
FUNDAC
TAIANE APARECIDA CRONJARJER DE OLIVEIRA
WASHINGTON DE OLIVEIRA

E MARIA HELENA CRONJARJER

IACANGA -SP 22/SET/1992

DOG ORIGEM IBITINGA-SP
IACANGA
CN:LV.A30 /FLS.127 /N.003055

CP
Q. A. L. C. 33 Delegado Divisionário
CARLOS ANTONIO G. ASSINATURA DO DIRETOR IIRCD-SP SP

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
403.505.368-64

Nome
TAIANE APARECIDA CRONJARJER DE OLIVEIRA

Nascimento
22/09/1992

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITARIO


RADCOM SOL DE AREALVA

APÓS TODAS ETAPAS LEGAIS ESTATUTÁRIAS CUMPRIDAS, CONFORME OS DOCUMENTOS ANEXOS, RELATAMOS QUE AS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA RADCOM SOL DE AREALVA, CONFORME A ATA ANEXA, SUPRI TODAS AS NECESSIDADES ESTABELECIDAS NA LEI DE RADCOM, E A GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADIO SOL FM , DOC.ANEXO É ALTERNADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA COMUNIDADE, COM INCLUSÃO DE PROGRAMAS OU VEICULAÇÕES DE INTERESSES SOCIAIS LOCAIS.

AREALVA 4 DE JULHO DE 2018.



WAGNER GONSALVES DOS SANTOS
(SANTA CASA DE AREALVA)



PAULO JULIANO NICOLIELO JR.
("A.P.A.E")

BENEDITO APARECIDO JORGE
(VILA VICENTINA DE AREALVA)



LUIS CARLOS MORELLI
(ASSOC. DOS MORADORES RIV. TIÊTE)



ANTONIO DORIVAL SPEDO
(CLUBE TERCEIRA IDADE DE AREALVA)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO SOL FM – 87,9 MHz - AREALVA-SP

Aos quatro (4) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito (2018), às 20 horas, na Rua Amador Fernandes Pereira, 46, Residencial Bela Vista, Arealva-SP, reuniu-se o em atendimento aos preceitos da Lei, o Conselho Comunitário da RACOM da Associação Beneficente Cultural de Comunicação Solidariedade de Arealva-SP, sendo registrado a presença dos 5 (cinco) conselheiros eleitos em 26 de Janeiro de 2017, representando as seguintes entidades legalmente constituídas no município: (1) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva, CNPJ: 01.607.788/0001-61, com sede Avenida Matão, 609, Arealva, SP; sendo representadas pelo senhor Paulo Juliano Nicolielo Junior, brasileiro, pecuarista, RG/SSP/SP, 6.913.58, CPF do MF: 395.806.268-53, residente a Rua Dídimo Maulaz Silva, 322, centro, Arealva, SP; (2) Vila Vicentina de Arealva, CNPJ: 50.830.314/0001-90, com sede na Avenida da Saudade, 593, centro, Arealva-SP; sendo representada pelo vice-presidente Benedito Aparecido Jorge, brasileiro, casado, autônomo, RG/SSP/SP, 11.506.681, CPF do MF: 825.971.978-91, residente a Rua José Antônio de Faria, 313, vila são pedro, Arealva-SP; (3) Renascer Clube da Terceira Idade, CNPJ: 02.922.670/0001-90, com sede a Rua Antonio Ferreira, 594, centro, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Antonio Dorival Spedo, brasileiro, casado, aposentado, RG/SSP/SP, 5720696, CPF do MF: 515894438-53, residente Rua Pedro Abel, 400, Arealva, SP; (4) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Arealva, CNPJ: 50.741.701/0001-50, com sede a Rua Jacinto Ribeiro de Barros, 342, centro, Arealva, SP, representada pelo senhor: Wagner dos Santos Gonçalves, brasileiro, solteiro, autônomo, RG/SPP/SP, 42.824.396-4, CPF do MF: 338.871.338-38, residente a Rua Thomas Perez, 61, Santa Isabel, Arealva, SP; (5) Associação do Condomínio Residencial Riviera do Tietê, com sede na Rua Três, lote 4, quadra B, Riviera do Tietê, Arealva, SP, sendo representada pelo presidente Luiz Carlos Morelli, brasileiro, solteiro, empresário, RG/SSP/SP, 6.732.701-1, CPF do MF: 621.733.838-68, residente a Rua Três, s/n, Condomínio Riviera do Tietê, Arealva, SP. Em cumprimento a pauta da reunião, o Conselho aprovou a grade de programação da emissora administrada pelo presidente, Wagner dos Santos Gonçalves, verificando que a RÁDIO SOL FM, segue os preceitos da Lei que rege este tipo de emissora no País, oferecendo aos seus ouvintes uma programação com jornalísticos; de orientação educacional; de conscientização ecológica; de mudanças de hábito para melhorar a convivência da comunidade, bem como mantém aberto o espaço na programação para opiniões dos ouvintes sobre os acontecimentos na área de abrangência da RADCOM e prioriza a divulgação da música nacional. Dentro da grade de programação analisada por este Conselho, ficaram registradas as seguintes aprovações ao trabalho desenvolvido pela direção da emissora e sugestões para a programação: (1)- Apoio da rádio na divulgação de arrastões contra a dengue recolhendo o lixo dos quintais na área de abrangência da emissora, bem como manter os programas de orientação sobre saúde. (2)-continuação do apoio da rádio nas divulgações das ações de solidariedade em favor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Arealva, da Vila Vicentina de Arealva e APAE de Arealva, (3) apoio da rádio na divulgação das ações culturais e esportivas de sua área de abrangência, (4), continuação do apoio da emissora as palestras e reuniões destinadas aos produtores rurais e pecuaristas com o intuito de fortalecer ainda mais os programas de geração de renda aos pequenos proprietários da área de abrangência da emissora. (5), oferecer espaço radiofônico os alunos matriculados nas escolas do município, para que esses possam expressar seus conhecimentos na área de comunicação social, organizando uma programação voltada para a comunidade estudantil. (6)-grade de programação. Desta forma, ficam registradas as orientações do Conselho Comunitário dentro do estabelecido na Lei da RADCOM, à direção da RÁDIO SOL FM. Nada mais havendo a tratar, fica registrado o desejo de sucesso à diretoria da RÁDIO SOL FM, e que a emissora continue sendo administrada da forma democrática de sempre, possibilitando uma excelente prestação de serviço de comunicação social a comunidade arealvense. Eu, Luiz Carlos Morelli, secretariei a presente reunião do Conselho Comunitário, presidida pelo senhor Wagner dos Santos Gonçalves. A Ata lida e achada de conforme foi aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, e pelos demais membros do referido Conselho Comunitário, com mandato para até 12 de Fevereiro de 2020. Arealva, SP, 4 de Julho de 2018.

Wagner dos Santos Gonçalves - (Presidente)

Luiz Carlos Morelli - (Secretário)

Reunião do Conselho Comunitário da Rádio SOL FM: 04/07/2018

Lista de presença:

01 Luiz Carlos Morelli _____

CPF do MF: 621.733.838-68 RG:6.732.701-1

02 - Paulo Juliano Nicolielo Junior _____

CPF do MF: 395.806.268-53 - RG: 6.913.548

03 - Wagner dos Santos Gonçalves _____

CPF do MF:338.871.338-38 - RG/SSP/SP 42.824.396-4

04 - Antonio Dorival Spedo _____

CPF do MF: 515894438-53 - RG/SSP/SP, 5720696

05 - José Benedito Jorge _____

CPF do MF: 825.971.978-91 - RG/SSP/SP, 11.506.681

Arealva-SP, 04 de julho de 2018.



Wagner dos Santos Gonçalves
Presidente

**Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de
Arealva**
CNPJ - 03.628.758/0001-67
**Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista - Centro - Arealva - SP - CEP
17.160-000**

Relação dos membros do Conselho Comunitário: 2018/2020

Presidente: - Wagner dos Santos Gonçalves

Vice-Presidente: - Paulo Juliano Nicolielo Júnior

Secretário: - Luiz Carlos Morelli

Membro: - Antonio Dorival Spedo

Membro: - ~~José Benedito Jorge~~

Benedito Aparecido Jorge

Arealva-SP, 30 de junho de 2018.



Wagner dos Santos Gonçalves

Presidente



ANEXO

GRADE DE PROGRAMAÇÃO RÁDIO SOL FM

GRADE DE DOMINGO



5:00

- IDENTIFICAÇÃO

- HINO NACIONAL

-PROGRAMA BATIDAO SERTANEJO (5:05 AS 8:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

9:00

-FLASH BACK (9:00 AS 11:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

12:00

-SHOW DA TARDE (12:00 AS 14:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

15:00

-PROGRAMADOR 87 (15:00 AS 16:25) - PROGRAMA AUTOMATICO

16:00

-SERTANEJO CLASSE A (16:00 AS 18:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

19:00

-ZONA LIVRE (19:00 AS 20:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

21:00

-LOVE SONGS (21:00 AS 22:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

23:00

-IDENTIFICAÇÃO - ENCERRAMENTO

GRADE DE PROGRAMAÇÃO RÁDIO SOL FM

GRADE DE SABADO



5:00

- IDENTIFICAÇÃO

- HINO NACIONAL

-PROGRAMA BATIDAO SERTANEJO (5:05 AS 8:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

-----7:20 - PROGRAMA CIDADE GOSPEL (7:20 AS 7:25) – COM PASTOR FRANCISCO

9:00

-MODA BOA E COMPANHIA (9:00 AS 11:55) – COM VEINHO

12:00

-PROGRAMADOR 87 (12:00 AS 13:35) – PROGRAMA AUTOMATICO

13:40

-TARDE UNIVERSITARIA (13:40 AS 16:55) - PROGRAMA AUTOMATICO

17:00

-SABADAÇO (17:00 AS 19:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

20:00

-RITMOS DA 87FM (20:00 AS 21:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

22:00

-ASMAIS PEDIDAS DA SEMANA (22:00 AS 23:50) – PROGRAMA AUTOMATICO

23:55

-IDENTIFICAÇÃO - ENCERRAMENTO

GRADE DE PROGRAMAÇÃO RÁDIO SOL FM

GRADE SEGUNDA A SEXTA



5:00

- IDENTIFICAÇÃO

- HINO NACIONAL

-PROGRAMA NASCER DA SOL (5:05 AS 7:55) – COM ALVAIR MIRANDA

-----7:20 - PROGRAMA CIDADE GOSPEL (7:20 AS 7:25) – COM PASTOR FRANCISCO

8:00

-BOM DIA AREALVA (8:00 AS 10:55) – COM PAULO SERGIO

11:00

-AS MAIS MAIS DA MANHA (11:00 AS 12:55) – COM TOM

13:00

-FLASH BACK (13:00 AS 13:55) - PROGRAMA AUTOMATICO

14:00

-ZONA LIVRE (14:00 AS 15:35) – COM GIBA

15:40

-PROGRAMADOR 87 (15:40 AS 16:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

17:00

-MODA BOA E COMPANHIA (17:00 AS 18:55) – COM VEINHO

19:00

-VOZ DO BRASIL (19:00 AS 20:00)

20:05

-AS MAIS PEDIDAS DO DIA (20:05 AS 20:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

21:00

-ZONA LIVRE (21:00 AS 21:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

22:00

-FLASH BACK (22:00 AS 22:55) – PROGRAMA AUTOMATICO

23:00

-IDENTIFICAÇÃO - ENCERRAMENTO



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição : 03628758/0001-67
Razão Social : ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULT COMUNICACAO COM AREALVA
Endereço : RUA PEDRO PEREIRA 388 / CENTRO / AREALVA / SP / 17100-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/06/2018 a 17/07/2018

Certificação Número: 2018061816180664488712

Informação obtida em 18/06/2018, às 16:18:06.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA**
CNPJ: 03.628.758/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:20:40 do dia 05/07/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/01/2019.

Código de controle da certidão: **7E6E.9916.1CB3.BC2B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

**Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de
Arealva**
CNPJ - 03.628.758/0001-67
Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista - Arealva - SP - CEP 17.160-000

Processo nº **53900.050612/2015-51**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

Localidade: Arealva / SP.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Carta 1209280).

1.1) Data do recebimento: 27/6/2016.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 4 a 6 (Requerimento 3165554).

2) Declaração de conformidade: fls. 4 a 6 (Requerimento 3165554).

3) Estatuto Social: fls. 11 a 23 (Requerimento 3165554).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, **caput**;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º, **caput** e § 4º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, **caput** e § 13;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 9º;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 11, parágrafo único (três anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 2º e 3º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 4º;

e) Direitos dos associados: art. 4º, **caput**;

f) Deveres dos associados: art. 4º, §§ 7º e 12;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 4º, § 14;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 33;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 6º;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: arts. 6º, § 13, e 37;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 6º, 9º, 24 e 35;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 6º, **caput** e § 13;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 28 e ss.;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 6º, § 1º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 37.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 2 a 4 (Ata 1851734). (26/1/2017 - 25/1/2020)

Presidente: Raphael Candioto Pereira;

Vice-Presidente: Antônio João Carraro;

Secretário(a): Rogério Aparecido Marqui;

Tesoureiro(a): Jair Antônio Longo;

Diretor(a) de Operações: Jesse Rodrigo de Almeida Alves;

Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social: Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira;

Diretor(a) de Patrimônio: Guaraci Gomes Carvalho.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24 a 34 (Requerimento 3165554).

6) CNPJ: fl. 7 (Carta 1209280).

7) Certidão Negativa da Anatel: fl. .

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 35 a 41 (Requerimento 3165554).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): fl. 42 (Requerimento 3165554).

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: fl. 43 (Requerimento 3165554).

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 2987056.

*****PENDÊNCIAS:**

- Não foi possível emitir certidão negativa da Anatel.

*****CONCLUSÃO:**

- Realizou-se pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Raphael Candioto Pereira	11/08/1982	306.602.938-70	43157502-02 (SSP/SP)	Solange Aparecida Candioto Pereira / Paulo Padanosque Pereira	301820580191	-	
Vice-Presidente	Antonio Joao Carraro	15/07/1946	251.145.498-04	5343125-X (SSP/SP)	Aparecida de Carli / Silvio Carraro	033948630116	PSB	
Secretário(a)	Rogério Aparecido Marqui	24/11/1971	141.269.868-55	20926237 (SSP/SP)	Neuza Galan Marqui / Pedro Marqui	179704190124	PSB	
Tesoureiro(a)	Jair Antonio Longo	15/08/1955	797.612.408-00	8681696-2 (SSP/SP)	Luzia Fazio Longo / Paulo Longo	033958720167	PT	
Diretor(a) de Operações	Jesse Rodrigo de Almeida Alves	15/12/1984	342.048.458-51	43157306-2 (SSP/SP)	Raquel messias de Almeida Alves / Catarino Aparecido Alves	323311770167	-	
Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social	Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira	22/09/1992	403.505.368-64	48232475-2 (SSP/SP)	Maria Helena Cronjarjer / Washington de Oliveira	393803770159	-	
Diretor(a) de Patrimônio	Guaraci Gomes Carvalho	08/07/1955	825.974.648-49	9604857-8 (SSP/SP)	Tereza Gomes Carvalho / Eduardo pereira de Carvalho	033957020191	PSB	

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 26059/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 11562/2018/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, verificou-se que a Entidade se encontra devedora. Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada.

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 26/11/2018, às 08:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3613526** e o código CRC **F0614602**.

Minutas e Anexos

Checklist Roteiro RadCom (3613524).

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 3613526

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 46952/2018/SEI-MCTIC, 28/11/2018

53900.050612/2015-51

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 – Resid. Bela Vista

17.160-000 Arealva / SP

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

11/12/18

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

16434509-8

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTAgente de Correios
Matr. 81038712
AC - AREALVA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07**

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08481917 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

07 DEZ 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília - DF

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 46952/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA** (CNPJ nº 03.628.758/0001-67)

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 - Residencial Bela Vista
17.160-000 - Arealva - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26059/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga**



Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em
28/11/2018, às 16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014
e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
3613540 e o código CRC **5A3FE02D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 46952/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050612/2015-51 - Nº SEI: 3613540

01250.000115/2019-33

Ass. Benef. Cultural de Comunicação Comu. Com. Solidariedade de Arealva – SP.

Rua: Amador F Pereira – n - 46 Res. B. Vista.

CEP – 17160-000

CNPJ – 03.628.758/0001-67

Ref: Ofício n.46952/2018/SEI-MCTIC

Proc n.53900.050612/2015-51

Prezados Sr(a);

Conforme solicitação através do ofício (Doc) anexo, estamos enviando “Certidão Negativa de Debitos de receitas administradas pela agência nacional de telecomunicações (ANATEL).

Arealva, 26 de Dezembro de 2018.



Raphael Candioto Pereira

Presidente

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 02/01/19 às 14:30 horas

Assinatura: Ailton Silva



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 46952/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA** (CNPJ nº 03.628.758/0001-67)

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 - Residencial Bela Vista

17.160-000 - Arealva - SP

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050612/2015-51.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26059/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

NOTA TÉCNICA Nº 26059/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. **A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 11562/2018/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, verificou-se que a Entidade se encontra devedora. Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada.

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS. BENEF. CULT. DE COMUNICACAO COMUNIT. SOLIDARIEDADE

CNPJ: 03.628.758/0001-67

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:54:53 do dia 26/12/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/01/2019.

Certidão expedida gratuitamente.



Betha Embalagens

/SUSU636

PAÍS DE ORIGEM: R.P.C.
 CFP: 25230-030
 ENDEREÇO DE DESTAÇÃO
 CUIABÁ-MS, PESTRUPOLIS
 AV. MASCARENHAS DE MORAIS, 990
 C/P: 03.786.147 / 0001-47
 RIO CHEM'S IMPORT & EXPORT LTDA
 IMPORTADO POR:
 45 mm x 100 mm x 40 mil
 FITA ADESIVA
 ITEM N.º: BRH1274

7 89929206157570

<input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)
<input type="checkbox"/> Recusado (Refused)	<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address)
<input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number)
<input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed)	<input type="checkbox"/> Outros (Other)
<input type="checkbox"/> Ausente (Absent)	

Tentativas de entrega (Delivery attempts)

1ª / / às 2ª / / às 3ª / / às

☐ Informação prestada pelo porteiro ou síndico
 Information provided by the doorman or the condo manager

☐ Reintegrado ao serviço postal em / /
 Reinstated to postal service

Data: / / Assinatura: _____



ETIQUETA

Correios		REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY	
AR	MP	PESO / WEIGHT (kg)	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
JR 41511825 9 BR			

DEPARTAMENTO			TELEFONE/Phone number
END	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES Secretaria de Radiodifusão Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar CEP: 70044-900 / Brasília-DF Fone: (61) 2027-6281		
CEP Zip			PAÍS/Country



BOA TARDE
LUIS FELIPE SOUZA DA SILVA
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Arealva
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA
CNPJ: 03.628.758/0001-67
Nome Fantasia: RÁDIO SOL
Bairro: Residencial Bela Vista
Logradouro: Rua Amador Fernandes Pereira
Número: 46
Telefone: (11) 111
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03628758000167

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 17160000
Número: 46
Município: Arealva
Telefone: 11 111
Logradouro: Rua Amador Fernandes Pereira
Complemento:
Bairro: Residencial Bela Vista
Estado: SP
Distrito:
SubDistrito:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 17160000
Número: .
Município: Arealva
Telefone:
Logradouro: RUA PEDRO PEREIRA, 388
Complemento:
Bairro: CENTRO
Estado: SP
Distrito:
SubDistrito:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 01/08/2006
Data Limite Instalação: 01/02/2007
Número do Processo: 5300000401201
Fistel: 50400048779
Caixa:
Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	639		Portaria	MC	09/12/2003	15/12/2003	Outorga	Jur. ▾
<input type="text"/>	639		Portaria	MC	09/12/2003	15/12/2003	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
<input type="text"/>	49184		ATO	SCM	02/02/2005 1	03/02/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
<input type="text"/>	391		Decreto Legislativo	CN	31/07/2006	01/08/2006	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
<input type="text"/>	60367		ATO	CMPRL	23/08/2006 1	24/08/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

☐ Característica da Estação Instalada

[» Endereços](#)
☐ Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
 Cep: 17160000 Logradouro: Rua Amador Fernandes Pereira
 Número: 46 Complemento: Bairro: Residencial Bela Vista UF: SP
 Município: Arealva Distrito: SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 22S015159 Longitude: 48W544859 Raio: 22

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 22S014300 Longitude: 48W544600

Distância ao Centro do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Raio da Área de Serviço: 1 km

☐ Estúdio Principal

País: Brasil
 Cep: 17160000 Logradouro: Rua Amador Fernandes Pereira
 Número: 46 Complemento: Bairro: Residencial Bela Vista UF: SP
 Município: Arealva Distrito: SubDistrito:

[» Estação Principal](#)
☐ Antena Principal

Fabricante: SARTORI E SARTORI IND. COM. LTDA
 Modelo: CACTUS 250 Ganho: 0 dBd
 Polarização: Vertical Orient. NV: graus
 Beam-Tilt: graus Preenchimento de nulos: (%)
 HCI: 26 metros
 Descrição: DIPOLO 1/2 ONDA
 Máximo: 200 Digitados: 15

☐ Transmissor Principal

Código Equipamento: 006800300528 ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)
 Potência: 25 W
 Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda
 Modelo: SP5025
 Validade:
 Potência Equipamento: W

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).

☐ Linha Transmissão

Fabricante: KMP-PIRELLI
 Modelo: RGC 213 Impedância: 50 ohms
 Comprimento: 30 m Atenuação: 4,5 dB/100m

[» Potência Efetiva Irradiada](#)
☐ Potência Irradiada

$ERP_{MAX}(P_T \times G \times$

E_f): W Ex.: 1234,5678

» Número do Processo e Observações Gerais

☐ Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria: . / Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF: 53500 . 002165 / 2005 Ex.:

Observação:



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 0

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA - CNPJ/CPF(03.628.758/0001-67)

Situação: Entidade devedora
(Bloqueada)

Município/UF: AREALVA/SP

Indicativo: ZYU657

Canal: 200

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

☒



Tela Inicial



Imprimir

DESPACHO

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Assunto: **Exigência técnica.**

1. Após análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação Beneficente Cultural de Comunicação Solidariedade de Arealva**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva / SP**, constatou-se que as características técnicas apresentadas no requerimento de renovação:

I. Indicam uma localização no endereço **Rua Pedro Pedreira** e não **Rua Amador Fernandes Pereira**, conforme verificado nos sistemas internos. Dessa forma, a fim de elucidar tal questionamento, esta coordenação solicita a apresentação de mapa ou planta de arruamento indicando o local do sistema irradiante, com as coordenadas na forma GGº MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF.

2. Encaminhem-se os autos para exigência e análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Analista**, em 26/04/2019, às 11:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4074664** e o código CRC **141307A3**.

Minutas e Anexos

Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (40746274074627)

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 4074664

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:		CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:		CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:		CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Processo nº 53900.050612/2015-51.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Localidade: Arealva / SP.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Carta 1209280).

1.1) Data do recebimento: 27/6/2016.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 4 a 6 (Requerimento 3165554). Irregular

2) Declaração de conformidade: fls. 4 a 6 (Requerimento 3165554).

3) Estatuto Social: fls. 11 a 23 (Requerimento 3165554).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, *caput*;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º, *caput* e § 4º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, *caput* e § 13;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 9º;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 11, parágrafo único (três anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 2º e 3º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 4º;

e) Direitos dos associados: art. 4º, *caput*;

f) Deveres dos associados: art. 4º, §§ 7º e 12;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 4º, § 14;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 33;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 6º;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: arts. 6º, § 13, e 37;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 6º, 9º, 24 e 35;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 6º, *caput* e § 13;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 28 e ss.;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 6º, § 1º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 37.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 2 a 4 (Ata 1851734). (26/1/2017 - 25/1/2020)

Presidente: Raphael Candioto Pereira;

Vice-Presidente: Antônio João Carraro;

Secretário(a): Rogério Aparecido Marqui;

Tesoureiro(a): Jair Antônio Longo;

Diretor(a) de Operações: Jesse Rodrigo de Almeida Alves;

Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social: Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira;
Diretor(a) de Patrimônio: Guaraci Gomes Carvalho.

5) Comprovantes de maioridade e nacionalidade: fls. 24 a 34 (Requerimento 3165554).

6) CNPJ: fl. 7 (Carta 1209280).

7) Certidão Negativa da Anatel: fl. .

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 35 a 41 (Requerimento 3165554).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): fl. .

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: fl. .

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 2987056.

***PENDÊNCIAS:

- De acordo com o Despacho Interno SEARC 4074664, existem divergências em relação às características técnicas informadas no Requerimento de Renovação.

- Não foi possível emitir certidão negativa da Anatel.

- Não foi possível emitir certidão de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

- Não foi possível emitir certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.

***CONCLUSÃO:

- Foi realizada pesquisa no(s) sítio(s) da Justiça Trabalhista (CNDT) e verificou-se que a Radiodifusora se encontra com a situação regular.

- Foi realizada pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.

- Foi realizada pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.

- Foi realizada pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Raphael Candioto Pereira	11/08/1982	306.602.938-70	43157502-02 (SSP/SP)	Solange Aparecida Candioto Pereira / Paulo Padanosque Pereira	301820580191	-	
Vice-Presidente	Antonio Joao Carraro	15/07/1946	251.145.498-04	5343125-X (SSP/SP)	Aparecida de Carli / Silvio Carraro	033948630116	PSB	
Secretário(a)	Rogério Aparecido Marqui	24/11/1971	141.269.868-55	20926237 (SSP/SP)	Neuza Galan Marqui / Pedro Marqui	179704190124	PSB	
Tesoureiro(a)	Jair Antonio Longo	15/08/1955	797.612.408-00	8681696-2	Luzia Fazio Longo /	033958720167	PT	

				(SSP/SP)	Paulo Longo			
Diretor(a) de Operações	Jesse Rodrigo de Almeida Alves	15/12/1984	342.048.458-51	43157306-2 (SSP/SP)	Raquel messias de Almeida Alves / Catarino Aparecido Alves	323311770167	-	
Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social	Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira	22/09/1992	403.505.368-64	48232475-2 (SSP/SP)	Maria Helena Cronjarjer / Washington de Oliveira	393803770159	-	
Diretor(a) de Patrimônio	Guaraci Gomes Carvalho	08/07/1955	825.974.648-49	9604857-8 (SSP/SP)	Tereza Gomes Carvalho / Eduardo pereira de Carvalho	033957020191	PSB	

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 6756/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS) E ÚLTIMA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 26059/2018/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			<p>De acordo com o Despacho Interno SEARC 4074664, existem divergências em relação às características técnicas informadas no Requerimento de renovação.</p> <p>Dessa forma, a Radiodifusora deve esclarecer a situação e, caso tenha(m) sido efetuada(s) alteração(ões) no(s) endereço(s), deve se atentar para os arts. 125 e 126 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações, segundo os quais:</p> <p>"Art. 125. Caso a entidade deseje alterar qualquer característica constante da Licença para</p>

<p>Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso I</p>	<p>Requerimento de renovação.</p>	<p>Funcionamento da Estação, deverá encaminhar pedido de alteração de caráter técnico, acompanhado do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), juntamente com a documentação constante do respectivo formulário.</p> <p>§ 1º O sistema irradiante poderá ter sua localização alterada para qualquer local dentro da área da comunidade atendida, desde que previamente autorizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e observada a distância mínima de quatro quilômetros a partir do sistema irradiante de outra entidade autorizada ou participante de edital em andamento.</p> <p>§ 2º Deferida a mudança, nos termos do § 1º, será publicada Portaria de Alteração de Características Técnicas, tendo a entidade um prazo de sessenta dias, contado da publicação da Portaria, para concretizar a modificação do local do sistema irradiante e adequar o quadro diretivo e a sede para a nova área da comunidade atendida, sob pena das sanções previstas na legislação.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 126. Com exceção dos pedidos de alteração de local do sistema irradiante, as demais alterações de caráter técnico não dependem de prévia anuência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.</p> <p>Parágrafo único. As alterações de que trata o caput devem ser comunicadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo máximo de trinta dias, contado da realização do ato, acompanhadas do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6) e da respectiva documentação necessária".</p>
--	---------------------------------	-----------------------------------	---

		Ressalta-se que, uma vez regularizada(s) a(s) inconsistência(s), deve ser novamente encaminhado Requerimento de renovação contendo todos os dados e declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e assinatura de todos os dirigentes.
Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Consultou-se o sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, e verificou-se que a Entidade se encontra devedora. Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada.
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Consultou-se o sítio da Caixa Econômica Federal e verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Consultou-se o sítio da Receita Federal e verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Salienta-se que esta será a **última** notificação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos, com documentos desconformes com o que foi solicitado ou mesmo se não for possível emitir quaisquer das certidões negativas atualizadas necessárias à instrução processual motivará o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, nos termos do art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico-Administrativo**, em 09/05/2019, às 08:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/05/2019, às 16:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4169418** e o código CRC **B35FF2D1**.

Minutas e Anexos

Anexo - Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (4074627).

Despacho SEARC (4074664).

Anexo Requerimento de Renovação (4169411).



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 15354/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 09 de maio de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA** (CNPJ nº
03.628.758/0001-67)

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 - Residencial Bela Vista
17.160-000 - Arealva - SP

**Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo
nº 53900.050612/2015-51.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6756/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada do Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,




Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/05/2019, às 16:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4169425** e o código CRC **8378DA10**.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 4169425

 **Correios****AR**AVISO DE
RECEBIMENTO

UNIDADE DE POSTAGEM:

MP

REMETENTE: Nome ou Razão Social do Remetente: **Serviço Público Federal****Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC**Endereço para entrega: **Secretaria de Radiodifusão****Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF****Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste**Cidade: **Brasília**UF: **DF**CEP: **7 0 0 4 4 9 0 0****DESTINATÁRIO:** Nome e Razão Social do Destinatário em Negrito

SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC
Ofício nº 15354/2019/SEI-MCTIC, 17/04/2019
Nº Do Processo: 53900.050612/2015-51

RAPHAEL CANDIOTO PEREIRA**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO**
COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 - Residencial Bela Vista****CEP: 17160-000 Arealva / SP**

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h

2ª ____/____/____ : ____h

3ª ____/____/____ : ____h

JU 22749472 0 BR

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5. Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2. Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6. Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3. Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7. Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4. Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8. Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9. Outros: _____ | |

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

JOSE AMARO SANTO I
Agente de Correios
Matr. 81038712
AC - AREALVA

LUGAR PARA ASSINATURA DO RECEBENTOR

Rafael Candioto Pereira

Associação Benef. Cultural de Com. Comunitária Sol. De Arealva, S.P.

Ofício Nº = 15.354/2019

Proc. Nº = 53900.050612/2015-51

Prezado Senhor (a);

Servimos do presente para reportarmos em resposta ao ofício supra citado e esclarecermos que a referida correspondência contendo o pedido chegou em nossas mãos de forma intempestiva pois houve extravio de correspondência, o doc. foi recebido por pessoa alheia a nossa Associação, por isso, a demora para tomarmos conhecimento e providências solicitadas, houve também necessidade de contratação de Escritório Contábil, para juntada de documentação, corroborando com o atraso do envio das exigências solicitadas; a qual passamos a responder as mesmas, conforme elencadas em ofício:

1 – Como corretamente levantou esta Secretaria, as coordenadas geográficas correspondente a localização da emissora foram digitadas de forma trocadas.

Correções já feitas em nosso novo “Requerimento de Renovação de Outorga” (Doc. Anexo), enviamos também planta de arruamento (Doc. Anexo), indicando o local do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas.

2 – Conforme pedido, também segue anexo:

- (a)- Certidão Negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL.
- (b)- Certidão Negativa de débitos junto ao FGTS.
- (c)- Certidão Negativa de Débitos trabalhistas.
- (d)- Certidão Negativa de Débitos Receita Federal.

Arealva 30 de julho de 2019.

Atenciosamente,



Raphael Candioto Pereira

Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 05/08/19 às 14:00 horas
Assinatura: Reneição

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva				
Nome Fantasia:	Rádio Sol	CNPJ:	03.628.758/0001-67		
Endereço de Sede:	Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista				
Município	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Nome do Representante legal:	Raphael Candioto Pereira				
Endereço eletrônico (e-mail):	solfmarealva@hotmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista			
Município	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	Rua Amador Fernandes Pereira, 46 - Residencial Bela Vista			
Município	Arealva	UF:	SP	CEP: 17.160-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 22º 02' 10"S			
	Longitude: 48º 54' 36" W			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar Serviço de Radiofusão Comunitária no Município de Arealva e Estado de São Paulo, como descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para devidos fins, que:

- I – a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleitado;
- II – a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III – a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV – a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeite à gerência, a administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI – a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII – nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII – todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiofusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispões sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX – todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X – todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e


XI – a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

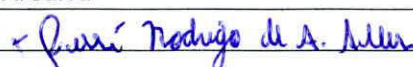
Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.


Nome do dirigente:	Raphael Candioto Pereira				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	301820580191
RG:	43.157.502-02	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	306.602.938-70
Endereço:	Rua João Basílio, 578, Centro				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

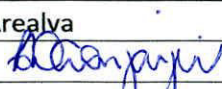
Nome do dirigente:	Antônio João Carraro				
Cargo:	Vice-Presidente			Tit. Eleitor:	33948630116
RG:	5.343.125	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	251.145.498-04
Endereço:	Rua João Basílio, 476, Centro				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Rogério Aparecido Marqui				
Cargo:	Secretário			Tit. Eleitor:	179704190124
RG:	20.926.237	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	141.269.868-55
Endereço:	Rua Eleazar Braga, 666, Centro				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Jair Antônio Longo				
Cargo:	Tesoureiro			Tit. Eleitor:	33958720167
RG:	8.681.696	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	787.612.408-00
Endereço:	Rua Manoel de Oliveira, 162, Centro				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Jesse Rodrigo de Almeida Alves				
Cargo:	Diretor de Operações			Tit. Eleitor:	323311770167
RG:	43.157.302-02	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	342.048.458-51
Endereço:	Rua Antonio Lenharo, 121, Núcleo Dona Lazara				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Guaraci Gomes Carvalho				
Cargo:	Diretor de Patrimônio			Tit. Eleitor:	33957020191
RG:	9.604.857-8	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	825.974.648-49
Endereço:	Rua Serafim Crepaldi, 18, Vila Maria Melhado				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira				
Cargo:	Diretor de Cultura e Comunicação Social			Tit. Eleitor:	393803770159
RG:	48.232.475-2	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	403.505.368-64
Endereço:	Rua Pedro Candido de Oliveira, 39, Conjunto Job Garcia de Almeida				
Município:	Arealva	UF:	SP	CEP:	17.160-000
Assinatura:					

Arealva, 18 de julho de 2019.

Atenciosamente,


Raphael Candioto Pereira

Norte.
município de Iacanga.

Lotea/o
Jard.
Jose Ricardo

Conj Hah
Job Garcia de Almeida

Sul
município de Pederneiras.

Ofício 15354 (4471823)

SEI 01250.039335/2019-57 / pg. 5

Robson Faria Prestes
Eng. Civil - CREA 50602635/29/
RG. 19.421.214-SSP-SP

RG. 19.421.214-SSP-S

RG. 19.421.214-SSP-S

Município de Arealva ~~SP~~
Prefeitura Municipal,

Localização da Radio Sol

Loteamento
João Domingues
Aquilante

Conj Hab
Damascena
Luiz de Vides

Raul Batista
Menti Filho

Lyra Dantas:

lotea/o
Jd. Planalto

Conj Hab
Oliveiro Leutwiller

lotea/o
Jd. Esplanada

Oeste.
município
de Bauru.

Leste.
município
de Itajú

r. 1.000,00m

Longitude 48° 54' 36" W

Latitude 22° 2' 10" S

E 717.000

N	7.561.000
---	-----------

N	7.561.000
---	-----------

BOA NOITE

Raphael Candioto Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

BOLETO »» **Nada Consta** menu ajuda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS. BENEF. CULT. DE COMUNICACAO COMUNIT.
SOLIDARIEDADE
CNPJ: 03.628.758/0001-67

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:00:49 do dia 23/07/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/08/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 03.628.758/0001-67**Razão Social:** ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULT COMUNICACAO COM AREALVA**Endereço:** RUA PEDRO PEREIRA 388 / CENTRO / AREALVA / SP / 17100-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/07/2019 a 28/08/2019**Certificação Número:** 2019073015094147179213

Informação obtida em 30/07/2019 16:27:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.628.758/0001-67

Certidão nº: 178259893/2019

Expedição: 30/07/2019, às 16:32:54

Validade: 25/01/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob

o nº **03.628.758/0001-67**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cert@tst.jus.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA
CNPJ: 03.628.758/0001-67**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:03:51 do dia 31/07/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/01/2020.

Código de controle da certidão: **F1F4.76DC.AF18.CE26**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



		SEDEX	
PESO (kg)	0067	AR	MP
Recebedor			
Assinatura		Documento	
OD 01277562 1 BR			
FC0917/37			

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES.
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radio Comunitária
Esplanada dos Ministérios
Bloco – R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044.900 Brasília - DF

		TELEFONE/Phone number
	UF/State	PAÍS/Country

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA.

Rua Amador Fernandes Pereira, nº 46 –
Resid. Bela Vista
17.160-000 Arealva/SP

REA

END

CEP



765000717

IE/Phone number

PAIS/Country



DEVOLUÇÃO / Return

(CN15)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved) | <input type="checkbox"/> Falecido (Deceased) |
| <input type="checkbox"/> Recusado (Refused) | <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address) |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown) | <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number) |
| <input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed) | <input type="checkbox"/> Outros (Other) |
| <input type="checkbox"/> Ausente (Absent) | |

Tentativas de entrega (Delivery attempts)

1ª ___/___/___ às ___/___/___ 2ª ___/___/___ às ___/___/___ 3ª ___/___/___ às ___/___/___

- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided by the doorman or the condo manager) |
| <input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em ___/___/___ (Reinstated to postal service) |

Data: ___/___/___ Assinatura:
Date Signature

"To recycle materials is to preserve the environment"



BOA TARDE
LUIS FELIPE SOUZA DA SILVA
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Arealva
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA
CNPJ: 03.628.758/0001-67
Nome Fantasia: RÁDIO SOL
Bairro: Residencial Bela Vista
Logradouro: Rua Amador Fernandes Pereira
Número: 46
Telefone: (11) 111
Situação: Entidade não possui débitos
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03628758000167

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 17160000
Número: 46
Município: Arealva
Telefone: 11 111
Logradouro: Rua Amador Fernandes Pereira
Complemento:
Bairro: Residencial Bela Vista
Estado: SP
Distrito:
SubDistrito:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 17160000
Número: .
Município: Arealva
Telefone:
Logradouro: RUA PEDRO PEREIRA, 388
Complemento:
Bairro: CENTRO
Estado: SP
Distrito:
SubDistrito:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 01/08/2006
Data Limite Instalação: 01/02/2007
Número do Processo: 5300000401201
Fistel: 50400048779
Caixa:
Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	639		Portaria	MC	09/12/2003	15/12/2003	Outorga	Jur. ▾
<input type="text"/>	639		Portaria	MC	09/12/2003	15/12/2003	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
<input type="text"/>	49184		ATO	SCM	02/02/2005 1	03/02/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
<input type="text"/>	391		Decreto Legislativo	CN	31/07/2006	01/08/2006	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
<input type="text"/>	60367		ATO	CMPRL	23/08/2006 1	24/08/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

☐ Característica da Estação Instalada

[» Endereços](#)
☐ Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
 Cep: 17160000 Logradouro: Rua Amador Fernandes Pereira
 Número: 46 Complemento: Bairro: Residencial Bela Vista UF: SP
 Município: Arealva Distrito: SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 22S015159 Longitude: 48W544859 Raio: 22

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 22S021000 Longitude: 48W543600

Distância ao Centro do Município: Km

Azimuth: (Azimuth da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Raio da Área de Serviço: 1 km

☐ Estúdio Principal

País: Brasil
 Cep: 17160000 Logradouro: Rua Amador Fernandes Pereira
 Número: 46 Complemento: Bairro: Residencial Bela Vista UF: SP
 Município: Arealva Distrito: SubDistrito:

[» Estação Principal](#)
☐ Antena Principal

Fabricante: SARTORI E SARTORI IND. COM. LTDA
 Modelo: CACTUS 250 Ganho: 0 dBd
 Polarização: Vertical Orient. NV: graus
 Beam-Tilt: graus Preenchimento de nulos: (%)
 HCI: 26 metros
 Descrição: DIPOLO 1/2 ONDA
 Máximo: 200 Digitados: 15

☐ Transmissor Principal

Código Equipamento: 006800300528 ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)
 Potência: 25 W
 Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda
 Modelo: SP5025
 Validade:
 Potência Equipamento: W

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).

☐ Linha Transmissão

Fabricante: KMP-PIRELLI
 Modelo: RGC 213 Impedância: 50 ohms
 Comprimento: 30 m Atenuação: 4,5 dB/100m

[» Potência Efetiva Irradiada](#)
☐ Potência Irradiada

$ERP_{MAX}(P_T \times G \times$

E_F): W Ex.: 1234,5678

» Número do Processo e Observações Gerais

☐ Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria: . / Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF: 53500 . 002165 / 2005 Ex.:

Observação:



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 0

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA - CNPJ/CPF(03.628.758/0001-67)

Situação: Entidade não possui débitos

Município/UF: AREALVA/SP

Canal: 200

Indicativo: ZYU657

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

☒



Tela Inicial



Imprimir

CHECKLIST

Processo nº **53900.050612/2015-51.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA.**

CNPJ nº **03.628.758/0001-67.**

Localidade: **Arealva / SP.**

OBSERVAÇÃO: Este documento se refere à análise prévia dos documentos.

1. Certidões atualizadas:

DOCUMENTO	REGULAR	
	SIM	NÃO
CNPJ	x	
CNDA	x	
CRF	x	
RFB/DAU	x	
CNDT	x	

2. Pesquisa de vínculo:

CARGO	NOME	CPF	VÍNCULO POLÍTICO		VÍNCULO RELIGIOSO		VÍNCULO FAMILIAR		VÍNCULO COMERCIAL	
			SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Presidente	Raphael Candioto Pereira	306.602.938-70		x		x		x		x
Vice-Presidente	Antônio João Carraro	251.145.498-04		x		x		x		x
Secretário	Rogério Aparecido Marqui	141.269.868-55		x		x		x		x
Tesoureiro	Jari Antônio Longo	797.612.408-00		x		x		x		x
Diretor de Operações	Jesse Rodrigo de Almeida Alves	342.048.458-51		x		x		x		x
Diretor de Patrimônio	Guaraci Gomes Carvalho	825.974.648-49		x		x		x		x
Diretor de Cultura e Comunicação Social	Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira	403.505.368-64		x		x		x		x

3. Pesquisa de regularidade no Tribunal Regional Federal (TRF), respectiva Seção e Subseção Judiciária, e no Tribunal de Justiça (TJ) do domicílio dos dirigentes:

CARGO	NOME	TRF		TJ	
		PROCESSOS EM ANDAMENTO/CONCLUÍDOS			
		SIM	NÃO	SIM	NÃO
Presidente	Raphael Candioto Pereira		x		x
Vice-Presidente	Antônio João Carraro		x		x
Secretário	Rogério Aparecido Marqui		x		x
Tesoureiro	Jari Antônio Longo		x		x
Diretor de Operações	Jesse Rodrigo de Almeida Alves		x		x
Diretor de Patrimônio	Guaraci Gomes Carvalho		x		x
Diretor de Cultura e Comunicação Social	Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira		x		x

*Legenda:

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNDA	Certidão Negativa de Débitos da Anatel
CRF	Certificado de Regularidade do FGTS
RFB/DAU	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
CNDT	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 23/09/2019, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4660947** e o código CRC **9A829900**.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.628.758/0001-67 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 05/01/2000	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R AMADOR FERNANDES PEREIRA		NÚMERO 46	COMPLEMENTO
CEP 17.160-000	BAIRRO/DISTRITO RESIDENCIAL BELA VISTA	MUNICÍPIO AREALVA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO ALVORADAAREALVA@UOL.COM.BR		TELEFONE (14) 3296-1403	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/09/2019** às **10:14:35** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASS. BENEF. CULT. DE COMUNICACAO COMUNIT. SOLIDARIEDADE**

CNPJ: **03.628.758/0001-67**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:14:31 do dia 26/09/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS -
CRF**

Inscrição: 03.628.758/0001-67
Razão Social: ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULT COMUNICACAO COM AREALVA
Endereço: RUA PEDRO PEREIRA 388 / CENTRO / AREALVA / SP / 17100-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/09/2019 a 25/10/2019

Certificação Número: 2019092605175264816650

Informação obtida em 26/09/2019 10:15:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA
CNPJ: 03.628.758/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:16:04 do dia 26/09/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/03/2020.

Código de controle da certidão: **8CF0.4EEA.A8DD.D07E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA
SOLIDARIEDADE DE AREALVA

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.628.758/0001-67

Certidão nº: 184848248/2019

Expedição: 26/09/2019, às 10:17:01

Validade: 23/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO BENEFICIENTE CULTURAL DE COMUNICACAO COMUNITARIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.628.758/0001-67**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Processo nº 53900.050612/2015-51.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**

CNPJ nº 03.628.758/0001-67

Localidade: Arealva / SP.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Carta 1209280).

1.1) Data do recebimento: 27/6/2016.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 2 a 4 (Ofício 15354 4471823).

2) Declaração de conformidade: fls. 2 a 4 (Ofício 15354 4471823).

3) Estatuto Social: fls. 11 a 23 (Requerimento 3165554).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, *caput*;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º, *caput* e § 4º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º, *caput* e § 13;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 9º;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 11, parágrafo único (três anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 2º e 3º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 4º;

e) Direitos dos associados: art. 4º, *caput*;

f) Deveres dos associados: art. 4º, §§ 7º e 12;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 4º, § 14;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 33;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 6º;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: arts. 6º, § 13, e 37;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 6º, 9º, 24 e 35;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 6º, *caput* e § 13;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 28 e ss.;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 6º, § 1º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 37.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 2 a 4 (Ata 1851734). (26/1/2017 - 25/1/2020)

Presidente: Raphael Candioto Pereira;

Vice-Presidente: Antônio João Carraro;

Secretário(a): Rogério Aparecido Marqui;

Tesoureiro(a): Jair Antônio Longo;

Diretor(a) de Operações: Jesse Rodrigo de Almeida Alves;

Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social: Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira;
Diretor(a) de Patrimônio: Guaraci Gomes Carvalho.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24 a 34 (Requerimento 3165554).

6) CNPJ: CNPJ 4673116.

7) Certidão Negativa da Anatel: Certidão Anatel 4673121.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 35 a 41 (Requerimento 3165554).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):
Certidão FGTS 4673129.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão
PGFN 4673147.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho:
CNDT 4673154.

*****CONCLUSÃO:**

- De acordo com o *Checklist* SEARC 4660947, foram realizadas pesquisas no(s) sítio(s) da Anatel (CND), Receita Federal (CNPJ e RFB/DAU), Caixa Econômica (CRF) e Justiça Trabalhista (CNDT) e verificou-se que a Radiodifusora se encontra com a situação regular. Além disso, foram realizadas pesquisas de vínculo e nos sítios do Tribunal Regional Federal (TRF), respectiva Seção e Subseção Judiciária, e no Tribunal de Justiça (TJ) do domicílio dos dirigentes e igualmente não foi verificada irregularidade.

- O Processo foi corretamente instruído.

- Será elaborada pesquisa acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	OBS
Presidente	Raphael Candioto Pereira	11/08/1982	306.602.938-70	43157502-02 (SSP/SP)	Solange Aparecida Candioto Pereira / Paulo Padanosque Pereira	301820580191	
Vice-Presidente	Antonio Joao Carraro	15/07/1946	251.145.498-04	5343125-X (SSP/SP)	Aparecida de Carli / Silvio Carraro	033948630116	
Secretário(a)	Rogério Aparecido Marqui	24/11/1971	141.269.868-55	20926237 (SSP/SP)	Neuza Galan Marqui / Pedro Marqui	179704190124	
Tesoureiro(a)	Jair Antonio Longo	15/08/1955	797.612.408-00	8681696-2 (SSP/SP)	Luzia Fazio Longo / Paulo Longo	033958720167	
Diretor(a) de Operações	Jesse Rodrigo de Almeida Alves	15/12/1984	342.048.458-51	43157306-2 (SSP/SP)	Raquel messias de Almeida Alves / Catarino Aparecido Alves	323311770167	
Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social	Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira	22/09/1992	403.505.368-64	48232475-2 (SSP/SP)	Maria Helena Cronjarjer / Washington de Oliveira	393803770159	
Diretor(a) de Patrimônio	Guaraci Gomes Carvalho	08/07/1955	825.974.648-49	9604857-8 (SSP/SP)	Tereza Gomes Carvalho / Eduardo pereira de Carvalho	033957020191	

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHOProcesso nº: **53900.050612/2015-51.**Entidade: **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA.**Assunto: **Pesquisa aos Processos de Apuração de Infração.**

1. Informo que, da pesquisa ao banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração e ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, verificou-se que consta(m) o(s) seguinte(s) PAI(s):

Situação	Nº do Processo	Dispositivo violado	Sanção Aplicada	Data da Infração	Trânsito em Julgado da Decisão Condenatória
Ativo	53900.048820/2015-90	Art. 40, inciso XXIX do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998	-	19/10/2015	-
Ativo	01250.004410/2017-05	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	-	10/6/2015	-

2. Portanto, uma vez que não fora aplicada a pena de revogação da autorização, não há óbice para prosseguimento do processo de renovação da outorga.

3. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico-Administrativo**, em 26/09/2019, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4673330** e o código CRC **40EB5CBE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 4673330

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL	15 / 12 / 03
Página	117
Seção	1
ANOTADO POR:	Rex

PORTARIA Nº 639

DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004012/01 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1503/2003, resolve:

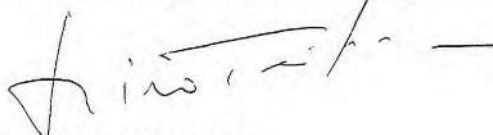
Art. 1º Outorgar autorização à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, com sede na Rua Pedro Pereira, n.º 388, no município de Arealva, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequêntes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º01'43"S e longitude em 48º54'46"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



MIRO TEIXEIRA



Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 390, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA BOAS NOVAS DE RIBEIRÃO DO SUL - SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Sul, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 757, de 19 de dezembro de 2005, que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Boas Novas de Ribeirão do Sul - SP a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 391, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arealva, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 639, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Beneficente

Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arealva, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 392, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE ÁLVARES FLORENCE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Florence, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Florence, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE VIÇOSA DO CEARÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 321, de 5 de julho de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento Cultural de Viçosa do Ceará a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 394, DE 2006**

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO JERICOCOARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de dezembro de 2003, que outorga concessão à Rádio Jericoacoara Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 395, DE 2006**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.568, de 22 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de fevereiro de 1999, a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2006**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RIBEIRA - ADS RIBEIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 221, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira - ADS Ribeira a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2006**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006, que "Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de agosto de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 31 de julho de 2006.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2006**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, que "Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de agosto de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 31 de julho de 2006.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JÓRGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ANA CRISTINA MARQUES BATISTA
REG. 0901253JP
Coordenadora de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

<http://www.in.gov.br> e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 17896/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA. REVISÃO FINAL.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA**, na localidade de **Arealva**, estado de **São Paulo**, por meio da Portaria nº 639, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 15/12/2003 (4673367), e Decreto Legislativo nº 391, publicado no DOU de 1º/8/2006 (4673376).

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 1º/8/2016. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação da outorga em 27/6/2016, à fl. 1 (Carta 1209280), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

REQUERENTE			
ASSOCIAÇÃO COMUNICAÇÃO AREALVA	BENEFICENTE COMUNITÁRIA	CULTURAL SOLIDARIEDADE	DE DE
QUADRO DIRETIVO			
Presidente: Raphael Candioto Pereira; Vice-Presidente: Antônio João Carraro; Secretário(a): Rogério Aparecido Marqui; Tesoureiro(a): Jair Antônio Longo;			

Diretor(a) de Operações: Jesse Rodrigo de Almeida Alves;
 Diretor(a) de Cultura e Comunicação Social: Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira;
 Diretor(a) de Patrimônio: Guaraci Gomes Carvalho.

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	fl. 1 (Carta 1209280) / novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 2 a 4 (Ofício 15354 4471823)
1.1	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 11 a 23 (Requerimento 3165554)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 2 a 4 (Ata 1851734)
3.1	Mandato da diretoria em exercício	26/1/2017 - 25/1/2020
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	fls. 24 a 34 (Requerimento 3165554)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls. 35 a 41 (Requerimento 3165554)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fls. 2 a 4 (Ofício 15354 4471823)
	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de	

7	Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	CNPJ 4673116
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Certidão Anatel 4673121
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Certidão FGTS 4673129
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Certidão PGFN 4673147
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	CNDT 4673154
12	Relatório de apuração de infrações.	Despacho SEARC 4673330
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4673381).

À consideração superior.

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.050612/2015-51, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva

documentação para que a entidade Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, inscrita no CNPJ nº 03.628.758/0001-67, explore pelo prazo de dez anos a partir de 1º de agosto de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17896/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX XXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº MINUTA
DE DE DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.004012/2001 e nº 53900.050612/2015-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de agosto de 2016, a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, inscrita no CNPJ nº 03.628.758/0001-67, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão

Comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico-Administrativo**, em 26/09/2019, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/10/2019, às 13:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 06/10/2019, às 09:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 07/10/2019, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4673384** e o código CRC **B0A0B157**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53900.050612/2015-51

Referência: Nota Técnica 17896 (4673384)

Interessado: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE DE AREALVA

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de portaria e de minuta de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de agosto de 2016, a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, inscrita no CNPJ nº 03.628.758/0001-67, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 11/10/2019, às 11:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4718322** e o código CRC **D6931648**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 4718322



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 5315/2019/SEI-MCTIC de 8 de outubro de 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.004012/2001 e nº 53900.050612/2015-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de agosto de 2016, a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, inscrita no CNPJ nº 03.628.758/0001-67, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 15/10/2019, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4717832** e o código CRC **299EC553**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/10/2019 17:32:50
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5558513
Data prevista de publicação: 22/10/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12123242	ATO PORTARIA Nº 5236 MIN NCRED.rtf	33b230d61faa54e2 4587b4f3a6cf1b1f	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123243	ATO PORTARIA Nº 5309 MIN NCRED.rtf	2f311752124ba4ab f9afac103285b545	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123244	ATO PORTARIA Nº 5310 MIN NCRED.rtf	757aff226923428d 54d71e221da98336	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123245	ATO PORTARIA Nº 5311 MIN NCRED.rtf	48f31953c788c13c 93913431d37e2bab	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123246	ATO PORTARIA Nº 5314 MIN NCRED.rtf	2e3f05f603d535e6 27e717c907ee5fbf	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123247	ATO PORTARIA Nº 5315 MIN NCRED.rtf	0d88f60d9bfe27a4 1ed491d2143a9f9f	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123248	ATO PORTARIA Nº 5316 MIN NCRED.rtf	1f52c4a92f1f51ba 5ba0f1bfa53ca087	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123249	ATO PORTARIA Nº 5317 MIN NCRED.rtf	04eab0eea4277c85 3b7c3a64ac236722	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123250	ATO PORTARIA Nº 5467 MIN NCRED.rtf	6eea4022c88f5d12 e9c2ce0403efac4c	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123251	ATO PORTARIA Nº 5238 MIN NCRED.rtf	224aa97424192147 5fe64c0982935845	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123252	ATO PORTARIA Nº 5239 MIN NCRED.rtf	f25345aac36a1056 2f91ac3b588fe0d6	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28

12123253	ATO PORTARIA Nº 5240 MIN NCRED.rtf	acec651f9295ef5c 9d3531be1ecc8681	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123254	ATO PORTARIA Nº 5241 MIN NCRED.rtf	30a7f48e049bc613 ad37b2fc88c8d947	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123255	ATO PORTARIA Nº 5243 MIN NCRED.rtf	afea9b33d561a9e9 388972632b3f714b	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123256	ATO PORTARIA Nº 5306 MIN NCRED.rtf	74d5da0b847872a7 5d0d5301dc79e941	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123257	ATO PORTARIA Nº 5307 MIN NCRED.rtf	86f848e824bd7059 27f5f08aba2c0ea5	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123258	ATO PORTARIA Nº 5308 MIN NCRED.rtf	42c0808a548a8c8a f319a47e94987d21	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			114,00	R\$ 3.766,56

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.238-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001474/1998 e nº 53900.039639/2015-92, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de outubro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratense Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 01.833.786/0001-90, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Prata, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.239-SEI, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000293/2000 e nº 01250.001651/2016-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de outubro de 2017, a autorização outorgada à Radio Comunitária A Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.240-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53840.000428/1998 e nº 53900.049393/2015-67, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, inscrita no CNPJ nº 32.712.044/0001-30, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Canindé de São Francisco, estado de Sergipe.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.241-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000736/1998 e nº 53900.049998/2015-58, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM, inscrita no CNPJ nº 02.695.019/0001-25, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ibimirim, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.243-SEI, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000063/2000 e nº 53900.050467/2016-99, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária RCS, inscrita no CNPJ nº 03.589.533/0001-49, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Jorge d'Oeste, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.306-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53650.002714/1998 e nº 53900.046486/2015-30, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de maio de 2016, a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré, inscrita no CNPJ nº 07.598.436/0001-73, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cariré, estado do Ceará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.307-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.000909/1999 e nº 01250.010582/2016-29, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de novembro de 2017, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade - FM, inscrita no CNPJ nº 03.051.994/0001-63, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sorocaba, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.308-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000835/1998 e nº 53900.034340/2015-41, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.309-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001111/1998 e nº 53900.043844/2015-52, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo, inscrita no CNPJ nº 01.644.631/0001-06, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo do Rio Abaixo, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.310-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002947/1998 e nº 53900.050620/2015-05, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de outubro de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, inscrita no CNPJ nº 02.585.833/0001-97, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cajati, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.311-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53610.000002/1999 e nº 53900.050258/2016-45, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de julho de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária União, inscrita no CNPJ nº 02.929.856/0001-71, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de União dos Palmares, estado de Alagoas.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.314-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001890/1998 e nº 53000.055758/2011-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor, inscrita no CNPJ nº 01.831.336/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Rio Pardo, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.315-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.004012/2001 e nº 53900.050612/2015-51, resolve:



Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de agosto de 2016, a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, inscrita no CNPJ nº 03.628.758/0001-67, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.316-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000010/2002 e nº 53900.039792/2015-10, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de outubro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, inscrita no CNPJ nº 02.080.776/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Rita de Jacutinga, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve: Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53569.002742/2013	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA FM CABANA - 103,3	RADCOM	Ananindeua	PA	Conhece e nega	493
53528.005901/2014	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO GOLFINHO FM	RADCOM	Imbé	RS	Conhece e nega	494

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DESPACHO Nº 714-SEI, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Artigo 78, Anexo XI, da Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 28 de janeiro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 53000.058568/2009-22, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de BELÉM/PA, utilizando o canal digital 41 (quarenta e um), nos termos da Nota Técnica nº 11319/2019/SEI-MCTIC.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DESPACHO Nº 921-SEI, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, do Anexo XI, da Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, que estabelece que os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Radiodifusão, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.044472/2018-22, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 16464/2019/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 1º de agosto de 2018, da frequência 1160 KHz, outorgada à BAURU RÁDIO CLUBE LTDA., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Bauru, no estado de São Paulo.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa ou cassação.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.023659/2013	Associação Dos Filhos E Amigos De Rosário Oeste - Afaro	RADCOM	Rosário Oeste	MT	Multa	913,86	Art. 40, VII e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF nº 1309 de 19/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.059004/2013	Associação De Desenvolvimento Urbano E Rural De Lagoa De Dentro	RADCOM	Lagoa de Dentro	PB	Multa	913,86	Art. 40, VII e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF nº 1310 de 19/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53900.040160/2016	Associacao Dos Moradores Da Comunidade De Restinga	RADCOM	Restinga	SP	Multa	799,63	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF nº 1317 de 19/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53900.017367/2016	Acao Social Benedita Barbosa Dos Santos / Radio Bom Jesus 105 Fm	RADCOM	Bom Jesus	PI	Multa	799,63	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF nº 1319 de 19/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53900.015323/2014	Rádio Jornal Fluminense De Campos Ltda	RTV	São Pedro da Aldeia	RJ	Cassação		Parágrafo único do art. 23-A do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DECEF nº 4833 de 19/09/2019	Portaria MC nº 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Arquivar o processo sem aplicação de sanção.

Art. Estas Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53900.000138/2015	Associação De Moradores Do Setor Central De Porteirão Goiás	RADCOM	Porteirão	GO	Portaria DECEF nº 4834 de 19/09/2019

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

PORTARIAS DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa ou advertência ou cassação/ suspensão, que, por este ato, fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.003857/2013	Kiss Telecomunicações Ltda	FM	Arujá	SP	Multa	105.144,78	Art. 64, alínea "d", da Lei nº 4.117/62, c/c art. 1º da Portaria nº 26/96.	Portaria DECEF nº 2207 de 20/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 353/2018
53000.016925/2014	Associação Comunitária Cultural Sanjoanense	RADCOM	São João	PR	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF nº 4141 de 20/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53900.030287/2014	Associação De Assistência Aos Menores Carentes De Barra Do Mendes - Bahia	RADCOM	Barra do Mendes	BA	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF nº 4553 de 20/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53900.030417/2014	Associação De Difusão Comunitária Palmeiras De Goiás	RADCOM	Palmeiras de Goiás	GO	Multa	456,93	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF nº 4560 de 20/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.055252/2013	Fundação Aldeia De Comunicação Do Acre - Fundac	RTV	Rio Branco	AC	Multa	1.941,96	Art.6 2 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4579 de 20/09/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.050612/2015-51.**

Entidade: **Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 5315, de 8 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019, renovou-se a outorga da **Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo n.º 53900.050612/2015-51, acompanhado do ato de renovação, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 04/11/2019, às 13:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4772914** e o código CRC **0C7B98A9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.050612/2015-51

SEI nº 4772914

Brasília, 5 de Dezembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.050612/2015-51, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, inscrita no CNPJ nº 03.628.758/0001-67, explore pelo prazo de dez anos a partir de 1º de agosto de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arealva, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17896/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5315, de 08 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 05/12/2019 11:08

Termo(s): 1393 2019
NUP:
Origem:
Co-Autores:
Destinatário:
Tipo de Documento:
Data Inicial: Data Final:
Fluxo/Etapa:
Conteúdo:
Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 01393 2019 Renov/Radcom - Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva - Arealva/SP	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 46859/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.050612/2015-51.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/12/2019, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4936363** e o código CRC **2948C462**.